

RAÍZES

37

ANO XX - São Caetano do Sul - Julho de 2008





A revista *Raízes* nº 37 tem como tema central um relevante fato histórico, os 100 anos da chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil.

A capa sempre é uma consequência desse dossiê. Portanto, em nossa capa, retratamos, literalmente, um grupo de senhoras que fazem parte do grupo de dança do Clube Recreativo Esportivo Gonzaga Nipo-brasileiro e da Associação Okinawa. Vestidas em trajes inspirados nos tradicionais quimonos, as integrantes desse conjunto pacientemente posaram para nossos fotógrafos com disciplinada graça, representando todos os imigrantes e seus descendentes que escolheram São Caetano

do Sul para criar suas raízes no novo mundo.

Na contra capa incluímos, com os ideogramas em Kanji (Nihon) e em Hiraganá, os japoneses e seus descendentes em todas as áreas de nossa vida social e cultural. Nossos sinceros agradecimentos pela contribuição que nos deram.

Na criação, produção e realização da capa desta edição colaboraram Neusa Schilaro Scaléa, Antonio Reginaldo Canhoni, Antonio Augusto Coelho Neto e – como imprescindível membro da comunidade nipo-brasileira - Eduardo Kazuyuki Koga (Edu-san).

Sayonara.

E x p e d i e n t e

Ano XX - Número 37

Publicação semestral - Distribuição gratuita

ISSN 1415-3173

Publicação da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Julho de 2008

Av. Dr. Augusto de Toledo, 255 - Santa Paula
CEP 09541-520 - São Caetano do Sul (SP)
Fonefax (011) 4221-9008 e 4221-7420

www.fpm.org.br
e-mail: fpm@fpm.org.br e
raizes@fpm.org.br

Jornalista Responsável

D. Glenir Santarnecchi (MTb 21.269)

Redação

Edição e Revisão de textos:
Lilian Crepaldi

Pesquisa:

Cristina Toledo de Carvalho,
Isabel Cristina Ortega

Secretaria e Coordenação:

Maria Aparecida M. Fedatto

Digitalização de imagens:

Sandra R.B.Gouveia

Assessoria:

Paula Fiorotti e Eduardo Koga

Conselho Editorial:

Cristina Toledo de Carvalho,
Clovis Antonio Esteves,
D. Glenir Santarnecchi (Presidente),
Humberto Pastore, Jocimara Sperate Figueiredo,
Lilian Crepaldi, Maria Aparecida M. Fedatto,
Mario Del Rey, Mário Porfirio Rodrigues,
Paula Fiorotti e Valdenzio Petrolli

Imagens

Fotografia:
Antônio Reginaldo Canhoni e
Antonio Augusto Coelho Neto

Capa:

Neusa Schilaro Scaléa

Projeto Gráfico e Editoração

Antonio Devanir Leite Jr. (Mtb 19.866)
Integração Ponto a Ponto

Ctp e Impressão

??????

A revista está aberta à colaboração de pesquisadores da História do ABC paulista. A seleção do material é de responsabilidade do Conselho Editorial. Originais encaminhados à redação não serão devolvidos, com exceção de fotografias. Opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião da revista.

Nosso Caminho já percorreu 6.750 dias

A jornada da Revista *Raízes* começou em 1989. Nesses quase 20 anos, 6.750 dias, percorremos caminhos suaves, mas também amassamos muito barro. Chegamos, 222 meses depois, com muito fôlego, muita experiência adquirida e um retrospecto de registros históricos de fazer inveja a muita gente.

Essa jornada de *Raízes* não foi solitária, mas compartilhada com muitos parceiros, como os cinco presidentes da Fundação Pró-Memória, que se esmeraram para que a qualidade histórica fosse mantida. Contamos com o dedicado trabalho de nossos funcionários, pesquisadores, historiadores e colaboradores voluntários, além dos membros do Conselho Editorial, que souberam dirigir o foco dos artigos, visando preservar a memória da região, principalmente da nossa cidade. Não poderíamos deixar de agradecer à administração municipal, que nos dá sustentação e confiança para realizarmos com dedicação e carinho a missão da Fundação Pró-Memória.

Por incrível que pareça, já estamos trabalhando há mais de um mês para que a *Raízes* de dezembro possa chegar às mãos do nosso leitor, que é sempre nosso objetivo final e para quem nos dedicamos tanto.

Nesta edição, trilhamos um caminho que passa pelos artigos que falam do sucesso dos Centros de Terceira Idade em São Caetano, dos Autonomistas, da Maçonaria, da magia do Cine Vitória e dos 15 anos do nosso Centro de Documentação Histórica. Assuntos tão diversos,

mas que marcaram o desenvolvimento desta cidade.

Na cultura, lembramos do Surf Music dos anos 60 e da necessidade da Arte para todos nós. Lembramos também de personagens como Elydia Callix Pinheiro e Ofélia Carmine Barile. Contamos com depoimentos memoráveis de Inês Martins, do pedicuro José Rodrigues Machado, da campeã de bocha Rina Moia e de dona Corina, com 92 anos e uma vida dedicada aos livros.

No esporte, vamos relembrar as conquistas de São Caetano nos Jogos Abertos do Interior nas décadas de 50 e 70. Viajamos nostalgicamente ao passado com *Crônicas e Causos*, e apresentamos imagens inesquecíveis na sessão Registro, que traz uma foto histórica de todos os Presidentes da Fundação Pró-Memória, assim como a tradicional Memória Fotográfica.

E, deixamos para o final, o tema desta edição no Dossiê, trazendo nas capas e nos artigos cerca de 45 páginas sobre o Centenário da Imigração Japonesa, o grande destaque de 2008. Japoneses e descendentes que contribuíram de forma preciosa na história de São Caetano do Sul. Uma trajetória iniciada com a família Toyoda e marcada por episódios inesquecíveis, que a Revista *Raízes* faz questão de recordar.

Ima kara yoi dokusho shite kudasai
A partir de agora tenha uma boa leitura

D. Glenir Santarnecki
Presidente da Fundação Pró-Memória

Dossiê / Imigração Japonesa

- 05** - Irashaimase! O Centenário da Imigração Japonesa no Brasil
Cristina Toledo de CARVALHO
- 19** - O Brasil agradece
José Ramos VITORINO
- 20** - Em busca da essência binacional: as associações nipo-brasileiras em São Caetano do Sul
Lilian CREPALDI
- 23** - Lumi Toyoda - Uma nissei sul-sancaetanense
- 28** - Personagens da Imigração
- 31** - Família Nakano sempre atuou no ramo fotográfico
Samanta Oliveira CARVALHO
- 34** - Panorama da influência japonesa no Brasil
Mario DEL REY
- 43** - Anime, mangá, cosplay, videogame - o complexo universo da cultura pop japonesa

Artigos

- 46** - O sucesso dos centros de convivência: a força jovem da terceira idade
Cristina ORTEGA
- 53** - A injustiça do esquecimento: os Autonomistas
Humberto PASTORE
- 55** - Nasce a Maçonaria no Grande ABC: os 60 anos da Fraternidade de São Caetano
Carlos Augusto MARCONI
- 59** - Lugar de memórias sul-sancaetanenses: os 15 anos do Centro de Doc. Histórica da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul
Michelle Almeida TITO
- 62** - A magia do Cine Vitória
Priscila GORZONI
- 65** - São Caetano do Sul e a língua universal
Gabriel CAETANO



Cultura

- 68** - A necessidade da Arte
Neusa Schilaro SCALÉA
- 72** - Surf Music: A eterna onda dos anos 60
Ricardo Martins de SOUZA

Personagens

- 76** - As abnegadas benfeitoras de São Caetano do Sul: a história de Ofélia Carmela Barile
Mário Porfírio RODRIGUES
- 78** - Lembrando e agradecendo os institutos de beleza de São Caetano: família Farina e Elydia Callix Pinheiro
Leonilda VERTÍCCHIO

Memória

- 82** - Do interior para São Caetano: os reflexos da migração na cidade
Inês MARTINS

Depoimentos

- 92** - Dona Corina: Uma vida em meio aos livros
- 94** - José Rodrigues Machado: uma história de vida ao pé da letra
Jô Sperate FIGUEIREDO

Esportes

- 97** - O dia em que Piracicaba parou para ver São Caetano passar
Oscar GARBELOTTO
- 101** - Os Jogos Regionais de 1974 e o desenvolvimento do esporte em São Caetano do Sul
Alberto do Carmo ARAÚJO
- 103** - Rina Moia: eterna campeã de bocha

Crônicas e Causos

107

Memória Fotográfica

110

Registro

114



Irashaimase !

O Centenário da Imigração Japonesa no Brasil



Pré-imigração

Embora a entrada oficial e sistemática de imigrantes japoneses no Brasil tenha se verificado a partir de 1908, há registros que apontam a passagem de um pequeno grupo nipônico pelo país 105 anos antes do início do processo imigratório. Tal grupo, formado por apenas quatro japoneses, chegou ao território brasileiro acidentalmente: eram tripulantes do barco Wakamiya Maru, que, em 1803, afundou na costa japonesa. Os naufragos foram salvos por um navio de guerra russo, que os levou em sua viagem. No retorno, a embarcação

aportou, para conserto, em Porto de Desterro (atual Florianópolis, em Santa Catarina), no dia 20 de dezembro. Nessa região permaneceu até 4 de fevereiro de 1804. Ali, os quatro japoneses registraram aspectos da vida da população local e da produção agrícola da época.

Provavelmente, outros japoneses estiveram de passagem pelo Brasil em circunstâncias semelhantes, mas o início oficial das relações diplomáticas entre o governo brasileiro e o Japão ocorreu somente em 1880. Em 16 de novembro daquele ano, o vice-almirante Artur Silveira da Mota - mais tarde, Barão de Jaceguai - iniciou, em Tóquio, as

*Kasato Maru,
navio que trouxe
os primeiros
imigrantes
japoneses ao
Brasil, em 1908*

negociações para o estabelecimento de um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países. O acordo, contudo, só seria assinado no dia 5 de novembro de 1895, em Paris.

Embora as negociações para a adoção do mencionado tratado tenham se prolongado por 15 anos, o estabelecimento do acordo era fundamental para ambos os países, diante das conjunturas históricas pelas quais passavam. No Japão, os efeitos produzidos pela chamada Era Meiji eram notórios, principalmente em relação à população camponesa. Iniciada em 1868, com a restauração do governo imperial, que colocou fim ao shogunato¹ (uma espécie de sistema feudal encabeçado pelo shogun, samurai que exercia os poderes civil e militar em nome do imperador), a Era Meiji foi responsável pela industrialização japonesa e, conseqüentemente, pela adoção de medidas que objetivavam viabilizar a expansão do capitalismo no país, entre as quais a modernização do campo, a alfabetização, a absorção tecnológica e a ampliação do mercado.

Esta última medida foi subsidiada por uma política imperialista nipônica em regiões do próprio continente asiático, como China, Coréia, Taiwan, entre outras. Todas essas mudanças em prol da modernização do país trouxeram graves conseqüências aos camponeses. Impossibilitados de pagar os altos impostos cobrados pelo governo, viram-se obrigados a vender suas terras e partir rumo às cidades, onde acabavam servindo de mão-de-obra para a nascente indústria. Como ressaltou Sidinalva Maria dos Santos Wawzyniak, em sua tese de doutorado *Histórias de Estrangeiro: Passos e Traços de Imigrantes Japoneses (1908-1970)* “(...) o novo Japão ia tomando configurações mais precisas. Em dez anos (1890-1900), o país passaria de

30 milhões de habitantes para 45 milhões, assistindo também a um crescimento demográfico, cujo objetivo era o de preparar uma demanda para o desenvolvimento que estava sendo construído. Com isso verificou-se um desequilíbrio entre população e território, obrigando o governo a desenvolver estratégias políticas de expansão territorial e a assinar tratados como o de Amizade, Comércio e Navegação, que foi firmado com vários países do ocidente, inclusive o Brasil”.

No território brasileiro, o clima também era de mudanças. Com a abolição da escravidão, que era um resqúcio da política mercantilista do período colonial, o Brasil aderiu, assim, às exigências do sistema capitalista, que, na época da assinatura da Lei Áurea, encontrava-se no estágio do chamado capital financeiro. Procurando solucionar o problema da mão-de-obra, o governo imperial passou a destinar recursos para a vinda de imigrantes italianos para o país, já alguns anos antes da extinção da escravidão.

Nos primeiros anos após a abolição, a preocupação com a mão-de-obra ainda era bem evidente e, simultaneamente à entrada de novas levas de imigrantes italianos no país, o governo tratou de criar condições também para a vinda de japoneses, o que afastaria a possibilidade de problemas relativos à escassez de braços nas lavouras de café, base da economia brasileira naquela época. Portanto, diante da crise anunciada pelo processo de modernização do Japão e da situação delicada em que se encontrava a economia nacional, em face da extinção da escravidão, o estabelecimento de acordos que pudessem promover a vinda de grande contingente de famílias japonesas para o Brasil era do interesse de ambos os países.

Sendo assim, no dia 5 de outubro

¹ A grafia com “x” também é aceita.

de 1892, três anos antes da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, o Decreto Lei nº 97 autorizou a abertura do Brasil às imigrações japonesas e chinesas. Com isso, em 1894, o Japão enviou o deputado Tadashi Nemoto para uma visita, em cujo roteiro foram incluídos os estados da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Satisfeito com o que viu, Nemoto envia um relatório ao governo japonês recomendando o Brasil como país apto a receber os imigrantes nipônicos. A partida da primeira leva de japoneses, prevista para acontecer em 1897, teve, porém, de ser cancelada. O motivo foi a queda sofrida pelo preço do café no mercado mundial, provocada pela crise econômica que envolvera, em 1894, países europeus e os Estados Unidos, grandes consumidores do produto, e pela superprodução brasileira nesse setor.

Essa situação perduraria até 1906, quando os governadores dos três maiores estados brasileiros produtores de café (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) estabeleceram uma política de valorização do produto. Em 1907, o governo brasileiro publicou a Lei da Imigração e Colonização, permitindo que cada estado definisse os critérios quanto ao recebimento e instalação dos imigrantes. No dia 6 de novembro daquele ano, Ryu Mizuno, da Companhia de Emigração Kokoku, firma um acordo com Carlos Arruda Botelho, então secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, para a introdução de aproximadamente 3 mil imigrantes japoneses num período de três anos. Nessa época, o governador de São Paulo era Jorge Tibiriçá e o presidente da República, Afonso Pena.

No dia 28 de abril de 1908, o navio Kasato Maru deixa o porto de Kobe rumo ao Brasil com um total de 800 passageiros, dos quais 781 eram

imigrantes sob contrato, dez imigrantes espontâneos, entre outros.

Início da saga

Após 52 dias de viagem, os passageiros aguardavam ansiosos o aportamento. Era 18 de junho, final do dia, quando o Kasato Maru atracou junto ao cais nº 14 do Porto de Santos. O desembarque dos imigrantes, todavia, só ocorreu às sete horas do dia seguinte, em 19 de junho de 1908. De Santos, os imigrantes seguiram de trem para a Hospedaria de Imigrantes, em São Paulo, onde ficariam hospedados até serem enviados às respectivas fazendas contratantes.

Acervo/Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil



O encaminhamento das famílias iniciou-se na manhã de 27 de junho. Sob o comando de Massaru Mine, 152 imigrantes, pertencentes a 24 famílias de Okinawa, foram enviados à Fazenda Canaã. Outras 23 famílias okinawanas, totalizando 173 pessoas, foram levadas à Fazenda Floresta, tendo à frente Motonao Ohno. No dia 28 de junho, outros dois grupos seguiram para o interior. Sob a liderança de Teiji Suzuki, 101 pessoas,

Após o desembarque, às sete horas do dia 19 de junho, os imigrantes embarcaram no trem rumo à Hospedaria de Imigrantes, em São Paulo

de 27 famílias de Kagoshima, foram para a Fazenda São Martinho, enquanto outros 88 imigrantes, de 23 famílias de Kagoshima, Kochi e Niigata, foram para a Fazenda Guatapar, com o intérprete Umpei Hirano. No dia 29, Junnosuke Kato levava 210 imigrantes, de 52 famílias de Fukushima, Kumamoto, Hiroshima, Miyagi e Toquio, para a Fazenda Dumont. E, finalmente, no dia 6 de julho, sob o comando de Takashi Nihei, 49 pessoas, de 15 famílias de Yamaguchi, Aichi, Yamanashi e Ehime, seguiram com destino à Fazenda Sobrado.

Segundo a revista *Saga*, cujo lançamento ocorreu em junho de 1988, durante as comemorações dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil, dos 773 imigrantes enviados às fazendas do interior de São Paulo, 586 eram homens e 187 mulheres. O restante dos imigrantes sob contrato, os dez imigrantes espontâneos e os com profissão definida permaneceram na cidade de São Paulo, onde trabalharam como carpinteiros, artesãos, forjadores, costureiros e em estabelecimentos comerciais, como a Casa Fujisaki (de Saburosuke Fujisaki), instalada em 1906. Com matriz em Sendai e especializado no comércio de diferentes artigos japoneses, esse estabelecimento foi aberto na capital com o nome de *O Japão em São Paulo*.

Em relação aos japoneses que seguiram para as fazendas do interior paulista pode-se afirmar que foram muitos os obstáculos que enfrentaram. A língua diferente, os costumes, a religião, o clima, a alimentação e, até mesmo, o preconceito serviram de barreira para a integração entre nipônicos e brasileiros. O grupo destinado à Fazenda Dumont (considerada líder no Estado de São Paulo em produção de café, e que pertencia a Henrique Dumont, pai de Santos Dumont), por exemplo, não permaneceu ali mais de dois

meses. Além das questões culturais, a safra de 1908 foi uma das piores, desanimando bastante os imigrantes, uma vez que o objetivo inicial era acumular uma certa renda e retornar ao Japão. Com os ínfimos valores levantados na ocasião, o sonho do retorno tornava-se praticamente impossível. Nas demais fazendas, as dificuldades também eram as mesmas, o que fez com que os imigrantes as abandonassem gradativamente. Em setembro de 1909, restavam apenas 191 japoneses nas fazendas contratantes. Desse grupo que abandonara o trabalho nos cafezais, alguns foram tentar a sorte como trabalhadores na Estrada de Ferro da Noroeste. Outros, porém, preferiram partir rumo à cidade de São Paulo, onde já havia um grupo de nipônicos da primeira leva de imigrantes. Houve até os que seguiram para a Argentina, de onde vinham notícias de que por l as coisas seriam mais fáceis.

Em contrapartida, o Brasil se preparava para receber a segunda leva de imigrantes japoneses. No dia 28 de junho de 1910, o navio Ryojun Maru aportava em Santos trazendo mais 906 nipônicos. Encaminhados a outras fazendas cafeeiras, eles viveriam os mesmos problemas de adaptação dos compatriotas que os antecederam. Levando em conta que o objetivo era acumular dinheiro para voltar ao Japão, os imigrantes contratados começam a buscar sua autonomia econmica, dando, assim, início ao movimento da lavoura independente, na região da linha Mogiana, nas proximidades de Ribeirão Preto (onde estavam localizadas fazendas como a de Guatapar, Dumont, São Martinho e Canaã, que receberam os primeiros imigrantes japoneses). Esse tipo de lavoura desenvolveu-se a partir do plantio comercial de arroz. De acordo com os relatos de Tomoo Handa, no livro *O*

Imigrante Japonês, a rizicultura foi iniciada, em 1912, na Fazenda União, na estação de Igarapava, por um grupo de imigrantes liderados por Kaito Ussui. Quatro anos mais tarde, a lavoura independente do arroz atingia Minas Gerais, por meio de um contingente liderado por Nisaburo Takizawa. O local para onde esse grupo se dirigiu foi a Fazenda Lajeado, na estação de Conquista.

Núcleos coloniais

Paralelamente ao crescimento da rizicultura e, de certa forma, estimulados por esse tipo de lavoura, núcleos coloniais também passam a compor o cenário da imigração japonesa no Brasil, contribuindo para a instalação de nipônicos não só no Estado de São Paulo, mas também no Paraná e em Mato Grosso. O primeiro deles data de 1913. Localizado no Vale do Ribeira, no caminho de São Paulo para o Paraná, foi batizado de Gipuvura, local que, mais tarde, ganharia a denominação de Núcleo Katsura, em homenagem a Taro Katsura. Na verdade, o processo de formação desse núcleo tivera início em 1912, quando o governo do Estado de São Paulo assinou um contrato com o Sindicato de Tóquio (empresa paraestatal de colonização) para a concessão de 50 mil hectares de terra, na região de Iguape (Vale do Ribeira). As primeiras 30 famílias assentadas no Núcleo Gipuvura foram arregimentadas na rua Conde de Sarzedas, em São Paulo, por Ikutaro Aoyagui, representante daquela empresa de colonização. Nesse grupo pioneiro, estavam operários qualificados que, na época, trabalhavam numa fundição de ferro na capital, além de carpinteiros, pedreiros, ex-comerciantes e ex-estudantes.

Pelo acordo, cada família de

imigrante recebeu da empresa de colonização um terreno de 15 mil metros quadrados e uma moradia. Ao imigrante cabia, por sua vez, o plantio de arroz ou cana-de-açúcar, sendo que 25% da safra seria destinada à empresa colonizadora e o restante ficaria com o proprietário da terra. O resultado das colheitas foi expressivo, o que funcionou como chamariz para a instalação de novos grupos de imigrantes japoneses na região, desencadeando, assim, o surgimento dos núcleos de Registro e de Sete Barras.

Em 1915, Umpei Hirano, o responsável, em 1908, pela condução de imigrantes da primeira leva para a Fazenda Guataparã, começa a desbravar terras na linha noroeste de São Paulo para a instalação de uma colônia: a Colônia Hirano, pioneira na região. Situada em Cafelândia, foi assolada por um breve surto de malária, doença então desconhecida pelos japoneses. Esse episódio foi um dos mais tristes da história da imigração japonesa no Brasil, visto que, em poucos dias, fez 80 vítimas

Desbravando as matas, os imigrantes japoneses foram adentrando pelo interior de São Paulo. Núcleos coloniais surgiram a partir dessa ação desbravadora

Arquivo/Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil





Acervo/Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil

Em 1919, Torazo Okamoto introduziu o cultivo do chá, na região do Vale do Ribeira. Em novembro de 1934, introduziria, em Registro, o chá da variedade assam

fatais.

Contemporânea à Colônia Hirano, a Cacatu, em Antonina, no Paraná, foi instalada graças aos esforços de Takashi Watanabe, Jingoro Hara, Seita Yassumoto, entre outros imigrantes que já trabalhavam em fazendas do interior de São Paulo. Logo depois, por volta de 1918, surgia a Colônia Cachoeira. Nos anos seguintes, novas colônias foram estabelecidas no Paraná e no interior paulista. Entre as que surgiram no Estado de São Paulo, podem ser destacadas as colônias Tietê (posteriormente Pereira Barreto), Bastos e Alianças, que foram criadas no segundo período da história da imigração japonesa no Brasil, segundo a divisão proposta por Hiroshi Saito, na obra *O Japonês no Brasil*. De acordo com esse autor, o mencionado período vai de 1926 até 1941 e corresponde à fase de participação ativa do governo nipônico no processo, criando mecanismos para incrementar e subsidiar a instalação de trabalhadores japoneses no Brasil. As terras da Colônia Bastos, por exemplo, pertenciam a uma entidade nipônica, a Confederação das Cooperativas de Emigrantes (Kaigai Ijukumiai Rengokai), que as adquiriu no dia 18 de junho de 1928. Mais tarde, a Bratac (Burajiru Takushoku Kaisha - Companhia de Colonização do Brasil S/A), fundada em 25 de março de 1929, encarregou-se

diretamente da formação daquele núcleo, como já havia feito com a Colônia Tietê.

Com a expansão dos núcleos coloniais, a atividade agrícola se diversificou. Embora o cultivo do café fosse o carro chefe da economia nacional, outras culturas despontaram por meio desses núcleos coloniais. Pode-se ressaltar o plantio de algodão e chá (trazido em 1919 por Torazo Okamoto) na região de Iguape, que já cultivava arroz e cana-de-açúcar. Na Colônia Bastos, além de café e arroz, os imigrantes cultivavam também feijão. Em decorrência da crise no setor cafeeiro, desencadeada pela depressão que atingiu o mundo capitalista a partir de 1929, o plantio de algodão ganhou impulso em Bastos. Em 1931, essa colônia dá início à criação do bicho-da-seda e, a partir da década de 1950, a avicultura também passa a compor o seu cenário econômico, ao lado da agricultura.

É importante registrar ainda a participação de imigrantes japoneses no cultivo de batata e verduras na cidade de São Paulo. Desgostosos com a realidade do trabalho nas fazendas do interior paulista, muitos japoneses preferiram deixá-las, partindo, assim, para a capital, onde acabaram se ocupando em atividades agrícolas nas chácaras existentes na periferia. O fato é que, desde 1911, há registros de plantadores de batata nas regiões de Santana e Taipas, na zona norte de São Paulo. Dois anos depois, algumas famílias de japoneses começaram a cultivar verduras no Morumbi. Outras dez, chegadas de Guatapará, adquiriram 50 alqueires em Juqueri (hoje Franco da Rocha) e também passaram a cultivar batata.

A população japonesa nos arredores de São Paulo chegou à década de 1920 em processo contínuo de crescimento, o que possibilitou a constituição de novos núcleos. Na

Freguesia do Ó moravam 53 famílias. Em Cotia, havia 80, e a maioria se dedicava à plantação de batata. Em Barueri, algumas famílias também começaram a plantá-la. Em Itaquera, desde 1923, desenvolveu-se o empreendimento imobiliário Colônia Nipônica. Em 1927, cerca de 20 famílias já moravam no local, cultivando, entre outros produtos, tomate e morango. Mais tarde, a região ganharia destaque como grande produtora de pêssego.

Pouco a pouco, a cidade de São Paulo foi absorvendo a presença dos imigrantes da terra do Sol Nascente, e seus costumes passaram a compor o cotidiano da capital paulista. Relata Tomoo Handa que, até por volta da década de 1930, as verduras eram vendidas pelos portugueses, que as transportavam em seus carrinhos de roda ou em carrocinhas puxadas por mulas. Entre os japoneses, essa atividade ficava a cargo das mulheres. Logo nas primeiras horas do dia, com a balança sobre os ombros, “a figura vigorosa da mulher japonesa podia ser vista principalmente nos bairros da periferia”, descreve Handa.

Em 1938, um ano antes da Segunda Guerra Mundial, a colônia nipônica sofreria um golpe com um decreto do presidente Getúlio Vargas. Por força de tal decreto, ficava proibida, no território nacional, qualquer publicação em língua estrangeira. Essa foi a primeira de uma série de restrições impostas à comunidade japonesa estabelecida no Brasil. Com o início da guerra, surgem outras medidas restritivas não só em relação aos japoneses, mas também aos grupos provenientes da Itália e Alemanha, os outros dois países do Eixo.

Restrições

Na época em que aquele decreto foi baixado, cerca de 20 publicações

regulares em língua japonesa circulavam em São Paulo, entre as quais as seguintes: *Seishu-Shimpo*, *Brasil Asahi*, *Nambei*, *Nippak Shimbun* e *Burajiro Jiho*. Além de jornais e revistas, o governo proibiu também a edição de livros em línguas estrangeiras. A medida, reflexo de uma política nacionalista que procurava se legitimar a partir de idéias eugênicas, deixou os japoneses bastante preocupados, uma vez que educavam seus filhos na língua pátria com livros escritos em japonês. Alguns anos antes da vigência desse decreto, uma outra medida visivelmente preconceituosa e que também evidenciava bastante a teoria do *melhoramento do tipo racial* (eugenia), então muito em voga no Brasil, também fora adotada. Tratava-se da limitação à entrada de imigrantes japoneses no país. Pelas disposições de tal medida, inseridas na Constituição de 1934, o Japão, que, no começo dos anos 30 chegara a enviar para o Brasil até 25 mil imigrantes por ano, ficava limitado a uma cota anual de, no máximo, 4 mil imigrantes. Mas o pior estava ainda por vir.

Alguns anos mais tarde, quando o mundo, apreensivo, já acompanhava a Segunda Grande Guerra, as restrições tornaram-se ainda mais severas. Isso tudo por causa do rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), a partir do dia 28 de janeiro de 1942. Já no dia seguinte, a Superintendência de Segurança Política e Social de São Paulo publicava a portaria que iria regulamentar as atividades dos estrangeiros naturais dos países do Eixo, que ficariam proibidos: *da disseminação de quaisquer escritos nos idiomas de suas respectivas nações; de cantarem ou tocarem hinos das potências referidas; das saudações peculiares a essas potências; do uso do idioma das mesmas*

potências, em concentrações, em lugares públicos (cafés, etc); de exibir em lugar acessível, ou exposto ao público, retrato de membros do governo daquelas potências; de viajarem de uma para outra localidade sem salvo-conduto fornecido por esta Superintendência; de se reunirem, ainda que em casas particulares, a título de comemoração de caráter privado; de discutirem ou trocarem idéias, em lugar público, sobre a situação internacional; de usarem armas, mesmo que hajam anteriormente obtido o alvará competente, bem como negociarem com armas, munições ou materiais explosivos ou que possam ser utilizados na fabricação de explosivos; de mudarem de residência sem comunicação prévia a esta Superintendência; de se utilizarem de aviões que lhes pertençam; de viajarem por via aérea sem licença especial concedida por esta Superintendência.

No dia 11 de março, pouco tempo depois da publicação de tais restrições, o *Diário Oficial* divulgou um decreto baixado por Getúlio Vargas, que dispunha que os prejuízos decorrentes de agressões praticadas por países do Eixo contra bens do Estado brasileiro seriam cobertos pelos depósitos bancários dos imigrantes residentes no país. Para tanto, foi decretado o confisco de 10 a 30% de todos os depósitos bancários superiores a dois contos de réis de alemães, italianos e japoneses. Além disso, o governo decidiu também intervir nas empresas controladas por esses estrangeiros, demitindo os diretores e nomeando para seus lugares dirigentes brasileiros. Todas essas imposições foram decretadas no auge da repercussão dos sucessivos ataques de submarinos alemães a navios brasileiros, entre os quais o Buarque, o Olinda, o Arbutan e o Cairu, afundados no início de 1942. Isso sem falar do navio

Cabedelo, afundado pelo submarino italiano Leonardo da Vinci na mesma época dos demais.

No dia 13 de setembro de 1942, os japoneses foram obrigados a entregar à polícia todos os aparelhos de rádio existentes em suas casas ou locais de trabalho. Uma semana depois, foram informados de que não poderiam mais utilizar seus automóveis, caminhões, motocicletas e embarcações, que passariam a ficar sob guarda policial. Mas, como afirmou o jornalista Fernando Moraes, “nenhuma dessas medidas doeria tanto na alma japonesa quanto a ordem de fechamento das escolas de seus filhos. Nem tanto pela alfabetização, que até poderia ser realizada em outra língua. O problema é que, sem a escolinha japonesa, as crianças estariam privadas do aprendizado do *Yamatodamashii* - a doutrina do espírito nipônico e do modo de vida japonês. Era na escola que meninos e meninas aprendiam o padrão de comportamento japonês - aprendiam a ser bons e leais súditos do imperador Hiroito. E isso, os pais sabiam, nenhuma escola brasileira e nenhum professor gaijin saberia ensinar”.

O clima de tensão e angústia que envolveu a colônia nipônica no Brasil, na época da Segunda Guerra, pode ser avaliado pelo conteúdo de uma correspondência encaminhada pela Cooperativa Agrícola de Bastos à Bratac, em São Paulo:

Tendo consciência de viver no país inimigo, mas acreditando na vitória final, todos os colonizadores, que são pacientes e prudentes, estão obedecendo à lei brasileira. Eles estão mantendo atitude pacífica, tentando somente o aumento da produção, (...). Porém, por serem japoneses, eles não podem mais viajar à vontade, nem escrever cartas em japonês, nem se reunir livremente ou escutar rádio.

Além disso, os brasileiros mal-educados estão destrutando os colonizadores por serem japoneses e eles precisam estar de sobreaviso mesmo para ler algum livro em japonês. Assim, a situação geral da colônia realmente está lamentável. (...) É natural que oitenta por cento de todos os que estão nestas condições lamentáveis desejem viver sob a Hinomaru (bandeira japonesa) e observamos que a maioria deles pretende reemigrar para as ilhas dos Mares do Sul, onde o governo japonês deverá ter poder depois da Guerra.

Com a declaração de guerra do Brasil ao Eixo, novas medidas restritivas foram impostas. A primeira delas autorizava os empregadores a rescindir, sem o pagamento de nenhum direito, os contratos de trabalho com “súditos das nações com as quais o Brasil rompeu relações diplomáticas ou se encontra em estado de beligerância”. A situação iria se agravar ainda mais no início de julho de 1943, com o ataque ao navio Pelotas Lóide, que fora alugado ao governo americano. Fazia o trajeto entre Port of Spain (em Trinidad, no Caribe) e Recife. Quando se aproximava da costa brasileira, ao norte do Belém do Pará, foi afundado por um submarino alemão, episódio que provocou a morte de cinco tripulantes brasileiros. Em resposta, Vargas determinou, no dia 9 de julho, alguns dias depois da agressão, o internamento, a pelo menos 100 quilômetros da costa, dos súditos do Eixo que viviam no litoral paulista. No dia seguinte, tropas do Exército e da Força Pública cercaram a cidade de Santos a fim de cumprir a ordem, retirando os cerca de 10 mil imigrantes residentes na Baixada Santista, dos quais quase 9 mil eram japoneses e o restante, alemães e italianos. Ao chegarem a São Paulo, foram encaminhados à Hospedaria dos Imigrantes, transformada, provisoriamente, em centro de triagem dos colonos

expulsos do litoral paulista.

Essa medida foi observada também em outras regiões do litoral brasileiro. No Estado do Pará, por exemplo, o coronel Magalhães Barata determinou que todos os japoneses, alemães e italianos encontrados na região fossem levados para Acará, no meio da selva. Meio século depois, o local, já com o nome de Tomé-Açu, iria se transformar num modelo mundial de produtividade agrícola, graças aos esforços da colônia japonesa formada no local a partir da mudança forçada.

As transferências forçadas e os internamentos não surtiram efeito, pois submarinos alemães continuariam afundando navios brasileiros ao longo da guerra. Entre novembro de 1939 e julho de 1945, eles afundaram 32 navios mercantes e três vasos de guerra brasileiros, provocando a morte de 1.439 pessoas, entre tripulantes, passageiros e militares.

A colônia japonesa procurava se informar sobre o andamento da guerra principalmente por meio de mascates e viajantes, “que sempre apareciam com notícias frescas. Quando estas, porém, falavam de vitórias aliadas, a reação dos japoneses era sempre a mesma: ‘Isso é propaganda dos americanos’”, ressaltou Fernando Moraes.

Essa postura seria mantida mesmo após a derrota das forças do Eixo, chegando ao ponto de dividir a colônia nipônica estabelecida no Brasil em dois grupos: *makegumi* e *kachigumi*. O primeiro, ou seja, o grupo dos *esclarecidos* ou *derrotistas*, que aceitava a derrota nipônica na guerra, era formado por japoneses com situação econômica mais elevada e que, portanto, não tinham a intenção de retornar ao Japão. Por outro lado, o grupo dos *kachigumi* (*patriotas* ou *vitoristas*) era constituído, em sua maioria, por tintureiros, lavradores,

feirantes e ex-militares, pessoas de formação modesta que vieram para o Brasil com um único objetivo: melhorar de vida e, assim, retornar ao Japão. Esse grupo sustentava a teoria da vitória do Japão no conflito, levando em consideração que seu temido exército imperial jamais havia perdido uma guerra em 2.600 anos de história.

Para reforçar tal teoria, os *vitoristas* chegaram a distribuir para a colônia japonesa espalhada pelo Estado de São Paulo falsas proclamações do imperador Hiroito, panfletos contendo notícias falsificadas e até fotos fraudadas da cerimônia da rendição japonesa. Mas a situação pioraria quando uma série de assassinatos e atentados começou a ser praticada contra os chamados *derrotistas* da colônia nipônica. Por detrás desses atos extremados, estava a Shindo Renmei (Liga do Caminho dos Súditos). A organização foi fundada em agosto de 1942 por Junji Kikawa, tenente-coronel do exército imperial japonês estabelecido, no Brasil, em 1933.

Fundada num período bastante adverso para os imigrantes japoneses instalados no país, graças às ultrajantes e humilhantes medidas às quais foram submetidos pelo governo brasileiro, por força da Segunda Guerra Mundial, a Shindo Renmei surgiu justamente com o propósito de unificar a colônia, que, naquela altura dos acontecimentos, era atingida por leis que desrespeitavam o *yamatodamashii*, ou seja, o espírito nipônico. Todavia, com o final da guerra, essa finalidade foi levada ao extremo pela Shindo Renmei, que, por meio dos *vitoristas* (kachigumi) incorporados ao seu quadro associativo, foi responsável pela perseguição aos que aceitavam a derrota do Japão no conflito mundial. Considerados traidores da pátria e do imperador, serviram de alvo aos *tokkotai*,

nome dado aos *vitoristas* que se encarregavam do assassinato de *derrotistas*.

O saldo dos ataques promovidos por essa organização fundamentalista, entre janeiro de 1946 e fevereiro de 1947, foi atemorizante, totalizando 23 mortos e cerca de 147 feridos. No segundo semestre de 1946, os crimes cometidos começaram a ser julgados. Ao todo, a polícia paulista deteve, identificou e fichou 31.380 imigrantes japoneses suspeitos de ligação com a Shindo Renmei. A Justiça, todavia, só aceitou a denúncia contra 381 deles. Cumpre ressaltar que imigrantes inocentes foram presos e outros detidos sem acusação formal, todos eles apanhados nos arrastões da polícia. Desmantelada a organização - que chegou a apresentar cerca de 100 mil sócios contribuintes espalhados por 64 municípios paulistas - a normalidade, pouco a pouco, voltava a reinar.

Com o restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e Japão, empresas japonesas começam a planejar investimentos no território brasileiro. Em 1951, o governo federal aprova projeto para a entrada de 5 mil famílias de imigrantes nipônicos no país, após um período de interrupção do processo imigratório, por conta da Segunda Guerra Mundial. As primeiras delas chegam em 1953, já na terceira fase da história da imigração japonesa no Brasil, segundo divisão proposta por Hiroshi Saito, na obra *O Japonês no Brasil*. Nos anos subsequentes, novas levas de imigrantes japoneses entraram no país. Esse fluxo, no entanto, foi bem reduzido se comparado ao do período anterior à guerra. Em 1973, vinte anos após a retomada da imigração, chega ao Porto de Santos o Nippon Maru, o último navio a transportar imigrantes nipônicos.

São Bernardo e Santo André

A instalação de japoneses na região do atual Grande ABC não ocorreu em massa, visto que o território não se constituía em pólo de atração para as levas de imigrantes que deixavam o Japão. Esses grupos tinham um destino certo: as fazendas cafeeiras do interior paulista. As dificuldades encontradas nesses locais acabaram, por sua vez, ocasionando a dispersão de muitos imigrantes, que, alimentando o sonho de melhores condições de vida, preferiram abandoná-las, partindo, muitas vezes, para a capital paulista e arredores.

De acordo com o livro *A Imigração Japonesa no Grande ABC*, de Shimpei Imai, os primeiros japoneses que passaram pela região - mais precisamente por São Bernardo, que, na época, era um vasto município que englobava o território do ABC de hoje - foram quatro marceneiros: Tomoiti Kobuti, Kameiti Yamashita, Siniti Yago e Shiniti Mitami. Eles chegaram ao local em 1912 e partiram em pouco mais de seis meses. As razões da partida, entretanto, não foram esclarecidas por Imai, assim como informações relativas à procedência dos quatro (região em que se estabeleceram primeiro) e ao ano em que chegaram do Japão não foram também destacadas.

O ano de 1918, seis anos após a rápida passagem dos quatro marceneiros nipônicos por São Bernardo, assinalou a chegada do primeiro japonês a se fixar definitivamente na região. Trata-se de Sadaichi Takeshita, ou, simplesmente, José Takeshita, como ficou conhecido. Sua história é bastante curiosa e peculiar, não se vinculando às etapas da imigração japonesa no Brasil.

Segundo os registros, Takeshita saiu do Japão como membro de uma expedição científica naturalista destinada



à América do Sul para uma série de pesquisas no campo das doenças tropicais. Antes de chegar ao Brasil, a expedição, da qual faziam parte também um outro nipônico, um alemão e um suíço, passara pelo Peru e Bolívia. Ao adentrar em território brasileiro, pelo Rio Amazonas, perto de Manaus, o navio afundou. José Takeshita foi o único sobrevivente. Depois de um período vivendo nessa região, chegou a Santos, dirigindo-se, em seguida, para São Paulo. Na capital paulista, fixou residência no bairro de Santana, na casa da família Pelosini, onde trabalhou como copeiro. Algum tempo depois, essa família mudou para São Bernardo, e Takeshita a acompanhou. Na cidade, sua primeira ocupação foi a de mecânico de teares, na fábrica de Ítalo Setti, onde conheceu sua futura esposa, a tecelã Maria Scopel, filha de italianos. Depois, José Takeshita instalou-se como barbeiro num salão que ficava na rua Marechal Deodoro. Mas, quando alguém precisava de socorro médico, Takeshita se dispunha a ajudar, uma vez que “dentro de si, (...) a medicina naturalista continuava latente”.

Outro nome que também deve ser mencionado é o de José Adamastor, o primeiro japonês que se instalou em Santo André, que, na época, era distrito de São Bernardo. Nascido em Amaoka, no Japão, em 5 de janeiro de 1900, Adamastor, cujo nome original era Shun-iti Hamashita,

Os primeiros japoneses que se fixaram na região do Grande ABC: Sadaichi Takeshita (à esquerda), o pioneiro de São Bernardo, e José Adamastor, o pioneiro de Santo André

Família Toyoda, a pioneira de origem nipônica estabelecida em São Caetano. Senjiro e Shizue Toyoda com os filhos Keigo e Sumie, a primeira nissei nascida na cidade. Foto de 15 de agosto de 1927

Acervo/Família Toyoda



chegou ao Brasil com pouco menos de 10 anos, na companhia de tios e primos. Inicialmente, foi criado por franceses e italianos. Algum tempo depois, passou a viver com a família Pujol. Estabeleceu-se em Santo André em virtude dos empreendimentos da Empresa Imobiliária de São Bernardo, fundada em 1921, pelos irmãos Hippolyto Gustavo Pujol Júnior e Ernesto Pujol, com o objetivo de promover o loteamento de áreas do território do município de São Bernardo - entre as quais terrenos situados em Santo André e São Caetano, ambos distritos de São Bernardo, na ocasião. Incumbido da manutenção dos bondes, cuja rede era explorada pela empresa dos irmãos Pujol, graças à concessão feita pelo então prefeito Saladino Cardoso Franco, José Adamastor chega a Santo André. Mesmo após o encerramento da empresa, preferiu continuar na cidade. Casou-se com a portuguesa Júlia do Espírito Santo, com quem teve oito filhos. Deu prosseguimento à profissão de mecânico, instalando uma oficina nas proximidades do antigo Cine Carlos Gomes.

Aos poucos, outras regiões do atual ABC também passaram a receber japoneses. Em São Caetano, por exemplo, a saga nipônica iniciou-se, na década de 1920, com a família Toyoda.

São Caetano

Em 1925, a família Toyoda embarcou no navio Manila Maru rumo ao Brasil. O destino era a fazenda de café Boa Vista, em Ribeirão Preto. Alimentando o sonho de uma vida melhor, o patriarca Senjiro Toyoda, que era técnico em cerâmica, decide ir em busca de um emprego que pudesse lhe

oferecer novas perspectivas, uma vez que o trabalho na fazenda não lhe permitia vislumbrá-las. Corria o ano de 1926 quando Senjiro conseguiu trabalho nas Louças Adelinas, em São Caetano. Empregado, transfere-se com a esposa Shizue e com o filho Keigo, então com 5 anos, para a cidade. Inicialmente, moraram numa casa alugada que ficava na rua São Paulo. Em 1928, já com a família maior, por ocasião do nascimento, em 22 de abril de 1927, de Sumie Toyoda, a primeira nissei nascida em São Caetano, ocorre a mudança para uma casa da antiga rua Tupy (atual rua Tenente Antônio João). Naquele ano, Senjiro passa a se dedicar também ao comércio de brinquedos em celulóide e peças de porcelana, num salão alugado que ficava na rua João Pessoa. Para ampliar esse comércio, constrói, em sua casa, um forno para a fabricação de estatuetas de barro. Ao mudar para uma casa situada na esquina das ruas Maranhão e Amazonas, constrói um forno maior, o que possibilitou o aumento da produção. Desta forma, começa a se dedicar exclusivamente à sua fábrica. Em dezembro de 1932, a família Toyoda adquire o imóvel nº 106 da rua Amazonas (atual nº 720), onde instalou sua fábrica de artigos cerâmicos e sua residência.

O ano de 1932 assinalou também a chegada da família Kato a São Caetano. Como havia acontecido com a pioneira família Toyoda, os Kato dirigiram-se, primeiramente, para o interior de São Paulo, mais precisamente Igarapava. Depois de dois anos no interior, Shinithi Kato instala-se em São Caetano com a esposa Thioko e os filhos Yoshikazu, Harue, Miyuki, Motogiro, Daijo, Kaoro e Yoshiro. A primeira residência da família ficava na esquina das ruas Maranhão e Rio Grande do Sul.

De acordo com Ademir Medici, no



Shinithi Kato com a esposa Thioko e os filhos Kaoro e Motogiro, em foto tirada em 1936, numa plantação de eucaliptos, onde hoje se encontra o colégio Externato Santo Antônio

livro *A Imigração Japonesa em São Bernardo do Campo*, uma outra família nipônica chegou também a São Caetano em 1932. Trata-se dos Iwasaki. Tudo indica que alguns membros dessa família já se encontravam no município por volta desse período, entre eles Fusae Iwasaki, que veio a se casar com Minoru Toyoda, irmão do pioneiro Senjiro Toyoda. Alguns anos após, o irmão de Fusae, Mamoru Iwasaki, estabelecia-se na cidade com a esposa Tokiwa. Vindos de uma fazenda localizada em Jaboticabal, o casal adaptou-se logo à nova vida, chegando a fundar uma fábrica de bonecas na rua Goitacazes. Posteriormente, mais um membro da família adotaria a cidade como sua terra: Noboru Iwasaki.

Pouco a pouco, outras famílias japonesas foram chegando a São Caetano. A cidade crescia, principalmente no setor industrial. A oferta de emprego enchia de expectativa os integrantes da numerosa colônia nipônica espalhados pelas fazendas do interior paulista. Muitos

deles, vislumbrando novas oportunidades, resolvem aqui se estabelecer. A década de 1930 registrou ainda a chegada da família Ozawa, que instalaria, na rua Manoel Coelho, a tinturaria Monte Fuji.

São Caetano chegaria à década de 1940 contando com outras famílias nipônicas em seu cenário social. Em dezembro de 1941, o casal Kiyoshi e Akino Kawano instala uma fábrica de bonecas na cidade. Alguns anos depois, chega a família Kakumu. Sua jornada no Brasil se iniciou no dia 9 de outubro de 1930, data em que Ryohei e Kimi Kakumu desembarcaram com os filhos Kengo, Kinko e Shogo em Santos. Inicialmente, foram encaminhados para o trabalho na lavoura numa fazenda situada nas redondezas de Guarantã, no interior de São Paulo. Depois de um período nessa região, Ryohei decide se transferir com a família para São Caetano. Na cidade, coloca em prática os conhecimentos que possuía em relação à produção de porcelana, por meio da fábrica que instalara na rua Amazonas, 1.680. Especializada, inicialmente, na fabricação de artefatos domésticos de porcelana, a empresa muda sua finalidade, em 1965, passando a produzir pastilhas de porcelana esmaltadas. Sob a denominação de Revespiso Indústria e Comércio Ltda., a empresa atuou por quase duas décadas no município, encerrando as atividades em meados da década de 1980. Shogo Kakumu,

Os passaportes do casal Ryohei e Kimi Kakumu. Chegaram ao Brasil no dia 9 de outubro de 1930. Antes de se estabelecerem em São Caetano, foram encaminhados para uma fazenda situada nas redondezas da cidade paulista de Guarantã

Acervo/Shogo Kakumu





Acervo/Alice Yoko Aikawa

Família de Yoshica Aikawa, em foto de 1957. Em pé, da esquerda para a direita: Mário, Júlio, Alice Yoko, Lino, Adélia, Hiroshi, Jorge, Roberto e Paulo. Sentados, da esquerda para a direita: Ivone, Alice, Yoshica Aikawa e Neide. As crianças são, da esquerda para a direita: Lincoln, Rosimeire, Luíza, Sussumu (no colo) e Hélio. A família Aikawa chegou a São Caetano em 1957. Yoshica Aikawa foi presidente da Associação Nissei de São Caetano do Sul e seus filhos comandaram o estúdio Foto Moderno, que ficava na rua Amazonas, 1.171

um dos filhos do casal Ryohei e Kimi Kakumu, além dos serviços prestados à cidade, na área industrial, destacou-se também nos meios social e político de São Caetano. Foi vereador durante a segunda gestão municipal de Oswaldo Samuel Massei (1969-1973) e um dos fundadores e presidentes do Rotary Club de São Caetano do Sul - Oeste.

Outras famílias nipônicas também merecem ser destacadas em virtude da contribuição que deram ao desenvolvimento da cidade, entre as quais a Kohara, a Ito, a Goto, a Nitto, a Matsuzaki, a Fujita, a Aikawa e tantas outras. Em sua maioria, as famílias que para cá se dirigiram, entre meados da década de 1920 e o decênio de 1950, se enquadram em uma das três fases da

história da imigração japonesa no Brasil, conforme divisão proposta por Hiroshi Saito, a saber: primeira fase (1908 a 1925); segunda fase (1926 a 1941); e terceira fase (1942 a 1953).

Quando começou a receber famílias nipônicas, em 1926, São Caetano dava sinais de desenvolvimento. Mesmo na condição de um distrito de São Bernardo, naquela época a cidade já apresentava um respeitável número de indústrias. Estas, na medida em que se expandiam, demandavam mais mão-de-obra, despertando, desta forma, o interesse de japoneses que se encontravam, sobretudo, no interior paulista. Quando chegaram à cidade, os japoneses serviriam não só de oferta de mão-de-obra para o ramo industrial. Alguns viriam a se firmar também como proprietários de fábricas e estabelecimentos comerciais. Em razão das necessidades de uma cidade em processo de crescimento, a chegada de nipônicos ávidos por melhores condições financeiras só poderia ser benéfica. A postura de São Caetano, portanto, não poderia ter sido outra, senão a de recebê-los de braços abertos. A cidade, que já possuía entre seus habitantes membros de outras colônias, renderia, assim, ao imigrante japonês uma receptiva saudação: irashaimase! (ou, no bom português, seja bem-vindo!).

(*) *Cristina Toledo de Carvalho, historiadora da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul*

Bibliografia

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp/Memorial da América Latina/Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.
HANDA, Tomoo. *O Imigrante Japonês: história de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.
HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
IMAI, Shimpei. *A Imigração Japonesa no ABC*. In: MEDICI, Ademir. *A Imigração Japonesa em São Bernardo do Campo*. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1983.
MEDICI, Ademir. *A Imigração Japonesa em São Bernardo do Campo*. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1983.
MORAIS, Fernando. *Corações Sujos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
SAITO, Hiroshi. *O Japonês no Brasil*. São Paulo: Sociologia e Política, 1961.
WAWZYNIAK, Sidinalva Maria dos Santos. *Histórias de Estrangeiro: passos e traços de imigrantes japoneses (1908-1970)*. Tese de Doutorado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.

Artigos em periódicos

- CARVALHO, Cristina Toledo de. Mosaico de lembranças. *Raízes* nº 34, São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, p.7-11, dez. 2006.
RODRIGUES, Mário Porfírio. Família Toyoda e sua importância na indústria cerâmica. *Raízes* nº 24, São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, p.83-86, dez. 2001.
SAGA (Revista comemorativa dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil). São Paulo: *Jornal Paulista*, jun. 1988.
SPERATE, Jocimara. O Sol Nascente brilha em São Caetano. *Raízes* nº 7, São Caetano do Sul: Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de São Caetano do Sul, p.7-12, jul. 1992.

Outros

- Fontes do Memorial do Imigrante
História da Imigração Japonesa no Brasil. Disponível em: <http://www.centenario2008.org.br>.
Sob a proteção da bandeira do sol nascente. Disponível em: http://www.japaobrasil.com.br/historia_imigracao.

O Brasil agradece

Em 18 de junho de 1908, portanto, há 100 anos, aportava em Santos o navio Kasato Maru, trazendo a primeira leva de imigrantes japoneses para o Brasil. Era o início da imigração japonesa, cuja iniciativa coube ao Estado de São Paulo, a partir do Tratado da Amizade, Comércio e Navegação, assinado pelo Brasil e Japão em 1895.

Essa primeira leva, visando sanar a carência de força de trabalho, foi destinada às lavouras de café do interior paulista. A partir daí, no período de 1908 e 1924, aportaram no país cerca de 13 mil japoneses, e praticamente todos foram encaminhados à cafeicultura.

É praticamente impossível registrar fielmente as dificuldades de adaptação das primeiras levas de imigrantes. Basta mencionar a diferença lingüística, os costumes próprios, o clima quente dos trópicos, a alimentação desconhecida e as inéditas condições de trabalho.

Num segundo momento, de 1924 a 1941, o governo japonês é que passou a promover e a custear a imigração nipônica para o Brasil. Foi nesse período que aportaram em nosso país cerca de 158 mil japoneses, praticamente todos encaminhados para a agricultura.

Após a Segunda Guerra Mundial, precisamente a partir de 1952, a imigração foi reiniciada. Calcula-se que, até o ano de 1970, chegaram cerca de 46 mil novos japoneses. É importante registrar que, nessa fase, os novos imigrantes encontraram os descendentes de seus conterrâneos já residindo nas cidades e integrados aos costumes brasileiros.

Mas é bom frisar que a vocação pela agricultura marcou a presença dos japoneses nas terras paulistas e noutros estados da federação. Dos cafezais, passaram para o cultivo de feijão, arroz, batata, algodão, soja,

e, mais à frente, para o cultivo de frutas, verduras e legumes, com suas experiências e a introdução de suas técnicas na preparação do solo. Criaram, assim, o denominado Cinturão Verde no entorno da capital paulista.

Dentre as características dos imigrantes e seus descendentes estão a disciplina e a vontade de aprender. Em pouco tempo, passaram a se destacar em todos os ramos do conhecimento e das ciências, letras e artes, deixando em todos a marca da cultura oriental.

Esses 100 anos da presença nipônica representam para o país, sobretudo para o Estado de São Paulo, um capítulo da história de um povo, com sofrimentos, lutas, persistência, disciplina, vitórias, inovações e conquistas.

É notória, nos dias atuais, a convivência da sociedade brasileira com os valores da cultura japonesa, como a disciplina, a dedicação, a família, o empenho aos estudos, o respeito aos idosos e às tradições. A cultura japonesa está evidente por meio de seus descendentes nos mais variados setores da política, da educação e do saber, na saúde, na medicina e no campo das pesquisas.

Ressalta-se, sobremaneira, a importância da cultura japonesa na arquitetura, nas artes e, de maneira especial, na culinária, uma das mais saudáveis do mundo, já integrada aos hábitos brasileiros. Nada mais justo que a nossa mais profunda admiração e homenagem ao povo japonês e seus descendentes, pelo centenário de sua imigração para o Brasil.

(*) Prof. José Ramos Vitorino, professor de geografia e história, poeta

Em busca da essência binacional: as associações nipo-brasileiras em São Caetano do Sul

“Quando erguemos a vista não vemos fronteiras”

Provérbio japonês

Senhoras japonesas praticando Odori (dança tradicional) no Clube Gonzaga Nipo-Brasileiro. Na fileira à esquerda, vê-se, da frente para o fundo, Tomiko Iwasaki, Shizuko Kato, Toshie Kitahara, Fukiko Goto e Harue Kague. No círculo, da esquerda para a direita, identifica-se Kioko Nishie, Tokiko Susa, Ikuyo Iwasaki e Fusae Ikenaga. Na fileira à direita, vê-se, da frente para o fundo, Mitsuko Suzuki, Tokwa Iwasaki, Mineko Matsuda, Mitsuko Yano e Sadako Ono. Foto de 2004

No riso, a saudade. No olhar, a procura. No coração, uma nova nacionalidade. Os japoneses que emigraram para o Brasil ao longo do século 20 e seus descendentes formam um conjunto complexo de sentimentos e aspirações. Existem aqueles que sonham em voltar para a pátria-mãe; os que choram ao lembrar de casa; os que nem pensam em retornar; os que retornam para ganhar dinheiro; os que já nem lembram que não nasceram no Brasil; os que são brasileiros por pura paixão. Defini-los é impossível. Julgá-los, incabível. Compreendê-los e admirá-los, uma rigorosa missão, que empreenderemos neste texto.

Há 100 anos, os primeiros imigrantes que vieram para o Brasil foram trabalhar nas lavouras de café de São Paulo. No artigo *Os Imigrantes Japoneses em Terras Brasileiras*, disponível na Fundação Japão, Célia Sakurai, coordenadora acadêmica do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, afirma:

“Foram cerca de 250.000 os imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil de 1908 até o final da década de 1970, na sua grande maioria como agricultores. As marcas deixadas por esses imigrantes

e seus descendentes no panorama sócio-econômico e cultural do Brasil ao longo de quase um século, são inúmeras. Participaram efetivamente das profundas mudanças que o país experimentou durante o século 20”.

A história da imigração japonesa em São Caetano começou com Senjiro, Shizue e Keigo, membros da família Toyoda que, em 1926, vieram trabalhar no comércio local. O irmão de Senjiro, Minoru Toyoda, foi presidente da primeira instituição japonesa de São Caetano do Sul, criada na década de 1930: a Sociedade Esportiva e Cultural dos Nisseis de São Caetano.

Até hoje, a comunidade japonesa e seus descendentes são atuantes na cidade em diversas áreas. Para preservação da cultura e assistência mútua, eles se reúnem em associações presentes na cidade.

A instituição mais atuante no município é o Clube Recreativo Esportivo Gonzaga Nipo-Brasileiro, cuja administração está a cargo da Associação Bunka São Caetano (ou Associação Nipo-Brasileira de São Caetano) há mais de 10 anos. A palavra *bunka* refere-se à cultura e, freqüentemente, é utilizada por associações japonesas em todo o Brasil.

A Associação Nipo-Brasileira de São Caetano foi fundada em 1952 sob o nome de Clube Nihonjin Kai. A primeira sede foi na rua Floriano Peixoto. Tomiko Iwasaki, uma das fundadoras da associação,

Acervo/Grupo de dança Odori do Clube Gonzaga



lembra que, na época, diversas atividades eram realizadas no clube, como teatro e dança. A segunda sede foi na alameda Conde de Porto Alegre, 1.595, atual sede da Associação Okinawa. A terceira e atual sede localiza-se na rua Luiz Lousã, 170.

Até hoje, Tomiko frequenta as atividades no Clube Gonzaga, sobretudo as aulas de dança.

Kazuyoshi Koh, atual presidente da associação e um dos membros-fundadores, afirma que a missão da Bunka é preservar os costumes japoneses e promover a união com a sociedade brasileira. Em parceria com Akio Ohira, presidente do Clube Gonzaga, a Associação Nipo-Brasileira de São Caetano do Sul é a instituição que mais promove atividades voltadas à colônia japonesa na cidade.

Todas as quartas-feiras, um grupo de aproximadamente 30 senhoras pertencentes à colônia japonesa se reúne no Clube Gonzaga para praticar Odori, uma dança tradicional. O grupo se apresenta em eventos no ABC paulista e em São Paulo, inclusive no tradicional bairro da Liberdade. Algumas integrantes já se apresentaram no Paraná e no Rio de Janeiro.

Além da dança, o clube oferece outras atividades voltadas à colônia japonesa e demais interessados, como karaokê, dance karaokê e curso de japonês. Todo primeiro domingo de cada mês, realiza-se um almoço tipicamente japonês para os aniversariantes. Uma ou duas vezes por ano, os associados participam de um programa tipicamente brasileiro: feijoada.

O Gonzaga possui mais de 200 famílias associadas e está dividido em diversos departamentos, dentre os quais: feminino, juventude e terceira idade. Este último é formado por membros da Sociedade Rojin Kai (Sociedade Assistencial e Cultural Japonesa de São Caetano do Sul), que foi fundada em 1952 e reúne idosos japoneses com mais de 65 anos. Maresuki Koyama, que era presidente da sociedade em 1992, afirmou, em *Raízes*

nº 7, que “os idosos são as personalidades mais respeitadas em todo o Japão; eles refletem a essência cultural do Oriente que desejamos preservar um pouco aqui no Brasil”. A associação preserva os rituais japoneses e, nas comemorações, todos se voltam para o Leste, curvam o corpo e pedem saúde e paz para amigos e familiares que ficaram no Japão.

Neste centenário, o clube promove várias atividades tipicamente japonesas, como undokai (tradicional gincana poliesportiva), taikô (tambor), kendo (luta com espadas) e bon odori (dança).

A Associação Okinawa Kenjin do Brasil, com subsele em São Caetano do Sul, na alameda Conde de Porto Alegre, 1.595, tem como missão valorizar e divulgar a cultura e as tradições da Província de Okinawa, com o intuito de contribuir para a transmissão de conhecimentos e de valores necessários para preservação de sua identidade coletiva. A Província de Okinawa situa-se no extremo sul do arquipélago japonês e sua capital política é Naha, a aproximadamente 1,5 mil quilômetros de Tóquio.

A Sociedade de Okinawa de São Caetano do Sul, desde 1964, cujo presidente Antonio Shimabukuro, reúne descendentes não somente de Okinawa, mas também de outros locais do Japão. Fundada por Guishir Kamashiro, a sociedade trabalha pela assistência mútua. No Brasil, a Associação Okinawa Kenjin promove festivais de danças e músicas típicas da região, concursos de karaokê, encontro de jovens descendentes, esportes, entre outras atividades.

Outros clubes, como Rotary Club e Lions, também congregam japoneses e nipo-brasileiros, promovendo um mistura cultural ímpar entre diversas nacionalidades.



Fachada do Clube Gonzaga Nipo-Brasileiro. Foto de 2008



Acervo/Clube Recreativo Esportivo Gonzaga Nipo Brasileiro

Festa reunindo os aniversariantes da Terceira Idade do Clube Gonzaga, que acontece sempre no 1º domingo de cada mês. Na mesa, cada aniversariante recebe um pacotinho de arroz tradicional japonês.

Vemos, da esquerda para a direita: 1-Noboro Hashimoto, 2-Kachiguki Nishi, 3- Zeinichi Omine, 4- Tokiharo Yamoto, 5-Yoshiaki Inaba, 6- Mario Nakaoka, 7- Kazuioshi Koh, 8-Junco Tamashiro, 9- Shiguero Kato, 10- Hiroshi Sato, 11-Makio Nishi, 12- Shogo Kakumu, 13- Tadashi Kagui, 14-Minoro Yamada (falecido), 15- Tsukasa Saito, 16- Gilberto Nakano, 17- Yotka Ono, 18- Yoshio Okano, 19- Toshio Nishivaki, 20- Mareske Koyama, 21- Risaburo Goto. Foto de 2007

Mas existem outras importantes instituições que atuam junto à comunidade nipônica da cidade. Algumas delas são templos que congregam uma ampla variedade de religiões e crenças, com destaque para o budismo, o messianismo e o catolicismo, as três religiões que englobam a maioria dos nipo-brasileiros. Outras são instituições filosófico-espirituais, como a Seicho-No-Ie e a Mahikari, que possuem grande visibilidade em São Caetano do Sul. Existe uma grande polêmica entre os estudiosos se essas designações são religiões ou não. Como não é o objetivo deste artigo adentrarmos nas discussões, optamos pela designação *filosófico-espiritual*.

Acervo/Clube Recreativo Esportivo Gonzaga Nipo Brasileiro



Almoço da terceira idade, comemorado a cada primeiro domingo do mês. Foto de 2005

Fundada em 1º de março de 1930, no Japão, por Masaharu Taniguchi, a Seicho-No-Ie “é uma filosofia que transcende o sectarismo religioso, pois acredita que todas as religiões são luzes de salvação que emanam de um único Deus”. Segundos informações da instituição, a Seicho-No-Ie acredita que “o ser humano é filho de Deus, que o mundo da matéria é projeção da mente e, também, nos revela

qual é a nossa verdadeira natureza”. Vale ressaltar que Seicho-No-Ie também é muito freqüentada por não descendentes que se identificam com a filosofia.

Já a Mahikari (Sukyo Mahikari) foi fundada por Yoshikazu Okada, em 1959. Os adeptos acreditam na arte mahikari (ou okiyome) de transmissão da Luz Divina pela mão, com o objetivo de purificar o espírito, a mente e o corpo.

Algumas instituições e associações não foram abarcadas nesta pesquisa, seja pelo limite de páginas, seja pelo desencontro de informações. Mas a contribuição dos japoneses e seus descendentes à cidade de São Caetano do Sul supera referências textuais e vai muito além de dados históricos e relatos.

Comemoramos 100 anos desde que os primeiros japoneses chegaram ao Brasil; mais de 80 anos desde que se estabeleceram em São Caetano do Sul. Na dança, na música, na comida, nas lembranças. Japoneses e descendentes que mostraram, ao longo de um século, que a essência do ser humano também é mutável: não mais imigrantes, mas sim nipo-brasileiros do fundo da alma.

() Lilian Crepaldi, jornalista, historiadora e assessora de difusão cultural da Fundação Pró-Memória*

A Fundação Pró-Memória agradece a colaboração especial de Akiko Kawauchi e Teresinha Takazono, funcionárias do Clube Gonzaga, e de Flavio Nakaoka, Presidente do Seinenkai do CRE Gonzaga Nipo-Brasileiro

Lumi Toyoda

uma nissei sul-sancaetanense

A Revista *Raízes*, neste importante momento das comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil, abre espaço a essa data especial apresentando fatos que marcaram o processo de instalação de famílias nipônicas no território nacional e, em particular, em São Caetano do Sul. Embora a cidade não fosse pólo de atração desses imigrantes, alguns deles, diante das situações adversas vigentes nas fazendas cafeeiras do interior paulista, acabaram descobrindo a localidade, fincando aqui raízes profundas. São Caetano viu, assim, nascer seus descendentes (nisseis, sanseis e yonseis - este último nome dado já a quarta geração). Entre os membros da segunda geração, a dos nisseis, encontra-se Lumi Toyoda, uma estudiosa e conhecedora da cultura nipônica. Na entrevista concedida à Fundação Pró-Memória, ela resgatou, de forma serena e precisa, a vinda de seus avós, paternos e maternos, e de seus pais para o Brasil. Fez também considerações a respeito de sua formação e atividades, além, é claro, de ter abordado o centenário da imigração japonesa no Brasil.

Avós e pais

Nascida em São Caetano do Sul, no dia 29 de janeiro de 1945, Lumi é

filha de Keigo Toyoda (já falecido) e Etuko Toyoda. Quando chegou ao Brasil, em 1925, seu pai ainda era uma criança. Ela recorda que seus avós paternos, Senjiro e Shizue Toyoda, resolveram emigrar quando estavam morando na província de Shizuoka. “Minha avó era enfermeira padrão e conseguiu emprego numa clínica. (...) Nessa clínica, minha avó conheceu um senhor que, durante um tratamento, virou para ela e disse assim: ‘Eu vou para o Brasil.’ (...) minha avó se interessou e pediu para ele levá-la”. Feito isso, Shizue Toyoda comunicou ao marido, que, sem hesitar, topou a empreitada. Como havia a exigência quanto ao número de membros por família (cada família de imigrantes tinha de possuir, no mínimo, três pessoas aptas para o trabalho), e só Senjiro e Shizue preenchiam esse requisito, uma vez que Keigo era apenas uma criança, uma saída foi encontrada: o filho mais velho do senhor que Shizue havia conhecido na clínica foi incorporado à família Toyoda. Resolvido o problema, partiram rumo ao Brasil. No país, foram encaminhados para uma fazenda cafeeira situada na região de Ribeirão Preto. “Como meu avô nunca teve experiência de trabalhar na terra, ele não gostou. Então, logo depois que terminou o contrato, em um ano, ele já



Lumi Toyoda durante entrevista à Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, no dia 3 de abril de 2008

Lumi Toyoda e o primo Issao Kohara com trajes típicos japoneses, por ocasião de um carnaval da década de 1950

veio para São Paulo. Vieram a se estabelecer aqui em São Caetano”. Conforme enfatiza Lumi, os conhecimentos que seu avô Senjiro tinha em relação à produção cerâmica fizeram com que arrumasse emprego nas Louças Adelinas e, posteriormente, montasse sua própria fábrica. Destaca que sua avó possuía também grande conhecimento sobre essa área. “Minha avó nasceu

na província de Gifu, numa cidade que tem um dos maiores números de fábricas de cerâmica no Japão. Tanto o meu avô quanto a minha avó (...), as duas famílias sempre trabalharam com cerâmica”.

Quanto aos avós maternos, Lumi Toyoda revela informações curiosas. “O meu avô era da província de Shiga. Essa província tem o maior lago do Japão. Ele nasceu à beira desse lago. A família dele, eu acho que tinha um hotel. Mas ele sempre trabalhou, eu acho que como funcionário público, não tenho certeza. Minha avó nasceu em Kyoto, cidade histórica japonesa, antiga capital do país. (...) ela era de família aristocrata, tanto é que os pais dela, no século 19 ainda, eles falavam inglês. Eu acho que eles eram diplomatas. Minha avó nasceu nessa família, mas, quando era ainda bebê, ela ficou órfã e foi adotada por uma família que era serviçal da casa dos pais dela. Ela acabou, então, adotando o sobrenome dessa nova família”.

Lumi, dando continuidade, relata: “Os meus avós se casaram em Kyoto e tiveram quatro filhos. O meu tio mais jovem era bebê, eu acho que não tinha nem um ano, quando eles vieram para o Brasil. Minha mãe tinha 16 anos, outro tio



Arquivo/Fundação Pró-Memória

acho que tinha uns 13 anos e uma tia, que hoje mora em Recife e em Ribeirão Pires (a filha mora em Recife, então ela fica pra lá e pra cá), que deveria ter uns oito ou nove anos (...) No mesmo navio em que minha mãe veio, estava o irmão da minha

avó daqui de São Caetano, a Shizue. Esse meu tio que veio para cá, ele veio solteiro, nunca se casou e, até morrer, ele viveu com a gente (...) Quando meu pai ficou na idade de casar, meu tio falou assim: ‘Eu conheci uma moça, no navio, (...) uma moça muito bonita (...)’ Aí foram à procura da minha mãe e acabou dando certo”.

De acordo com Lumi Toyoda, o casamento de seus pais ocorreu em 1944, em plena Segunda Guerra Mundial. “Meus avós tiveram de pedir uma autorização especial, porque, na época, os japoneses não podiam se encontrar. Durante a festa toda, seguranças estiveram no local”.

Além da primogênita Lumi, Keigo e Etuko tiveram também mais uma filha: Emi Toyoda.

Formação e atividades

Lumi Toyoda cursou o primário no Instituto de Ensino de São Caetano do Sul e o ginásio no Bonifácio de Carvalho. Recordou que, quando ingressou no curso ginásial, a escola ainda funcionava no prédio do grupo escolar Senador Fláquer. Concluído o ginásio, tornou-se aluna do

curso técnico de Contabilidade da Álvares Penteado, em São Paulo. Deu continuidade aos estudos nessa própria instituição, conforme destacou: “Acabei fazendo Faculdade de Ciências Econômicas lá mesmo, na Álvares Penteado”.

Durante esse período, Lumi ganhou uma bolsa de estudo do governo da província de Aichi, local no Japão que hoje apresenta o maior número de brasileiros trabalhando, conforme enfatiza. Nessa província, permaneceu um ano, de 1966 ao início de 1967, dando prosseguimento ao curso de Economia. Em 1968, quando já estava novamente no Brasil, concluiu a faculdade. Lumi também fala sobre o período em que estagiou na Pirelli, em Santo André, época decisiva para os rumos tomados por sua vida profissional: “Descobri que não era bem a minha área. Acabei não usando economia macro, só micro, na área de administração”.

Em razão de ter sido uma fase de descoberta, a época de estágio na empresa Pirelli é apontada como uma passagem maravilhosa, e recordada com humor: “Foi sensacional. Aprendi a fazer pneu também, viu. Foi um grande aprendizado”. Lumi também aborda a integração que havia na fábrica, fato perceptível principalmente no horário de almoço, quando funcionários de diferentes departamentos se reuniam no refeitório. “Eu adorava almoçar lá. Tinha um salão enorme e, na época, não era bandeja, não. Era o garçom servindo. E os próprios presidentes, gerentes e diretores também almoçavam com a gente. Era a mesma comida, uma comida sensacional. Tenho saudade até hoje”, arremata.

Embora tenha recebido proposta para continuar na Pirelli, Lumi já estava consciente de que não queria continuar na área das Ciências Econômicas. E o que

selou definitivamente sua decisão foi o curso de Decoração feito em São Paulo, em 1967, na Espade (Escola Paulista de Arte e Decoração), quando estava ainda na faculdade. Um ano depois, ingressou como secretária da escola onde estudou Decoração, em substituição à titular do cargo, que havia saído de férias. Como ela não retornou mais ao trabalho, Lumi Toyoda acabou ficando na função.



Acervo/Fundação Pró-Memória

Conforme descreve, a escola, no período em que lá esteve, cresceu muito e novos cursos passaram a ser oferecidos, entre os quais o de Jardinagem e Paisagismo, que acabou se tornando referência. “Atendíamos, na época, gente do Brasil todo e, inclusive, do exterior. Gente de Portugal, de Itália, de alguns países da América do Sul”.

Em 1972, a escola abriu uma galeria de arte, o que colocou Lumi em contato direto com vários artistas renomados, como Di Cavalcanti, Aldemir Martins, entre tantos outros. Destaca que, na oportunidade, teve também contato com Pedro Henrique de Orleans e Bragança (descendente da família imperial brasileira), que era aquarelista. No final da década de 1970, Lumi foi convidada pelo diretor da Espade para

Da esquerda para a direita: Lumi Toyoda, Hiromi Iwasaki e Erina Setsuko Iwasaki. Em primeiro plano: Issao Kohara e Emi Toyoda. Foto tirada na residência da família Toyoda (rua Amazonas), durante um carnaval na década de 1950

abrir um restaurante. O convite era irrecusável, pois assuntos relacionados à gastronomia sempre atraíram a nissei. “O primeiro livro que li foi de receita japonesa. Eu sempre pesquisei sobre gastronomia, principalmente a gastronomia japonesa. Aí ele me convidou para abrir o restaurante e topei”. Isso aconteceu no final de 1979. A especialidade do restaurante, que ficava nas dependências da Espade, era comida naturalista. Como ressaltou, o início das atividades foi muito complicado, uma vez que, naquele período, as pessoas ainda não se preocupavam em ter hábitos alimentares saudáveis. Mas as dificuldades foram superadas e uma respeitável clientela foi conquistada.

A fase em que estive à frente do restaurante criou condições para que Lumi passasse também a se dedicar a uma outra atividade: consultora de cultura japonesa. Relata que seus frequentadores perguntavam constantemente a respeito não só da culinária nipônica, mas também sobre outros aspectos da cultura japonesa. Desta forma, surgiu a idéia de investir no ramo de consultoria. Antes, porém, de colocar em prática esse projeto, houve toda uma preparação: “Eu me preparei primeiro. Sou uma pessoa extremamente tímida, então, fiz um curso de desinibição”. Segundo informa, assim que começou o curso, acabou se tornando assessora do professor, função que exerceria durante 10 anos.

Quanto ao curso de cultura japonesa, que passou a ministrar em 1989, comenta que o mesmo é bastante abrangente, pois focaliza “tudo sobre o Japão e os japoneses. Mostra o que acontece no país e o que acontece na vida do japonês e no seu cotidiano. Isso é mostrar o pensamento do japonês, que dá a base, inclusive hoje, para o sistema de qualidade total, chamado pelos

americanos de *total quality system*. Esse sistema de qualidade total, que as empresas empregam, praticamente veio do Japão via Estados Unidos. Os americanos foram lá para o Japão, perceberam aquilo e transformaram em métodos e aquilo veio para o Brasil também. Grandes empresas seguiram. As empresas aqui do Brasil implantam esse sistema, só que ele já está desmoronando. Por que desmorona? Porque eles não ensinam quem são os japoneses e o que os japoneses pensam. Então é praticamente o que eu dou de base”, refere-se, especificamente, ao curso de etiqueta empresarial japonesa que oferece a executivos.

Aliás, essa categoria profissional solicita com frequência os trabalhos de Lumi Toyoda, o que comprova a credibilidade que possui junto à sociedade de um modo geral. Tal fato é decorrência de muitos anos de pesquisa e estudos sobre a cultura japonesa: “Eu comecei a estudar a língua japonesa com cinco anos numa escola, no Sacomã. Depois, foi fundada uma associação japonesa (*a Associação Nipo-Brasileira de São Caetano, que administra o Clube Recreativo Esportivo Gonzaga Nipo-Brasileiro*) por algumas pessoas que tinham os filhos em idade escolar. Elas convidaram um professor de língua japonesa para ministrar o curso na cidade. Eu comecei a aprender a língua japonesa com cinco anos e com 12 ou 13 anos eu já pesquisava sobre a cultura japonesa. Em casa, eu só falava japonês. Tanto é que eu só fui para a escola brasileira com oito anos de idade completos. Meus pais decidiram que eu tinha de aprender mesmo o japonês. Quando entrei no Instituto (*Instituto de Ensino de São Caetano do Sul*), nos primeiros dias, eu não entendia nada que o pessoal estava falando. Eu achava estranho”.

Centenário

Na condição de grande conhecedora da cultura japonesa, os serviços de Lumi Toyoda têm sido muito requisitados nesse período das comemorações do centenário. Só para destacar um deles, no mês de março, foi solicitada para dar um curso para a equipe do cerimonial do Palácio dos Bandeirantes. Na ocasião, Cláudia Matarazzo foi quem a contatou. Com modéstia, afirmou: “Foi ela quem me telefonou, ela pessoalmente. Eu não esperava”.

Sobre a trajetória do imigrante japonês no Brasil, fala com propriedade: “No meu ponto de vista, a imigração japonesa foi necessária tanto para o Brasil quanto para os japoneses. A imigração aconteceu exatamente num momento em que o Japão estava precisando, pois estava passando por uma fase muito difícil. Eu acho que para o Japão foi muito bom, mas, conforme o tempo passa, esse aspecto da imigração foi mais importante para o Brasil, por causa do intercâmbio entre os dois países. Essa proximidade que o Japão tem com o Brasil foi por causa da imigração. O Brasil tornou-se um parceiro gigante baseado na imigração”.

Lumi prossegue com suas considerações, abordando o fenômeno de kassegui, episódio que, a partir do final da década de 1980, firmou-se como uma constante nas relações entre os dois países, assinalando uma inversão no processo imigratório, com a saída de milhares de descendentes de japoneses do Brasil rumo ao Japão. “Os meus amigos que foram como de kasseguis, todos eles estão muito contentes. Alguns ganharam dinheiro, outros não, mas ganharam conhecimento (...) Visitei algumas fábricas, algumas empresas que têm brasileiros como funcionários. Conversei

Ao Japão

Partirá, hoje, do porto de Santos pelo navio “Brasil Maru” com destino ao Japão a jovem sancaetanense, Lumi Toyoda, em viagem de estudos e pesquisas como bolsista do governo de Aichi, Japão.

O curso de duração de um ano, na Universidade da cidade de Nagoya, em Aichi, versará sobre Ciências Econômicas, especialidade a que a jovem sancaetanense já se dedica na Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, onde cursa o 3º ano.

Jornal de São Caetano sente-se orgulhoso de transmitir as despedidas e cumprimentos que Lumi Toyoda envia ao sr. Prefeito Municipal, às autoridades locais, professores, colegas de estudos e amigos.

(Jornal de São Caetano, 26/02/1966, 1ª página).

com os empresários e perguntei: ‘O que os senhores acham dos brasileiros?’ Todos eles estão contentes. Tem um empresário que apadrinhou todos os brasileiros e seus familiares (...)”. Essa satisfação também pode ser notada em relação aos nipônicos e aos seus descendentes instalados no território brasileiro. “O que eu posso dizer é que todos os japoneses imigrantes e seus descendentes que moram no Brasil (...) estão muito contentes com o país. Tanto é que a minha avó (*Shizue Toyoda*), quando ia para o Japão, o pessoal falava assim: ‘Por que você não volta para cá (...)’ Ela respondia: ‘Não, onde eu vou morrer é no Brasil.’”

Texto do Setor de Pesquisa Histórica da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Os depoimentos a seguir foram coletados junto a cinco senhoras que moram em São Caetano do Sul. Suas histórias enquadram-se no contexto da imigração japonesa no Brasil, o que as torna personagens e testemunhas desse episódio, cujo início se verificou há 100 anos, quando o navio *Kasato Maru* aportou em Santos com a primeira leva de famílias nipônicas. Encaminhadas para as fazendas cafeeiras do interior paulista, essas famílias aceitaram o desafio de viver num país de cultura e costumes diferentes, pois nutriam o sonho de acumular riquezas e, assim, regressar ao Japão. As circunstâncias, contudo, acabaram afastando os imigrantes desse objetivo inicial e o território brasileiro se tornou a pátria desse grupo e de seus descendentes.

TOKIWA IWASAKI

Fotos: Neusa S. Scaléa/Fundação Pró-Memória



Uma distinta senhora que completou 90 anos em março, dona de uma lucidez impecável, nos conta sua trajetória para o Brasil, em 1936.

Tokiwa nasceu em Yamanashi, no Japão, em 27 de março de 1918. A bordo do navio *Rio de Janeiro* aportou em Santos com seus irmãos, em 1936. O destino foi uma fazenda em Jaboticabal, para o trabalho na

lavoura de café e algodão. Nessa cidade conheceu Mamoru Iwasaki, com quem se casou e, um ano depois, em 1937, já estavam de malas prontas para seu novo lar: São Caetano do Sul. Aqui, ambos foram trabalhar numa cerâmica, de propriedade do Sr. Minoru, onde permaneceram durante um ano.

Em 1939, o casal Iwasaki abriu uma fábrica de bonecas, na rua Goitacazes, 392, onde também residiam. Dona Tokiwa conta que a fábrica tinha 12 funcionários e funcionava até tarde da noite na confecção das bonecas, que tinham a cabeça feita de massa e as pernas e braços de tecido. Costureiras externas também faziam o trabalho e seus vendedores as distribuíam para o Brasil inteiro, com uma produção média de quatro mil bonecas por mês. Depois, começaram a fabricar bonecas de plástico. Seu marido, com problemas de saúde, precisou parar a fabricação. Até hoje, Dona Tokiwa reside no mesmo endereço.

Tem quatro filhos: George, Diuji, Hiromi e Erina Iwasaki.

Freqüenta o clube Gonzaga onde ensaia o *odori* (dança japonesa) e se apresenta junto ao grupo, com muita graça e leveza, em diversas comemorações.

KIOKO NISHI



Nasceu em Shiba, em 27 de março de 1937. Aos 21 anos, destemida e corajosa, veio sozinha para o Brasil, no navio *América*

Maru. De Santos, juntamente com outras famílias de imigrantes japoneses, seguiu de caminhão para a cidade de Registro, no Vale do Ribeira, onde logo se empregou num restaurante. Ficou três meses nessa cidade e alçou vô para São Paulo, indo morar no bairro da Liberdade. Trabalhou na Fiação Toyobo, em São Bernardo.

Em 1962 conheceu seu marido, Kachiyuki Nishi, e, um ano depois, se casaram.

Sua vinda para São Caetano deu-se em 1963, indo morar no bairro Prosperidade.

O marido trabalhou durante 14 anos na Tintas Coral e depois seguiu a profissão de caminhoneiro.

Hoje, Kioko, uma senhora expansiva e alegre, ajuda nos ensaios de *odori*, no Clube Gonzaga.

TOMIKO IWASAKI



Nasceu no Japão, na cidade de Osaka, em 11 de abril de 1926.

Quando tinha 3 anos e meio, a família resolveu imigrar para o Brasil, desembarcando no Porto de Santos em 15 de dezembro de 1929. Deste dia tem uma clara lembrança, quando, à noite, ela e toda sua família precisaram dormir numa tulha de café, num armazém do porto. No dia seguinte, embarcaram de trem para São Paulo, onde ficaram na Hospedaria dos Imigrantes, no Brás. Em seguida, foram para a cidade de

Monte Alto, interior paulista, onde o dono da fazenda Santa Lúcia os esperava. A família trabalhou na lavoura de café por dois anos, seguindo depois para a fazenda Zacarias, onde ficou também por dois anos. Com uma situação melhor, os pais arrendaram terras na fazenda São Gabriel e, posteriormente, na fazenda Alberto Ferráz.

Em Jaboticabal conheceu seu marido, Noburo Iwasaki, e, em 1948, vieram para São Caetano. Aqui, foram morar na rua Manoel Augusto Ferreirinha, 401, e montaram o armazém de secos e molhados Progresso, que funcionou de 1951 a 1960. Ao lado do armazém, montaram o supermercado Plic-Ploc, que funcionou até 1980, trabalhando sempre ao lado de seu marido.

Foram fundadores do Clube Nipo-Brasileiro Nihonjin-kai (hoje Clube Gonzaga), em 1952, que funcionava na rua Floriano Peixoto.

Dona Tomiko tem dois filhos médicos: Susumo Iwasaki e Yuri Regina Iwasaki. Mora, atualmente, na rua Rafael Correia Sampaio.

Suas atividades são feitas no Clube Gonzaga e no Clube de Comerciantes da Liberdade (Shoco-kai), bem como no Totoriken, no bairro da Saúde.

SUMIE TOYODA KOHARA



Primeira nissei nascida em São Caetano, em 1927. Seus pais vieram do Japão em 1925, indo diretamente para Ribeirão Preto. Chegaram em São Caetano em 1926. Foram morar, a princípio, na rua São Paulo. Seu pai, Senjiro Toyoda, foi trabalhar na

cerâmica Louças Adelinas e sua mãe começou a confeccionar flores de papel crepon, que vendia na feira da estação. Após dois anos, seus pais abriram a fábrica de estatuetas S.Toyoda.

Sumie estudou no Grupo Escolar Monte Alegre. Casou-se com Massumi Kohara, falecido em 1960, do qual tem dois filhos, Issao e Massaru Kohara. Seu segundo casamento foi com Goy Honda, técnico de beisebol e considerado o melhor jogador do Brasil, falecido em 1997.

SIZUE ITO



Foto: Antônio Reginaldo Canhoni/Fundação Pró-Memória

Dona Sizue nasceu em Mairiporã, em 24 de maio de 1927. Seu pai veio da cidade de Kumamoto, no Japão, aos 15 anos de idade, e sua mãe veio de Hiroshima.

O Sr. Liokiche Ito, seu marido, tinha uma pequena lavoura de legumes em Franco da Rocha e conheceu Sizue, que também trabalhava em uma lavoura próxima, em Mairiporã.

Em 1950 vieram para São Caetano, indo morar na rua Pinto Ferraz. Montaram um

bar e quitanda na rua Espírito Santo, o Bar São Domingos, onde trabalharam por muitos anos. Encerrando o negócio, o senhor Liokiche foi trabalhar na Cerâmica São Caetano, exercendo a função de fogueiro, onde se aposentou depois de 30 anos.

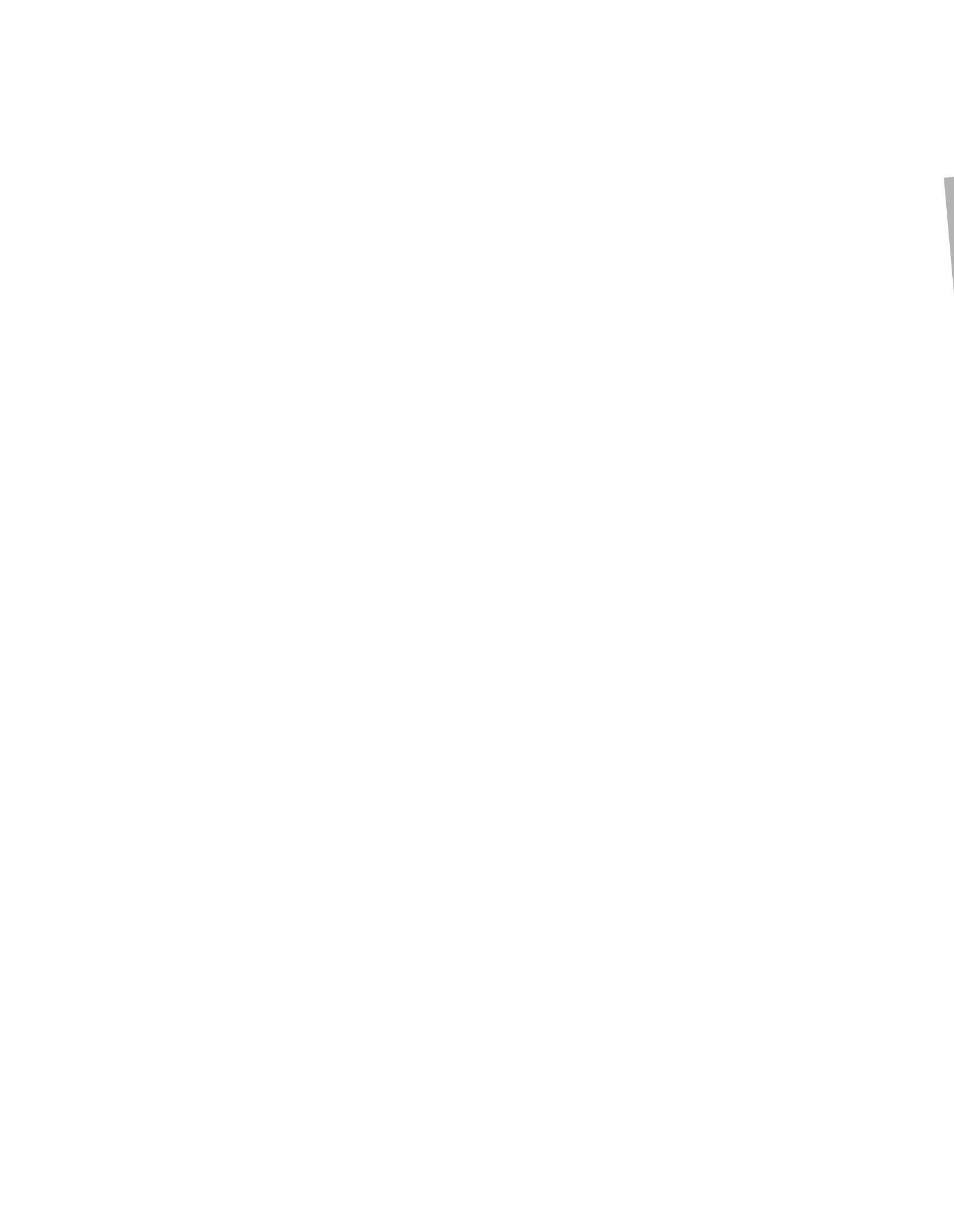
Dona de uma grande habilidade manual, Sizue costurou para uma confecção durante 18 anos, e aproveitava seu pouco tempo livre para confeccionar flores e sabonetes para vender.

Sua paixão é participar de jogos e campeonatos de gateball, exibindo com orgulho suas medalhas e troféus. O gateball é um esporte criado no Japão, em 1947. A partir do críquete, foi idealizado este novo jogo, que não necessita de muito espaço, tampouco de equipamento, apenas tacos e bolas. Em 1978 foi introduzido no Brasil, ganhando adeptos da colônia japonesa. É um jogo dividido em dois grupos, com cinco jogadores de cada lado. O campo tem 25 metros quadrados, de terra e areia, demarcado por três arcos e, no meio, um pino. O vencedor do jogo é o grupo que fizer maior número de pontos. O tempo de jogo é de meia hora e é fiscalizado por três juízes. É um esporte praticado, em geral, por pessoas mais idosas, pois não necessita de muito esforço físico, mas que envolve muito o raciocínio.

Sizue participa de torneios com grande animação, e destaca um campeonato em Taubaté, onde sua equipe se sagrou campeã. Viajou por vários estados, defendendo a cidade de São Caetano do Sul.

Hoje, viúva, dona Sizue mora na rua Cavalheiro Ernesto Giuliano, numa ampla casa, e seu lazer é praticar o gateball.

Texto do Setor de Pesquisa Histórica da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Família Nakano sempre atuou no ramo fotográfico

Fotos: Acervo/Gilberto Nakano



Da esquerda para a direita: Toshio Nakano (esposa), Gilberto Nakano, Afonso Yoshinobu Nakano (filho) e, na frente, Elza Kazue Nakano Ohira (filha). Foto tirada na residência da rua Santa Catarina, 226, em dezembro de 1961

Uma das tradicionais famílias de origem japonesa que atua em São Caetano do Sul é a Nakano, que tem no senhor Gilberto um forte expoente. Hoje, com 76 anos, este empresário recorda sua história para a revista *Raízes*.

Gilberto Nakano nasceu em 2 de

março de 1932, em Guaíçara, antes pertencente ao município de Lins, no interior de São Paulo. Quando menino estudou na Escola Industrial Fernando Costa, e, à noite, cursava as Escolas Salesianas, ambas em Lins. Veio para Santo André nos anos 1950, onde ficou



Gilberto Nakano em Santo André, na rua Coronel Alfredo Fláquer, 466, em 1955

por 11 anos trabalhando em uma loja fotográfica de seu irmão. Em seguida veio para São Caetano, onde montou o Foto Buquê, na rua Santa Catarina, em 1º de dezembro de 1961. De lá pra cá, nunca largou a profissão e a cidade. Lembra que, inicialmente, morou na rua Bueno de Andrade, 333, no Bairro da Fundação.

Gilberto recorre à memória para

contar que seus pais, nascidos na província de Fukuoka, no Japão, vieram para o Brasil na década de 1920, nas grandes levas de imigração destinadas às fazendas de café do interior de São Paulo. Lembrando do ABC, Gilberto conta que as cidades, principalmente São Caetano, não tinham o desenvolvimento que têm hoje, com prédios altos e muitas ruas. O prédio mais alto era o do Fortaleza, na rua Santa Catarina. A avenida Goiás era apenas uma ruazinha e, para ir a São Paulo, levava mais de uma hora de ônibus.

Quando perguntado sobre como veio parar em São Caetano, Gilberto conta que foi por intermédio do amigo José Toledo, que fazia filmagens na Igreja Matriz Sagrada Família e o convidou para trabalhar com ele. Gilberto tinha 29 anos. Já era casado com Toshiko Nakano, e tinha dois filhos, um com 5 anos e outro com apenas 1 ano.

Seu cunhado também trabalhava no estúdio fotográfico. Ali os dois ficavam até duas da madrugada, todos os dias revelando os filmes preto e branco, colorido nem pensar. Tudo era feito manualmente, com muito cuidado para que não perder a qualidade. Nakano

Afonso Nakano (filho), Gilberto Nakano e Edson Nakano (sobrinho) em foto de 11 de novembro de 1959





Batizado realizado em 1963 na Igreja Matriz Sagrada Família. Da esquerda para a direita: Gilberto Nakano, Toshiko Nakano, sobrinha Tié Bakano e o Cônego Belizário

também prestava serviços ao *Jornal de São Caetano* e, para isso, sempre visitava a redação para falar com Alécio Strabelli e Oswaldo Nadal, os organizadores do jornal, para saber quem iria se casar. Depois, oferecia a reportagem fotográfica.

Nakano também lembra que aprendeu seu ofício enquanto ajudava na loja do irmão, que aprendera a profissão em Marília, no interior de São Paulo, onde havia grande concentração da comunidade japonesa.

A invenção da fotografia colorida foi muito importante para Gilberto, mesmo com as dificuldades encontradas inicialmente, como a revelação ser feita somente no Panamá e muitas fotos serem extraviadas. Mas, com o passar do tempo, os laboratórios fotográficos instalados no Brasil passaram a fazer o processo de revelação.

Na sua trajetória em São Caetano, Gilberto lembra de sua participação no Rotary Club. Lembra-se das festas das

nações na antiga Garagem Municipal, localizada na rua Rio Grande do Sul. Das barracas, ele lembra quando era líder da barraca do Japão e dos preparativos que se iniciavam muitos meses antes do evento, que acontecia por dois finais de semana. Conta que sempre gostou do lema do Rotary: “dar de si antes de pensar em si”.

Após a vida de rotariano, Gilberto dedica-se, atualmente, à colônia japonesa de São Caetano, o Gonzaga Nipo-Brasileiro, e tem grande participação em sua formação. Lembra, com alegria, das principais mudanças ocorridas nos últimos anos e as principais conquistas dos japoneses e seus descendentes na cidade.

(*) *Samanta de Oliveira Carvalho é estudante do 3º ano de Jornalismo da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (IMES)*



Panorama da influência japonesa no Brasil

(New York) e Associação Antropológica do Japão (Tokyo).

Conforme os leitores percebem, a influência japonesa sobre o autor é enorme e, com variações, pode-se dizer que todos os brasileiros assimilam algo da cultura ou costumes japoneses.

A influência nipônica no Brasil tem sido muito grande no decorrer dos anos, e o escritor deste artigo é prova disso. Nestes anos vividos, o autor praticou *judô*, *karatê*, *kendo*, *Iaido*, *chado* (cerimônia do chá), *shodo* (caligrafia), *sumi-ê* (pintura), *ikebana* (arranjo floral) e *teatro Noh*. Foi um dos fundadores do *Grêmio Haikai Ipê*, o grêmio mais antigo de poesia haikai do Brasil e, na década de 1980, escreveu inúmeros artigos para o jornal de cultura japonesa *Portal*. Em 2008, lançou o livro *Armaduras Japonesas: Cultura e história do Japão*, pela Editora Madras.

Atualmente, faz parte da Association for Asian Studies. Já foi membro da Associação para a Preservação da Espada Japonesa, Nippon Bijutsu Token Kyokai (Tokyo), Japan Society

Na comemoração do centenário da imigração japonesa é indiscutível a participação dos imigrantes na divulgação da cultura nipônica. Contudo, não devemos esquecer que, anteriormente, já recebíamos influência do *japonismo*, como muito bem apresenta a historiadora e museóloga Celina Kuniyoshi, em seu livro *Imagens do Japão: uma utopia de viajantes*, publicado em 1998 pela Estação Liberdade e FAPESP.

Na Europa, no século XIX, ocorreu a divulgação de objetos e livros sobre o Japão, o que culminou numa tendência artística que buscava inspiração nas formas, motivos, técnica, costumes e história do Japão.

Na pintura aparecem trabalhos

com forte influência japonesa, como as obras de: Claude Monet (*La Japonaise*, de 1876), Vicent van Gogh (*Japonaiserie*, de 1887) e James MacNeil Whistler (*Symphony in White n°2: The Little White Girl*, de 1864).

No vestuário, nos motivos decorativos, na literatura, entre outros aspectos, também se nota a influência nipônica. Essa tendência ligada ao *japonismo* chega ao Brasil de várias formas. Podemos citar a apresentação da ópera *Madame Butterfly* (1904), de Giacomo Puccini, baseada nos livros *Madame Chrysantheme*, escrito em 1887 por Pierre Loti, e *Madame Butterfly*, escrito em 1898 por John Luther Long.

Na pintura brasileira surge *O japonês*, obra de 1916 de Anita Malfatti. Em 1924, a mesma artista executa *A Japonesa*. Nessa época, os primeiros imigrantes japoneses já estavam no Brasil, mas é indiscutível que a pintura recebera influência do movimento cultural anterior, denominado *japonismo*.

Os livros do escritor português Wenceslau de Moraes, que contam suas experiências no Japão, também chegam ao Brasil. Alguns foram escritos antes da imigração japonesa e outros são posteriores: *Traços do Extremo Oriente: Sião, China e Japão* (1895); *Dai-Nippon* (1897); *Cartas do Japão* (1904); *O Culto do Chá* (1905); *O Bom-Odori em Tokushima* (1916); *O-Yoné e Kó-Haru* (1923); *Paisagens da China e do Japão* (1924); *Os Serões no Japão* (1925); *Relance da Alma Japonesa* (1926) e *Osoroshi* (1933).

No total, aproximadamente 260 mil imigrantes entraram no Brasil. Hoje a comunidade japonesa e seus descendentes já ultrapassaram a marca de 1 milhão de pessoas, que influenciam direta ou indiretamente todos os setores da sociedade brasileira.

Conforme citado, houve uma pequena influência cultural anterior à imigração. Contudo, com a diminuição do fluxo imigratório, novos fatores marcaram a presença nipônica em nossa sociedade: os clubes e associações japonesas, o bairro da Liberdade com centro cultural oriental, os cinemas, as livrarias, os templos religiosos, a instalação de grandes empresas e joint ventures, a entrada de capitais e bancos japoneses e, mais recentemente, a influência da culinária, karaokê, aparelhos eletrônicos e automotivos, mangás, animes, filmes, TV japonesa, entre outros.

Desta forma, percebemos que a atual cultura japonesa presente em nosso país tem origem, em pequena escala, no movimento cultural anterior à imigração, e, posteriormente, nos efeitos imigratórios e nos vários fatores parcialmente já mencionados. Conclui-se que a influência japonesa no Brasil pode ser representada como um caldeirão de feijoada, que, pouco a pouco, recebeu ingredientes que formaram essa simbiose cultural que tanto nos agrada e causa admiração.

Antes de mencionar as várias atividades que moldam a nossa sociedade convém destacar que algumas delas, como o beisebol (de origem norte-americana) e o golfe (de origem escocesa), são mencionadas porque os japoneses e seus descendentes foram e continuam sendo os grandes divulgadores desses esportes aqui no Brasil. Para facilitar o entendimento, elencamos as atividades em verbetes que seguem a seguinte classificação: *Artes marciais, esportes e jogos; Cerimônias tradicionais e artes manuais; Decoração e vestuário; Letras, música e entretenimento; Culinária e Gastronomia Japonesa em São Caetano do Sul; e Demais aspectos da influência japonesa no Brasil.*

Artes marciais, esportes e jogos

Judô - O judô tem como filosofia integrar corpo e mente. Sua técnica utiliza os músculos e a velocidade de raciocínio para dominar o oponente. Os judocas, como são chamados os praticantes do judô, são classificados em duas categorias: principiantes (*kiu* ou *kyu*) e mestres (*dan*). Os graus são representados por faixas coloridas e a ordem crescente é a seguinte: branca (principiante), azul, amarela, laranja, verde, roxa, marrom e pretas (mestres).

Foto United States Marine Corps, 2003

A prática
do Judô



Karatê - O *karatê-dô* é o caminho da mão vazia. É uma arte marcial originária da China que foi aperfeiçoada em Okinawa, uma província do Japão. Ela prioriza as técnicas de percussão ao invés das técnicas de imobilizações e projeções (como é o caso do judô).

Jujutsu (que virou o brasileiro *Jiu-Jitsu Gracie*) - O *jujutsu* (arte versátil e suave) ou *jiu-jitsu* é uma arte marcial japonesa

que utiliza várias técnicas (torções e estrangulamento) para imobilizar o oponente. Também utiliza defesas pessoais, quedas e golpes traumáticos. Normalmente utiliza-se a força e o peso do adversário contra ele mesmo. No *Jiu-jitsu Gracie* a ênfase está nas imobilizações, com a utilização das chaves de braços e pernas.

Kendô - é um tipo de esgrima japonesa, na qual se utiliza uma espada feita de pedaços de bambu (*shinai*) e uma espécie de armadura de couro, resina, tecido ou lona para proteção. O capacete protetor chama-se *men*, o protetor do peito chama-se *do* e as luvas, *kote*.

Acervo/Mario Del Rey



Sensei Tagusari utilizando a armadura de Kendô. Ele foi mestre do autor em 1981

Aikido - é uma arte marcial criada no Japão na década de 1920 pelo mestre Morihei Ueshiba. Baseia-se em movimentos fluidos e circulares. Além das técnicas de mãos vazias, os treinos também podem incluir armas: *bokken* ou *bokutô* (espada de madeira), *jô* (bastão

curto) e *tanken* ou *tantô* (faca de madeira). No Brasil, existe a Confederação Brasileira de Aikido (www.aikikai.org.br).

Iaidô (Iai-do)-é a arte marcial que enfoca a destreza com a espada de aço. Além da beleza e rapidez dos movimentos, essa arte tem um enfoque zen de concentração. Nos treinos luta-se contra um inimigo imaginário.

Acervo/Mario Del Rey



Grande Mestre de Iai-do, Mitsugi Yoshimatsu, que foi sensei do autor em 1980

Acervo/Mario Del Rey



Mario Del Rey, em 1981, segura a espada que utilizava para treinar Iai-do

Ninjutsu - é uma arte marcial japonesa que surgiu a partir da necessidade de utilização de espiões (ninjas) durante o período medieval japonês. Atualmente, existem alguns professores e academias de *ninjutsu*, como a *Bujinkan Ninjutsu no Honbu Dojo Liberdade*, em São Paulo. No *ninjutsu* se aprende uma série de técnicas (físicas, mentais e espirituais) para dominar uma situação adversa.

Sumô (Sumo ou O-Sumo) - uma das mais antigas crônicas do Japão, a *Nihon Shoki*, escrita no século VII, menciona uma luta de sumô realizada no ano 23 a.C. As regras da luta são muito simples: obtém a vitória quem fizer o oponente sair fora das marcas do ringue ou levá-lo a tocar o chão com qualquer parte do corpo acima do pé. Existem, aproximadamente, 200 movimentos básicos na luta que derivam de 32 técnicas básicas. Existem no Brasil bons lutadores de sumô: Vanessa Pereira Lins, Willian Takahiro Higuchi, Claudio Haruo Ikemori e Geraldo Katsushi Fujishiro, entre outros. Outras informações podem ser encontradas nos sites da Confederação Brasileira de Sumo e Federação Paulista de Sumo.

Foto: Divulgação www.gardkarlsen.com/japan/sumo_wrestling_tokyo.jpg



Luta de sumô

Tabuleiro de Go com os territórios cercados pelos dois jogadores, no jogo inaugural do Campeonato Mundial Amador de Go

Acervo/Mario Del Rey



Beisebal - apesar de ser uma invenção norte-americana é um jogo muito praticado no Japão e difundido no Brasil pela colônia japonesa. Cada time joga com nove pessoas e existem quatro juízes. Os dois times se alternam na defesa (utilizando luvas) e no ataque (quando batem na bola com o taco). O jogo é dividido em nove tempos (chamados de *innings*) e cada tempo é dividido em duas partes. Um time ataca na primeira parte e se defende na segunda e vice-versa.

Gateball - é um jogo que lembra um pouco o croquet. Costuma-se bater nas bolas com os tacos, utiliza-se arcos e um pino central (goal pole). Geralmente é jogado por pessoas idosas. A Sra. Emiko Chokyu, falecida sogra do autor, adorava esse jogo.

Kyudo - é a prática do arco e flecha no estilo japonês. Pouquíssimas pessoas praticam kyudo no Brasil.

Shogui (jogo dos generais) - é um jogo de tabuleiro, conhecido como o xadrez japonês. O interessante é que as pedras capturadas do inimigo podem passar a jogar a favor do oponente. Da mesma forma que o xadrez ocidental, o principal objetivo é capturar a peça principal do adversário, o rei.

Go ou **Igo** (em chinês Weichi e em coreano Baduk) - o Go, que se caracteriza por *shin'o* (misteriosa profundidade) e *yugen* (sutileza abstrata), foi introduzido no Japão durante a dinastia chinesa *Tang* (sua origem chinesa remonta a 4 mil anos). No início o Go representava o Universo e o ponto central se denominava *tengen*, centro do céu. É um jogo de tabuleiro no qual as pedras pretas lutam contra as brancas. Vence o jogo quem

Acervo/Mario Del Rey



Mario Del Rey é cumprimentado, após o jogo inaugural, pelo Governador da Província de Oita, Sr. Morihiko Hiramatsu

fizer maior território, conseguir cercar mais cruzamentos do tabuleiro. Este jogo é considerado mais complexo do que o xadrez, tendo em vista que já existem programas de computadores compatíveis com os melhores enxadristas, mas não existe nenhum programa de jogo de go que vença o autor, um mero *nidan* (segunda faixa preta) amador. Os jogadores de Go estão sempre à procura de uma jogada especial, fantástica, que em japonês se denomina *Kami no Itte*, mão de Deus. O autor disputou em Oita, no sul do Japão (Kyushu), em 2000, o Campeonato Mundial Amador de Go, representando o Brasil. O autor teve a honra de jogar na abertura do campeonato contra o ex-presidente da Japan Airlines e

diretor do torneio, Sr. Matsuo Toshimitsu.

Mais informações sobre o Go podem ser encontradas na Internet e na Nihon Ki-in do Brasil, rua Fabricio Vampré, 116, Vila Mariana, São Paulo. Também existe o site do anime *Hikaru no Go* onde se pode obter informações valiosas sobre esse jogo.

Cerimônias tradicionais e artes manuais

Chadô (Chado ou Cha-No-Yu) - o Chado é o Caminho do Chá. Neste sentido ele se difere do simples ato de beber chá, tendo em vista que engloba uma cerimônia estética e espiritual denominada *Cha-no-Yu*, na qual se toma o matcha (chá verde em pó) num estado de tranqüilidade e pureza, num ambiente de respeito e harmonia. Em São Paulo o leitor que deseja praticar a Cerimônia do Chá pode se dirigir ao: a) Centro de Chadô Urasenke do Brasil e Sociedade Cultural Urasenke do Brasil, na rua São Joaquim, 381, 4º andar, sala 44; b) Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo, na avenida Prof. Lineu Prestes, 159, Cidade Universitária. O autor aproveita esta oportunidade para oferecer sua homenagem à querida sensei Takeda, já falecida.

Ikebana – a palavra ikebana significa *flor viva colocada* e designa o arranjo floral em estilo japonês. Essa arte também é denominada *kadô-o*, caminho das flores.

Bonsai – é a arte de cultivar árvores em miniaturas. *Bon* significa vaso e *sai* significa plantar ou planta. No *bonsai* vemos uma árvore em miniatura, mas com todas as propriedades e qualidades do exemplar normal.

Origami - o origami - de *ori*, dobrar e *gami*, papel - é a arte da dobradura de papéis, que cria formas muito bonitas e variadas. Ele ajuda no adestramento das mãos e na concentração, sendo muito recomendado para crianças e idosos.

Fotografia de Elfer – 2006 – Wikimedia Commons



Garça em miniatura

Shodo (Shodô) - é a arte milenar de escrever ideogramas de uma forma artística e emocional. Ao utilizar o *fude* (pincel especial) sobre o papel japonês, utilizando a tinta preta feita à base de carvão e água, o escritor expressa seus sentimentos e emoções na escolha mais bela e artística para seus ideogramas. Para isso é necessário um estado mental zen, tranqüilo. O autor é prova disso, pois quando tinha aulas de shodo em estado tranqüilo produzia mais de dez páginas de exercícios que a querida sensei Tosaka Kyoko, já falecida, lhe passava. Quando estava aflito, tenso ou agitado passava a aula toda pintando e não conseguia ter uma folha de exercício aprovada pela sensei.

Sumi-ê - é a arte da pintura monocromática japonesa. Os pincéis e a tinta são os mesmos utilizados para o *shodo*,

apenas o papel costuma ser mais grosso. O autor, quando tinha aulas com o sensei Okinaka Massao, já falecido, fazia inúmeras paisagens e exercícios pintando folhas, árvores, quando estava de bem com a vida. Contudo, quando preocupado, nada dava certo e passava a aula sem ter nenhuma pintura, aprovada pelo sensei. Quando ele aprovava a pintura colocava a sua assinatura, feita com o seu sinete (selo) oriental e com tinta vermelha. Era também desse modo que a sensei Tosaka Kyoko dava sua aprovação ao trabalho efetuado com sucesso.

Tako - são as pipas feitos no estilo original japonês. Geralmente são feitas em tamanho bem grande e de formas bem originais. Poucos aficionados fazem esse tipo de pipa no Brasil.

Decoração e vestuário

Futon - utilizado nas habitações, é o acolchoado de seda e recheado de algodão ou de penas em estilo japonês. Já é fabricado há muito tempo no Brasil.

Tatame (tapete de junco) - utilizado nas habitações, é feito de palha de arroz prensada revestida com esteira de junco e faixa preta lateral. Ele também é fabricado no Brasil e seu uso está se ampliando.

Kimono - é o traje típico japonês desenhado para combinar com as estações do ano. O kimono da mulher casada é diferente do traje da mulher solteira. Existe ainda o kimono típico masculino e também o infantil. Kimonos artísticos e de seda chegam a custar verdadeiras fortunas no Japão. Aqui no Brasil, os amigos da Minikimono vendem na rua Galvão Bueno, na Liberdade, mini-kimonos ou *yukata*, uma espécie de kimono de verão, parecido com um robe. Os *tabi* são as



<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Geisha-fullheight.jpg>

meias tradicionais que possuem apenas duas divisões para os dedos dos pés. Entre os vários tipos de sandálias, *setta*, *waraji*, *geta*, pode-se destacar o *zori*, que é a sandália feita de palha.

Letras, música e entretenimento

Haiku (Haikai, Haicai) - é o nome dado pelo poeta Shiki ao poema *hokku* independente de 17 sílabas, dispostas em grupos de cinco, sete e cinco. Foi uma junção das palavras *haikai* (do *haikai-no-renga*) e *hokku*. Hoje é o nome aceito no Japão e internacionalmente para designar o poema que aqui no Brasil foi denominado pela maioria dos poetas e estudiosos, *haicai* ou *haikai*. Na monografia *Haicai: Independência ou*

morte defendo o nome internacional *haiku* para a poesia em estilo bem tradicional, igual à japonesa, e o nome haicai para a poesia mais solta, não obediente a todos os cânones do haiku. Portanto, o haicai seria um produto brasileiro, vagamente lembrando um haiku. Desta forma, o maior exemplo disso seriam os haicais feitos por Millôr Fernandes. Para elucidar seguem três poemas de Mario Del Rey e um de Simão Pessoa (o quarto). O primeiro é um *haiku* em estilo japonês:

*Passam as nuvens
O outono suspira
pelos pinheiros*

Os três seguintes são *haicais*:

*Esboço de mar
nas gotas de orvalho
ondas secretas*

*Corpo
mera casca da alma
o verdadeiro nada*

*Acordar assustado
é a mulher ainda roncando
falar no ex-namorado*

Karaokê - o *karaokê* surgiu em Kobe, cidade portuária do Japão. No *karaokê* (de *kara*, abreviação de *karappo*, vazio, e *oke*, originário de *okesutura*, orquestra) pratica-se o canto por meio de uma música tocada e um texto que ajuda o acompanhamento da canção. Pode-se cantar sozinho ou acompanhado de amigos.

Teatro Noh (Nô) - Eico Suzuki, amiga e professora do autor de História do Teatro Noh, em seu livro *Nô: Teatro Clássico Japonês (1977)*, define o teatro Noh como: “Épico em sua essência, lírico em seu estilo, dramático em sua forma, é o

mais específico teatro de todo o mundo. Repositório da cultura clássica japonesa com pinceladas da Índia e da China; a mais agradável maneira de estudar a História Nipônica e o Budismo primitivo, o Nô, síntese literária e teatro total, é eterno e atual apesar dos seiscentos anos decorridos”. O autor foi aluno do sensei Ushida Noburo, já falecido, na técnica do canto (*shimai*) e dança do Teatro Noh (Escola Kanze). Esse notável, culto e afável senhor escapou da morte na Segunda Guerra Mundial, pois, em 1945, fazia treinamento para pilotar avião e ser lançado como *kamikase* (aviador suicida) contra os navios norte-americanos. Para sua sorte a guerra acabou antes que terminasse o curso, vindo posteriormente morar em São Paulo.

Música e instrumentos - no Brasil existem muitos praticantes da música tradicional (como o *Bom Odori*) ou moderna japonesa. Frequentemente shows e artistas vindos do Japão se apresentam em São Paulo. Existem várias escolas e professores que ensinam canto ou instrumentos musicais típicos do Japão. Entre os instrumentos musicais pode-se citar o *taiko* (tambor), o *tsuzumi* (tamboril), *shamisen* (parecido com um banjo), *koto* (parecido com uma longa cítara) e o *shakuhachi* (flauta de bambu).

Culinária e Gastronomia Japonesa em São Caetano do Sul

Existe uma variedade enorme de pratos da comida tradicional japonesa que são apreciados no Brasil. Entre os pratos com macarrão pode-se mencionar: *soba*, *udon*, *miso ramen* e *yakisoba*, de origem chinesa, que é frito com óleo e servido com vegetais, carnes e gengibre. Entre os pratos que utilizam carne destacam-se: *yakitori* (frango grelhado), *tonkatsu*



Tempurá

(costeletas de porco) e *nikujaga* (carne e batatas). Deve-se ainda destacar o *gohan* (arroz), o *tofu* (queijo de soja), o *tsukemono* (legumes em conserva), *yakisakana* (peixe grelhado), *sashimi* (fatias de peixe cru que são comidas acompanhadas de molho *shoyu* e de pasta verde e picante, *wasabi*) e *sushi* (contém arroz cozido preparado com vinagre de arroz e vegetais, além de peixes e ovas de peixes). Conforme o tipo, o sushi recebe um nome: *nigui*, *temaki*, *onigui* etc.

Demais aspectos da influência japonesa no Brasil

Entre as revistas que existem sobre a cultura japonesa, merecem destaque a *Made in Japan* e *Zashi*. Entre os jornais podem ser citados o *São Paulo Shimbun*, *Jornal Nikkey brasileiro* e o *Jornal Nippo-Brasil*. Na Tv a cabo, destaque para o canal japonês NHKTV.

Na indústria muitos produtos japoneses se destacam. Entre as câmeras e aparelhos eletrônicos, podemos citar: Pioneer do Brasil, Sanyo da Amazônia, Sharp Corporation, Fuji Photo Film,

Canon, Toshiba do Brasil, Konika Minolta, Sony do Brasil. Já entre carros e motos se destacam: Nissan, Toyota, Mitsubishi, Honda, Suzuki, Kawasaki. Nos instrumentos musicais, a marca Yamaha.

Dentre os produtos alimentares, o Lamem da Nissin (os macarrões instantâneos), o Tofu (de soja e de várias marcas), o Sake (saquê Azuma Kirin e outras marcas). Vale também destacar materiais para pesca (carretilhas, anzóis, varas), indústria cerâmica etc.

Em saúde e beleza destacam-se as massagens *do-in* e *shiatsu*, os chás verdes de várias marcas, remédios (Hisamitsu Farmacêutica), perfumes, cremes e maquiagem (Shiseido, entre outras).

No setor financeiro existem no Brasil vários bancos japoneses, como o Banco Sumitomo Mitsui e o Bank of Tokyo-Mitsubishi, além de várias seguradoras, como a Tóquio Marine Seguradora e a Yasuda Seguros.

Na categoria entretenimento, os seguintes clubes de golfe têm origem japonesa: Arujá Golf Club, Perfect Liberty, Golf & Gym, entre outros. Também os jardins em estilo japonês (*Nihonteien*) estão cada vez mais sendo difundidos no Brasil, existindo muitos parques e residências que o utilizam.

Há uma infinidade de enfeites, bonecas, leques, talismãs oratórios, terços, esculturas, banheiras (*ofurô*), filmes e músicas japonesas que são vendidas no Brasil, especialmente no Bairro da Liberdade, em São Paulo.

Existem ainda outras atividades para serem mencionadas, mas, pela falta de espaço suficiente, o autor encerra por aqui este resumido artigo.

(*)Mario Del Rey é membro da Academia de Letras da Grande São Paulo e Academia Brasileira Maçônica de Artes, Ciências e Letras

Anime, mangá, cosplay, videogame

o complexo universo da cultura pop japonesa

Fotos: Divulgação



O herói Jaspion



Cena do anime Pokémon

Na voz de Hironobu Kageyama, as músicas que dão vida a animes e seriados japoneses encantam jovens em todo o mundo. De Changeman a Dragon Ball, Kageyama e a banda Jam Project integram um rol de artistas contemporâneos que anima multidões cantando sucessos de seriados japoneses, as famosas AnimeSongs.

Além desse estilo musical, j-rock (rock japonês) e j-pop (pop japonês) também são gêneros bastante conhecidos pelos jovens fascinados por cultura japonesa. Enquanto algumas bandas de j-pop ou de j-rock misturam sons tradicionais e modernos em suas músicas, outras utilizam apenas os modernos. Os grupos primam pela criatividade e pela inovação visual dos integrantes.

O Glay é uma das bandas mais populares de j-pop. Com músicas repletas de energia, o álbum *Review-Best of Glay* é um dos mais vendidos na história do Japão. Também os grupos Orange Range

e L'Arc en Ciel fazem muito sucesso dentro e fora do país, e suas músicas estão sempre entre as mais tocadas. Considerada a maior cantora do gênero, Ayumi Hamasaki já vendeu mais de 35 milhões de discos.

Outro estilo que fascina é o visual kei, também chamado de rock visual, que mistura diversos gêneros musicais, mas enfatiza o visual andrógino dos integrantes. A banda X-Japan iniciou o



Cantora Ayumi Hamasaki



Os heróis do anime Cavaleiros do Zodíaco

movimento visual kei e, com estilo próprio, marcou seu nome no cenário internacional.

Mas a música japonesa contemporânea é apenas uma dentre tantas facetas

desta cultura milenar que fascina os ocidentais. A chamada cultura pop japonesa revela-se em mangás, animes, videogames, concursos de cosplay, festivais de karaokê. Costumes que, a princípio, soam estranhos aos ouvidos de quem está habituado com a tradicional cultura das ikebanas, kimonos e cerimônias do chá, mas basta um espírito aberto para nos aventurarmos neste complexo universo.

Em seu livro *Japop: o Poder da Cultura Pop Japonesa*, Cristiane A. Sato debate a cultura popular contemporânea japonesa, afirmando que, nos últimos anos, a imagem tradicional do Japão deu

lugar ao Japão

ocidentalizado. “Não são mais as gravuras ukiyo-e que trazem essas imagens ao Ocidente, mas histórias em quadrinhos com personagens caricatos, de corpos magros, grandes olhos e

cabelos espetados”, afirma. (Íntegra do texto disponível em <http://www.culturajaponesa.com.br>).

A paixão por seriados japoneses já é fato entre os brasileiros. Desde meados do século 20, telespectadores de todo o país se divertiam com os tokusatus (série ou filme japonês com efeitos especiais). Mas o sucesso estrondoso começou com

National Kid, na década de 1960, o herói de Alfa-Centauro que voava com os braços abertos.

Entre as décadas de 1980 e 1990, os Changeman e o herói Jaspion, numa luta incessante contra monstros de todo o universo, faziam parte de conversas em grupos de crianças e adolescentes. Os seriados japoneses fazem tanto sucesso que inspiraram programas em outros países, como a série norte-americana Powers Rangers, com clara inspiração na franquia de séries japonesas Super Sentai, mesma criadora dos Changeman.

Também nessas décadas o videogame Atari foi verdadeira mania entre os jovens. Nos anos 1990, a gigante japonesa Nintendo se manteve como a principal fabricante de videogames do mundo. Com o surgimento do console Playstation, produzido pela também japonesa Sony, a guerra dos videogames foi iniciada. Atualmente, estamos na era dos consoles de última geração. Playstation 3, da Sony, Wii, da Nintendo, e X-Box 360, da Microsoft, disputam bilhões num mercado que já ultrapassa o faturamento dos filmes de Hollywood. Em 2004, a indústria dos videogames e jogos eletrônicos movimentou 25 bilhões de dólares.

Na década de 1990 até os tempos atuais, são os animes que divertem a garotada nas manhãs de diversas emissoras de TV aberta e fechada. Em 1976, surgiu o primeiro anime com projeção internacional: Speed Racer. Anime, em resumo, é o desenho animado japonês. Dentre os mais famosos, estão Cavaleiros do Zodíaco, Pokémon, Yu-Gi-Oh, Dragon Ball e Naruto. Estima-se que 60% dos desenhos vistos na TV mundial sejam de criação japonesa. Carlos Graieb, na reportagem *O Japão é Pop*, publicada na revista Veja (edição 1.835, de 7 de janeiro de 2004), afirma que a marca



A série televisiva Changeman

Pokémon já gerou negócios de 30 bilhões de dólares.

O estúdio Toei é o maior produtor japonês de animes de sucesso, entre eles Cavaleiros do Zodíaco, Dragon Ball e Digimon. Estima-se que existam mais de 450 estúdios de animação no Japão.

A maioria dos animes surgiu de mangás ou deu origem a mangás. A palavra mangá é a junção dos ideogramas *man* (humor) e *gá* (grafismo). Ou seja: é a história em quadrinho japonesa. A JBC (Japan Brazil Communication) é a maior editora de mangás no Brasil, com uma produção de 22 títulos, um mangá nas bancas a cada três dias, segundo informações da própria editora. Os títulos são traduzidos direto do japonês. Assim como os japoneses, a maioria dos mangás editados no Brasil tem o seguinte padrão: leitura oriental (de trás para a frente) e imagens e grafias em branco-e-preto, com exceção da capa.

O cosplay também é mania entre os adolescentes fanáticos pelo Japão e sua cultura. Abreviação da expressão em inglês *costume play* (costume-traje; play – atuar), a atividade consiste na caracterização como um personagem de algum mangá, jogo, livro, série ou filme, sempre representando a personalidade do personagem original. Na maioria dos eventos de cultura japonesa contemporânea há concursos de cosplay. Existe até mesmo o toscosplay, que é a criação de um cosplay bem simples, com o objetivo único de ser engraçado.

Os jovens de São Caetano do Sul são tão fascinados pela cultura japonesa que o encontro AnimABC ocorre na cidade, com duas edições por ano. O encontro multimídia conta com dezenas de estandes que promovem a venda de mangás, concurso de cosplay, comércio de artigos japoneses (sobretudo itens de animes), campeonatos de videogames e

card games, exposições de animes, entre outras atividades.

Tradicionalmente o Consulado Geral do Japão participa do evento com mostras de miniaturas de castelos e casas tradicionais japonesas, além de outros itens da cultura tradicional.

Até 2007, o evento era realizado no colégio Externato Santo Antonio. A partir de 2008, o local será a faculdade Faenac (Faculdade Editora Nacional). O objetivo do AnimABC é muito claro: “demonstrar que mangás, animes, videogames, card games, quadrinhos e outras formas de entretenimento são formas saudáveis de diversão, e estimulam a convivência social e o desenvolvimento intelectual das pessoas, não importa a idade”.

Assim como a tradicional, a cultura japonesa pop é inesgotável e inesquecível. Por enquanto, fiquemos com a imagem figurativa do desenho japonês pop, já não mais de kimono, mas sim arregalando enormes olhos, exibindo cabelos espetados e numa batalha incessante contra o mal. Afinal, os tempos mudaram, mas a busca pela paz continua em moda.



Capa do mangá
Dragon Ball



AnimABC 5,
realizado no
Externato Santo
Antonio, em
2005

(Pesquisa e texto do Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul)

O sucesso dos centros de convivência: a força jovem da terceira idade

Cidades litorâneas são, muitas vezes, o destino para os aposentados que procuram uma melhor qualidade de vida. Mas em São Caetano do Sul os aposentados não migram: permanecem em sua cidade. Considerando que o índice de pessoas com mais de 50 anos é de quase 30%, notou-se que algo deveria ser feito para cuidar desse grande número de pessoas que buscam conforto, atendimento, lazer e, ao contrário da solidão, muita amizade.

São Caetano do Sul é a cidade com melhor qualidade de vida e líder em longevidade no país, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, classificação que considera vários aspectos, dentre eles o fator longevidade, que é de 78 anos, 2 meses e seis dias. Neste contexto, a partir de 1988, são criados três centros de convivência para a terceira idade, iniciativa determinante para a transformação da vida de milhares de pessoas.

Atualmente, várias diretorias da administração pública atuam em conjunto nos centros de convivência. Assim, a Diretoria da Educação cuida do ensino, oferecendo cursos de línguas e informática com professores especializados. A da Cultura oferece cursos de pintura, dança, teatro e yoga,

além de promover exposições dos trabalhos dos associados. A de Esporte e Turismo (DETUR) mantém cursos de hidroginástica, natação, bocha e vôlei, promovendo também competições internas e externas. A da Saúde e Vigilância Sanitária é responsável pelo atendimento médico, odontológico, nutricional, fonoaudiológico e psicológico, bem como pela realização de campanhas preventivas de saúde.

Cabe à Coordenadoria Municipal da Terceira Idade (Comtid), criada em 2006, a integração dos três centros de convivência da cidade. A Comtid apresenta diretrizes e propostas de políticas específicas para a preservação da saúde física e mental deste segmento da população, além de fiscalizar o cumprimento da legislação referente aos direitos do idoso. São 22 mil associados recebendo os benefícios que os centros proporcionam e cerca de 35 mil moradores da cidade com mais de 50 anos que utilizam os serviços destinados a essa faixa da população.

Em 13 de novembro de 1988, no final da administração de Walter Braido, foi criado o primeiro centro de convivência para a terceira idade. Para isso, elaborou-se um programa que englobava lazer, esporte, cultura e saúde.

Centro Esportivo e Recreativo para Terceira Idade Dr. Moacyr Rodrigues

Acervo/Fundação Pró-Memória



O patrono doutor Moacyr Rodrigues

Moacyr Rodrigues nasceu em 1º de outubro de 1919, em Paranapiacaba. Filho de Maria Albertina e Júlio Rodrigues, casou-se com a professora do Grupo Escolar Senador Fláquer, Maria do Carmo Ferreira Rodrigues.

Cursou a Faculdade de Direito da Universidade São Paulo, onde se graduou em 1947.

Foi convocado para o exército durante a Segunda Guerra Mundial, período em que realizou o curso de oficial, servindo em Lorena, no 5º Regimento de Infantaria. Após o conflito, ficou à disposição do Ministério da Aeronáutica, desempenhando as funções de instrutor na Escola Técnica de Aviação e na escola de Especialistas da Aeronáutica.

Aos 34 anos, Moacyr volta à vida civil, escolhendo São Caetano do Sul para o exercício de sua profissão de advogado.

Foi um dos mais antigos advogados militantes que realmente residia na cidade, quando esta ainda pertencia à Comarca Judiciária da Capital. Seu escritório era na rua Santo Antonio, em frente ao antigo fórum, no Edifício Vitória.

Atuando fortemente na advocacia, foi nomeado membro de uma comissão para a instalação da Comarca Judiciária de São Caetano.

No governo do prefeito Anacleto Campanella, em 1961, foi Diretor de Assuntos Jurídicos da Prefeitura, onde imprimiu os traços marcantes de sua personalidade.

Em 1983, a Câmara Municipal outorgou-lhe o título de *Cidadão Sulsancaetanense*, por unanimidade dos vereadores.

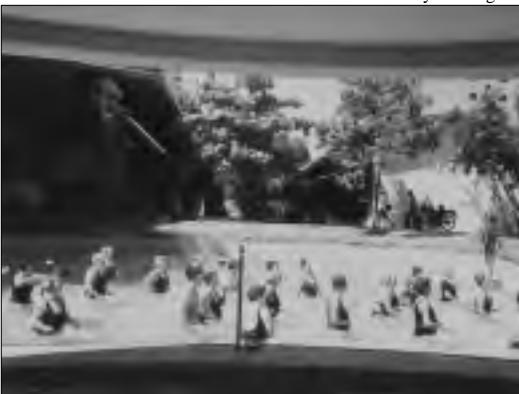
Dr. Moacyr Rodrigues faleceu em 1988.

O centro de convivência

O C.E.R.T.I. Dr. Moacyr Rodrigues é o centro que agrega maior número de associados, quase todos dos bairros Santa Paula e Santo Antonio. A faixa etária predominante dos associados é entre 65 e 70 anos, sendo que 66,59% pertencem ao sexo feminino e 33,41% ao masculino; 54,9% são casados e 20,8% são viúvos.

Construído numa área de aproximadamente 10 mil metros quadrados, num local arborizado e agradável, o centro começou com a construção do salão de jogos, da pista de bocha e de uma área para eventos. O coordenador escolhido foi o experiente João Luiz Pasqual Bonaparte, carinhosamente chamado de *Bona*, homem alegre, criativo, bom ouvinte, aberto a sugestões e sempre com disposição para trabalhar em benefício de seus associados.

Este centro foi o ponto de partida



Aula de hidroginástica no Parque Aquático Dirce Pereira Montanari



Aula de ginástica (1989)



Associados durante jogo de dominó

para que esta parcela da população conquistasse, definitivamente, seu espaço na sociedade.

Hoje, às vésperas de completar 20 anos, este C.E.R.T.I. possui 14 mil associados, com mais de 20 turmas de ginástica, hidroginástica e alongamento, que concentram mais de 1,5 mil alunos. São centenas de jogadores de bocha, snooker, dominó e baralho. Cursos de dança, yoga e pintura em tela e tecido fazem a alegria dos associados.

Em 2006, a prefeitura inaugurou a cobertura do Parque Aquático Dirce Pereira Montanari, anexo ao centro.

No C.E.R.T.I. Dr. Moacyr Rodrigues, as aulas de ginástica são as mais procuradas pelos associados. Outra atividade bastante requisitada é a hidroginástica. O Festival de Coreografias Aquáticas, com apresentação dos alunos da natação e hidroginástica, ocorre no moderno Parque Aquático Dirce Pereira Montanari, em que os próprios alunos preparam a coreografia, ensaiam e montam o figurino, sob a orientação de seus professores.

O tradicional Torneio Esportivo congrega os associados em diversas modalidades, disputando medalhas e troféus na bocha, dominó, snooker, tranca e truco. Há também o Torneio Municipal de Bocha de São Caetano do Sul,

competição promovida pelo Departamento de Esportes e Turismo (DETUR). É a oportunidade de promover encontros entre os diversos clubes de terceira idade.

Com a criação da Universidade da Terceira Idade (Unimais), os associados puderam voltar às atividades intelectuais, freqüentando cursos semanais, gratuitos e com duração de dois anos. Ministrados na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (Imes), os cursos abrangem temas como saúde, qualidade de vida, lazer, cultura, arte, política, trabalho e tecnologia, dando oportunidade a esses alunos de estarem integrados aos temas da atualidade, sentindo-se participantes dos acontecimentos do país e do mundo.

Dentre as festas e bailes organizados pelos centros, merece destaque especial o Baile de Miss Piscina, realizado há três anos, com a participação de alunas de hidro e natação. Concursos de Miss e Mister Terceira Idade, Baile-Show Bingo, eleição da Mãe do Ano da Terceira Idade, bailes animados com artistas convidados e outros eventos movimentam os associados, que conferem brilho e alegria às festas.

Os cursos de informática têm alunos nos níveis básico e avançado. Os associados dispõem de um laboratório com 8 microcomputadores com acesso à



Maria Lopes Ramos e João L. Pasqual Bonaparte durante homenagem à Mãe do Ano (2006)



Eleição da Miss Piscina (2007)



Festa junina (1990)

Internet, onde aprendem a utilizar os softwares Windows, Excel e Power Point. Aprendem também a usar o computador, ganhando mais confiança para resolver problemas do dia-a-dia, como pagar contas nos caixas eletrônicos dos bancos ou na hora de receberem suas aposentadorias.

Na área de saúde, quatro médicos se revezam em consultas agendadas diariamente, nas especialidades clínica geral e geriatria.

Os centros contam com o apoio de enfermeiras que cuidam dos encaminhamentos para outras especialidades, da distribuição de remédios e dos prontuários médicos, muito importantes para que o médico possa acompanhar o tratamento de cada paciente. Os centros de convivência também dispõem de enfermaria e uma pequena farmácia com medicamentos básicos.

Os centros de convivência mantêm grupos artísticos formados pelos associados, como o Grupo de Teatro Alto Astral, que surgiu em 1996 e é formado por participantes das oficinas de teatro dos centros. Desde 1999 o grupo faz parte do projeto Arte na Rua, da Secretaria da Cultura de São Caetano do Sul.

Uma das festas mais tradicionais dos centros de convivência é a festa junina, com a participação animada dos

associados, entre comes e bebes e muita quadrilha.

O Grupo de Dança de Salão (GRUDS), o Grupo de Dança Saber Viver e o Grupo de Canto Feliz Idade fazem apresentações públicas na cidade e na região, participando de festas ou se apresentando para entidades assistenciais.

Em 1997 começaram as excursões da terceira idade, quando a Prefeitura Municipal cedeu um ônibus para os centros de convivência. Hoje são dois ônibus que levam os associados para pequenas viagens, com a supervisão de uma monitora e um auxiliar. Os associados aproveitam as viagens para Campos do Jordão, Serra Negra, Águas de Lindóia, hotéis-fazenda, entre outros.

Passeios culturais com visitas monitoradas para lugares históricos fazem

Acervo/CERTI Moacyr Rodrigues

Dilecta Bandiera Perino, monitora de excursões, e o motorista José Roberto (1998)



parte das atividades externas. Dentre os locais visitados, destacam-se o Mercado Municipal de São Paulo, o Museu do Ipiranga, a Igreja de Frei Galvão, as cidades de Santana do Parnaíba e de Paranapiacaba, entre outros.

O número de associados aumentou de forma surpreendente, obrigando a administração municipal a pensar em novos espaços. Dois novos centros foram construídos para atender a demanda, que não diminuí.

Centro Educacional e de Convivência João Nicolau Braido

A obra pioneira C.E.R.T.I. Dr. Moacyr Rodrigues foi bem-sucedida na cidade e em todo o país, o que levou à inauguração, em 4 de abril de 1992, do Centro Educacional e de Convivência João Nicolau Braido, visando atender à população do bairro São José e imediações.

Acervo/Fundação Pró-Memória



O patrono João Nicolau Braido

Nasceu em 12 de março de 1902, em São Caetano, filho de imigrantes italianos. Ainda jovem, foi trabalhar em uma olaria na Vila Alpina, onde se fabricava telhas e tijolos. Casou-se com Elvira Paolillo e montou sua própria olaria, próxima à Igreja Matriz.

Mais adiante, passou a fornecer sebo e ossos para as indústrias químicas,

matéria-prima que adquiria nos açougues da região. Em 1951, instalou sua própria indústria, a Agro-Química Braido.

Antes de ser empresário, João Nicolau Braido era também o *Paraná*, um dos grandes esportistas da região e futebolista apaixonado. Com apenas 16 anos, tornou-se titular do São Caetano Esporte Clube, time que defendeu por 17 anos.

Seu entusiasmo pela autonomia de São Caetano e pela vitória do 1º prefeito, Ângelo Raphael Pellegrino, e seu esforço em colaborar com o progresso desta cidade contribuíram para a efetivação da criação de um município autônomo.

Era um homem simples, sem protocolo, cujo trabalho, formação moral, inteligência e visão contribuíram de maneira efetiva para nossa São Caetano do Sul de hoje. João Nicolau Braido faleceu em dezembro de 1976.

O centro de convivência

Localizado no bairro São José, este centro possui mais de 12 mil associados.

Foi inaugurado em 4 de abril de 1992. Sua perfeita estrutura impressiona os visitantes, inclusive de outras regiões, que buscam informações sobre seu funcionamento para tentar implantar o mesmo sistema em suas cidades.

Do seu início até 2002, o centro foi

administrado por João L.P. Bonaparte e, a partir de 2003, esta função coube ao diretor Milton Feijão Filho.

O CEC João Nicolau Braido conta, como os outros centros, de toda infraestrutura para práticas desportivas e atividades sociais. Em 2006, este centro ganhou um ginásio poliesportivo coberto, incentivando, ainda mais, as práticas esportivas.

Bailes, festas e bingos fazem parte

da programação social do centro. Cursos especiais, palestras e campanhas de saúde, bem como teatro, dança e canto, são outras atividades do centro.

O CEC oferece, gratuitamente, atendimento médico e odontológico, enfermagem, psicologia, fisioterapia e assistência jurídica. O Centro conta até com um salão de cabeleireiros, que oferece cortes de cabelo e manicura, graciosamente!

Centro Educacional e de Convivência Francisco Coriolano de Souza

Acervo/Fundação Pró-Memória



O patrono Francisco Coriolano de Souza

Francisco Coriolano de Souza, carinhosamente conhecido por *Seu Chico*, nasceu em Santa Maria da Boa Vista, Pernambuco, em 18 de outubro de 1905.

Sua atividade no nordeste era a lavoura e o gado. Em vista das dificuldades da região, da família numerosa e da possibilidade de encontrar melhores condições de vida no Sul, *Seu Chico*, sua esposa e os sete filhos

rumaram num pau-de-arara em direção a São Paulo. Em 1952, chegaram a São Caetano do Sul e adotaram esta cidade como seu verdadeiro lar.

Em 1964 estava morando no bairro Nova Gerty, na rua Pan, e logo já estava fazendo parte do Clube Recreativo Gisela como membro da diretoria, porteiro do clube e acompanhante dos jogadores quando estes viajavam.

Continuou dando apoio aos migrantes nordestinos que aqui chegavam em sua modesta pensão. As dificuldades do bairro naquela época fizeram com que *Seu Chico* procurasse as autoridades para resolver os problemas dos moradores. Com sua determinação e insistência, ele sempre conseguia trazer mais benefícios.

Francisco Coriolano de Souza faleceu em 9 de março de 1991, aos 95 anos.

O centro de convivência

O terceiro centro de educação, saúde e lazer destinado à população da terceira idade foi inaugurado em 31 de

agosto de 2003. Situado no bairro Nova Gerti, o núcleo funciona numa área de 2,5 mil metros quadrados, ocupada anteriormente pelo Espaço Nordeste. Esse espaço foi remodelado para se adaptar às necessidades, com a reforma das quadras e salas e a construção de rampas de acesso.

Este centro nasceu da grande necessidade da população dessa região, que encontrava dificuldades para se deslocar para os outros dois centros de convivência mantidos pela prefeitura.

Funcionando da mesma forma dos anteriores, o centro oferece, gratuitamente, atividades esportivas, como ginástica, futsal e dança. Novas canchas de bocha foram inauguradas.

Aproximadamente 1000 associados são moradores dos bairros Nova Gerti e Boa Vista. Neste centro, os usuários encontram atendimento médico, psicológico, fisioterapia, enfermagem e assistência jurídica. Sempre há eventos culturais e palestras com temas relacionados à terceira idade.

O trabalho desenvolvido por seu diretor, Paulo Alves da Rosa, vem agregando, a cada dia, novos associados desejosos de participar das atividades físicas, com muita diversão e descontração.

A população com mais de 50 anos de idade começou a descobrir o quanto é importante ter um local para se reunir, praticar atividades físicas específicas para a faixa etária e, também, poder contar com uma grande variedade de serviços.

“Há bem pouco tempo, chegar à terceira idade era motivo para desânimo, pois, para muitos, significava o término de uma vida voltada à família e ao trabalho. A aposentadoria era o ‘fim da linha’, momento de colocar o pijama e ficar junto aos netos relembando histórias passadas. Felizmente tivemos a oportunidade de

participar de uma mudança radical de pensamento e comportamento. Hoje a Terceira Idade é sinônimo de atividade, energia, participação. Se os netos vão às danceterias, os avós vão para os bailes, diga-se, sempre lotados. Sem dúvida, a terceira idade hoje está mais organizada. Em nossa cidade, isso se deve, em grande parte, à construção dos Centros de Convivência, que foram fatores determinantes para a transformação da vida de milhares de pessoas. Com estes espaços, demos um grande passo para que esta parcela da população fosse, definitivamente, reconhecida pelo que fizeram e, também, pelo que ainda são capazes de fazer.” (João L.P. Bonaparte)

(*) *Cristina Ortega é pedagoga, advogada e pesquisadora da Fundação Pró-Memória*

Bibliografia
Jornal Sancaetanense
São Caetano Jornal
Jornal Convivência

Fotos: Acervo/Fundação Pró-Memória



A injustiça do esquecimento: OS AUTONOMISTAS

Atestado de residência para fins de Plebiscito



Luiz Rodrigues
Neves

Após o plebiscito de 24 de outubro de 1948, o recém-criado município de São Caetano, com tantas providências a tomar, como a organização da infra-estrutura da cidade, esqueceu das justas homenagens aos líderes autonomistas que tanto lutaram pela separação de Santo André.

Somente em 1965, 17 anos depois, as lembranças aos líderes autonomistas afloraram no poder público local. Nessa época, por iniciativa do vereador Nicolau Delic, o presidente da Câmara Municipal, Floriano Leandro, em 13 de outubro de 1965, assinou uma portaria instituindo uma Comissão composta por Ângelo Raphael Pellegrino (primeiro prefeito), Júlio Marcucci (autonomista) e *Jornal de São Caetano*, representado por Luiz Rodrigues Neves, Mário Porfírio Rodrigues e Paulo de Oliveira Pimenta (autonomistas). O objetivo era a montagem de uma lista daqueles que lutaram em prol da emancipação político-administrativa. Os membros da Comissão reuniram-se várias vezes e formaram uma lista com 95 nomes ilustres.

Mas, como seres humanos sempre têm falhas, ficaram algumas dúvidas

sobre os nomes constantes da lista. Alguns acharam que faltaram nomes, enquanto outros acharam que algumas pessoas não mereciam estar lá. No entanto, ficou valendo essa lista que, posteriormente, foi aprovada pela Câmara Municipal. As homenagens aos líderes estão nos seguintes locais: numa placa de vidro no Plenário dos Autonomistas; numa placa de bronze, em formato de livro, que se encontra na praça Cardeal Arcoverde; e no Monumento aos Autonomistas localizado na esquina da avenida Goiás com a rua Espírito Santo. É o preito de saudade e de agradecimento aos líderes desse inesquecível movimento que criou o nosso município.

Lembranças

Em 10 de janeiro de 2008, a Fundação Pró-Memória, como repositório da nossa história, recebeu a visita do autonomista Luiz Rodrigues Neves, que veio trazer documentos de 1948 para o acervo deste órgão, como alguns telegramas recebidos pelo *Jornal de São Caetano*, parabenizando-o pela vitória do plebiscito, além de outros documentos, como a carta do então Juiz Eleitoral da Capital informando que o plebiscito seria

realizado diante da aprovação na Assembléia Legislativa.

Nessa visita, o senhor Luiz Rodrigues Neves contou algumas passagens ocorridas em 1948. Um desses episódios, que narraremos aqui, é de grande relevância, pois ainda não fora relatado por ninguém, embora Mário Porfírio Rodrigues tenha feito menção do episódio em seu livro *Um Jornal, Uma Vida*, na página 110.

Para que as pessoas pudessem subscrever o pedido de realização do plebiscito era necessário ter o documento de identidade e um comprovante de residência com firma reconhecida por um cartório. Como o cartório de São Caetano pertencia à família Fláquer, eles se negaram a reconhecer as referidas firmas e, portanto, era impossível levar adiante essa subscrição: se a mesma ocorresse, haveria uma retaliação do prefeito Fláquer, de Santo André, que boicotaria a reivindicação.

A solução foi encontrada no terreno do próprio opositor, em Santo André. *João Evangelista de Paiva Azevedo*, proprietário de um cartório naquela cidade, atendeu aos autonomistas nesse quesito, fora do expediente normal, nada cobrando pelos serviços.

Outra peça indispensável do processo separatista era a prova de renda mínima e a Prefeitura de Santo André não iria fazer nada neste sentido, impedindo o andamento do processo. Novamente, a saída foi encontrada em Santo André.

Havia um funcionário da Prefeitura, *Clodomiro Gusmão Rocco*, que atuava numa pequena agência da Municipalidade em São Caetano, cuja missão era coletar impostos e taxas para a sede do município. Após ouvir as explicações pormenorizadas e o apelo insistente de Luiz Rodrigues Neves, ele forneceu o precioso comprovante de renda

do subdistrito, sob a condição de devolução dos documentos no mesmo dia. Assim, o fotógrafo Jacinto Raio Rodrigues tirou fotocópias dos comprovantes e devolveu os originais ao Sr. Rocco.

Assim feito, dentro do prazo que a lei estipulava, São Caetano entregou na Assembléia Legislativa a subscrição e a documentação necessária. Após muitos embates, o plebiscito foi aprovado e realizado com ampla vitória dos autonomistas.

Quando o prefeito Antônio Fláquer soube do ocorrido, puniu o servidor removendo-o para a região afastada de Paranapiacaba. Mas os autonomistas souberam louvar esse herói que colaborou num momento crucial e, inclusive, mais tarde, seu nome foi incluído na lista dos 95 Líderes Autonomistas.

Contudo, infelizmente, o nome de *João Evangelista de Paiva Azevedo* foi esquecido na lista dos Líderes Autonomistas, já que ela foi elaborada 17 anos depois.

A este propósito citamos novamente o livro *Um Jornal, Uma Vida*, editado pela Fundação Pró-Memória em 2005, que, em suas páginas 164 e 165, aborda este assunto. Ao encerrar este capítulo do seu livro, o autonomista Mário Porfírio Rodrigues escreveu: “Hoje, aos 80 anos de idade, após refletir durante décadas, concluí que a Câmara Municipal de São Caetano do Sul, ajudada por estudiosos da nossa história, poderia tomar uma posição para rever essa lista, tornando mais digna e honrosa a designação de Líder Autonomista.”

(*) *Humberto Domingos Pastore, jornalista profissional e atua com sua empresa no setor de assessoria de imprensa*

Nasce a Maçonaria no Grande ABC:

os 60 anos da Fraternidade de São Caetano

Fotos: Acervo/Fraternidade de São Caetano



*Estandarte da
Fraternidade de
São Caetano*

Uma história real não tem começo nem fim. É sempre um trecho de algo que pode ser contado a partir de alguns acontecimentos anteriores, e termina no meio de outros que estão apenas começando. Também podemos dizer que a história de uma comunidade é o conjunto das histórias de cada indivíduo, e de cada entidade que dela

participa. Quando os desejos somados convergem para um determinado fim, ele geralmente acontece.

A influência da Maçonaria no mundo é notória, e tem momentos nos quais age diretamente, como na independência e formação dos Estados Unidos da América, que foi a primeira experiência puramente maçônica na história da humanidade, vindo a se tornar

*Dr. Adhemar
Pereira de
Barros*



*Prefeito Anacleto
Campanella*



a nação mais poderosa do mundo. O primeiro presidente da república norte-americana, George Washington, jurou sobre uma bíblia emprestada de um templo maçônico e se orgulhava de comparecer às cerimônias públicas com seu avental de loja. A atuação da maçonaria também pode ser observada na proclamação da república em Portugal, em 1910, quando a maçonaria carbonária saiu às ruas, antes mesmo de ser apoiada pelo exército. Outro exemplo aconteceu na unificação da Itália, em 1870, com Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi.

A Maçonaria também aparece na história da cidade de São Caetano do Sul. Começa quando Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, maçom, resolveu que a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí teria uma estação ferroviária na região, inaugurada em 1867. Rapidamente, o novo transporte trouxe fábricas, oficinas e desenvolvimento do comércio ao lado da estação. Em São Bernardo, este fato foi tão importante que o antigo centro da cidade, antes na rota dos tropeiros que faziam o transporte entre Santos e São Paulo, vai se modificando, e, em 1938, a sede do município passa a ser o Bairro da Estação. Quando resolveram mudar o nome da cidade para Santo André, os moradores do antigo centro iniciaram um movimento

que, em 1944, culminaria na criação do município de São Bernardo, que, em 1945, recebeu o nome de São Bernardo do Campo. São Caetano, que já pertencera às cidades de São Paulo e de São Bernardo, era agora somente o segundo sub-distrito de Santo André. São Caetano perdera a própria identidade.

Em meados dos anos 40, a comunidade de São Caetano ainda vivia o ufanismo da vitória das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial. Seus pracinhas haviam sido recebidos, em 1945, com festas nos bairros de origem, trazendo com eles os ideais de liberdade que a vitória proporcionara. São Caetano já tentara se emancipar de São Bernardo em 1929, mas não obtivera êxito. A revolução de 30, quando Getúlio Vargas subiu ao poder, a Revolução Constitucionalista de 32 e a Segunda Guerra Mundial foram fatos que deixaram as mobilizações sociais em segundo plano, e a autonomia de São Caetano se tornara impossível nesta época.

Alguns bairros de São Paulo, como Vila Alpina, Vila Bela e Vila Califórnia, haviam se desenvolvido graças à proximidade de nossa cidade, e se consideravam parte dela. Éramos, sem dúvida, um importante centro econômico. O sonho da emancipação voltara a empolgar os sancaetanenses, dando



Prefeito Oswaldo
Samuel Massei



Prefeito Raimundo
da Cunha Leite

origem à segunda tentativa de obter a autonomia. O *Jornal de São Caetano*, fundado em 1946, e, por meio dele, a Sociedade Amigos de São Caetano lideraram em 1947 o movimento que enviou à Assembléia Legislativa do Estado um abaixo-assinado com 5.197 assinaturas solicitando a realização de um plebiscito. A reivindicação foi atendida e a consulta popular seria realizada em 24 de outubro de 1948.

Todos estes eventos tiveram forte participação dos maçons da cidade e contribuíram para que, em 19 de maio de 1948, fosse fundada a primeira loja maçônica de toda a região do ABC paulista: a Fraternidade de São Caetano. Ainda não havia o complemento *do Sul*, que seria agregado ao nome da nova cidade em 1º de janeiro de 1949, por meio de decreto do governador de São Paulo, e também maçom, Adhemar Pereira de Barros, que criou definitivamente o município de São Caetano do Sul. O próprio governador estava entre os líderes autonomistas, assim como outros políticos de projeção nacional, dentre eles Auro de Moura Andrade, que seria presidente do Congresso Nacional e candidato à presidência do país em 1960.

A fundação da loja maçônica

ganhara destaque entre os maçons do movimento autonomista. Foi marcada uma reunião na casa de José Lopes, situada na rua Amazonas, 1089, para o dia 19 de maio de 1948, quando foi elaborada a ata da fundação da loja. Seria mais um ato para gravar o nome de *São Caetano*, como já ocorrera com o *Jornal*, a *Sociedade de Amigos* e também com o *Hospital São Caetano*.

Consta na ata de fundação a palavra de encerramento do orador: “(...) a satisfação de todos na concretização de uma velha esperança, instalando-se uma nova loja para grandeza deste oriente”. A expressão *velha esperança* mostra que a fundação da loja era algo estudado, desejado e esperado há algum tempo.

Dentre os líderes autonomistas contavam alguns maçons e outros que viriam a ser: Adhemar Pereira de Barros (governador do Estado de São Paulo), Américo Cavalini, Anacleto Campanella, Antônio Caparroz Guevara, Antônio Lojudice, Concetto Constantino, Fernando Piva, Mauro Corvello, Matheus Constantino, Olindo Quaglia e Pedro Pardo Oller.

Na primeira eleição do município, em 13 de março de 1949, quando da escolha do prefeito Ângelo Raphael



Nilo Fernandes de Souza, atual Venerável Mestre da Loja

Pelegrino, os maçons Concetto Constantino e Oswaldo Samuel Massei estavam entre os vereadores eleitos.

A primeira iniciação maçônica realizada em São Caetano do Sul ocorreu em 30 de abril de 1949. Na ocasião, Ricieri Lorenzini e Benito Campoi foram feitos aprendizes maçons. O primeiro maçon a se filiar na nova loja foi José Benito Gianelli.

Obras Sociais

Diversos maçons fizeram parte da fundação do Hospital São Caetano, da Sociedade Beneficência Portuguesa, OAB, APM, Rotary Club e da Sociedade Beneficente São João de Jerusalém, que administra a Creche Oswaldo Cruz. Também foram fundadores do Colégio dos Veneráveis de São Caetano do Sul, que congrega as 18 lojas maçônicas do município e tem organizado eventos de união e integração social em toda maçonaria sul-sancaetanense.

Centenas de maçons compuseram as colunas da Fraternidade de São Caetano nestes 60 anos de existência. Advogados, professores, médicos, dentistas, farmacêuticos, engenheiros, economistas, juízes de paz, sociólogos, oficiais militares, industriais, comerciantes, administradores, contabilistas, funcionários públicos, entre outros, fazem parte da argamassa social da cidade brasileira, que, segundo Organização Mundial da Saúde, possui a melhor qualidade de vida no início do século 21.

Política

Dos quatro prefeitos maçons de São Caetano do Sul, três fizeram parte da Fraternidade de São Caetano: Anacleto Campanella, Oswaldo Samuel Massei e Raimundo da Cunha Leite.

Outros cargos políticos foram ocupados por membros da Fraternidade de São Caetano: Vice Prefeito – Antônio Russo; Vereadores – Concetto Constantino, Oswaldo Samuel Massei, Nicolau Delic, Claudio Musumeci, Mauricio Hoffman e Raimundo da Cunha Leite; Deputados Estaduais - Oswaldo Samuel Massei e Anacleto Campanella; Deputados Federais – Anacleto Campanella, Antonio Russo e Raimundo da Cunha Leite; Diretores da Fazenda do Município – Naur Ferraz de Mattos e Claudio Musumeci; Diretor da Saúde – Antônio Menezes Bonfim; Assessor Especial do Prefeito – Nicolau Delic.

Todas as lojas maçônicas que hoje ornamentam o Grande ABC são filhas diretas ou indiretas da Fraternidade de São Caetano, ou vieram de São Paulo para reerguer colunas dentro do templo da Fraternidade ou de suas lojas filhas. São lojas de três orientes diferentes: Grande Oriente do Brasil, Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo e Grande Oriente Paulista.

A Fraternidade São Caetano comemora os 60 anos do nascimento da Maçonaria no Grande ABC. O atual venerável é Nilo Fernandes de Souza, empresário.

(*) *Carlos Augusto Marconi, engenheiro, economista, empresário e maçon iniciado na Fraternidade de São Caetano em 1988*

Lugar de memórias sul-sancaetanenses:

*os 15 anos do Centro de Documentação Histórica da
Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul*

Fotos: Acervo/Fundação Pró-Memória



*Dependências do
Centro de
Documentação
Histórica, 2008*

A

s primeiras instituições para a preservação da memória surgiram no Brasil seguindo os modelos implantados na Europa, que dividiam essas instituições em: arquivos nacionais, museus e bibliotecas. Em 1721 foi criado o Arquivo Público, em São Paulo; em 1838, o Arquivo Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro. Estas instituições tinham como função a salvaguarda dos documentos referentes às atividades governamentais, que tinham valor comprobatório e legitimavam as ações do Estado.

Durante o século 19 e início do século 20 os arquivos foram subsidiários de fontes para historiadores influenciados pelo positivismo, corrente de pensamento

que aplicava o rigor das ciências exatas nas ciências humanas. Desta forma, as pesquisas historiográficas tinham como base o estudo dos documentos oficiais.

Em contraposição a esta metodologia, a partir de 1920 surgem novas tendências historiográficas, influenciadas pela Escola dos Annales, na França. Outras fontes, além das convencionais, que até então eram limitadas aos documentos oficiais, tornam-se objetos de estudo: fotografias, objetos, obras de arte, depoimentos, mapas, literatura, entre outros.

A partir de 1980, inicia-se um movimento de valorização da história local e regional. Neste contexto são criadas as instituições de memória, que visam o incentivo a pesquisas históricas e



Grupo de funcionárias da Indústria Pamplona, 1910

a preservação da memória de determinada localidade ou grupo, tais como municípios, comunidades, sindicatos e partidos políticos.

Segundo Déa Ribeiro Fenelon, no texto *Políticas Culturais e Patrimônio Histórico*, “no social, esta luta se concretiza em diferentes sujeitos históricos, assumindo formas diversas e resultando em diferentes memórias (...)”. Neste período inauguram-se museus, centros de documentação e centros de memória em diversas regiões do Brasil.

Por meio de documento encaminhado para a prefeitura de São Caetano do Sul em 16 de maio de 1989, uma comissão, que tinha como presidente Oscar Garbelloto e como membros Vojislav Aleksandar Jovanovic, Sonia Maria Franco Xavier e Mário Botteon, apresenta o *Projeto para o Estabelecimento de Novas Diretrizes e Metas ao Patrimônio Histórico de São Caetano do Sul*. O projeto mencionava a criação da Fundação Pró-Memória, do Serviço de Documentação e Pesquisa da História Local e a implantação do Museu Municipal na área do *buracão da Cerâmica*.

Em 1992, é criada a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, que tem sua primeira sede na avenida Goiás, 600. A Fundação incorpora o Museu Histórico Municipal de São Caetano, criado em 1977, apesar de uma primeira tentativa de implantação em 1959. Inicialmente, o Museu era responsável por todo o acervo referente ao município.

Diante da necessidade de aperfeiçoar as atividades da instituição,

em 1993 foi inaugurado o Centro de Documentação Histórica (CDH) da Fundação Pró-Memória, com o objetivo de preservar a história e a memória coletiva do município e apoiar pesquisas sobre a história de São Caetano do Sul e do Grande ABC. O CDH torna-se responsável pelos documentos textuais, iconográficos, eletrônicos, fonográficos, audiovisuais e bibliográficos.

O acervo foi constituído, principalmente, por documentos do Museu Municipal e do Poder Público de São Caetano do Sul, e também por doações de empresas, personalidades e moradores do município. Desde sua criação até os dias atuais, o CDH conta com a doação de colaboradores para enriquecer o acervo, que possui desde documentos datados do século XIX até documentos contemporâneos referentes à formação histórica, desenvolvimento econômico, cultura, educação, política e cotidiano do município de São Caetano do Sul e região do ABC.

Todos os documentos doados ao acervo do Centro de Documentação Histórica são analisados pela Comissão de Análise de Doações da Fundação Pró-Memória, constituída por historiadores e técnicos da instituição. Em reuniões periódicas avalia-se critérios como historicidade e estado de conservação do documento.

Após a aprovação do documento, realiza-se o processamento técnico da documentação, que é dividido em três etapas: 1) *Higienização*: limpeza do documento e a retirada de cliques, grampos, fitas adesivas; 2) *Catálogo*: registro do documento em listagem ou banco de dados. Esta etapa é importante para que o documento possa ser localizado posteriormente; 3) *Acondicionamento*: guarda do documento de maneira adequada para garantir sua

preservação. Após estas etapas finalmente o documento é inserido no acervo e disponibilizado para consultas.

A equipe atualiza constantemente as informações sobre o acervo, promove medidas de conservação preventiva para garantir a integridade dos documentos e elabora instrumentos de pesquisa para viabilizar o trabalho de pesquisadores. Um projeto de digitalização de imagens do acervo está em andamento e, até agora, 6.833 imagens foram digitalizadas e estão disponíveis em banco de dados interno. Desta maneira, diminui-se a manipulação das fotografias, o que contribui para manter a durabilidade dos registros iconográficos.

Além das atividades de processamento técnico dos documentos, o CDH disponibiliza o acervo para pesquisas, atendendo estudantes do ensino fundamental, médio, superior, pós-graduandos, pesquisadores e interessados em geral na história de São Caetano e região do Grande ABC. Estas pesquisas resultam em trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado, documentários, publicações, textos jornalísticos e exposições.

O Centro de Documentação Histórica da Fundação Pró-Memória tem um papel importante na preservação e difusão da memória e história de São Caetano do Sul e manterá o compromisso que motivou sua criação há 15 anos: custodiar o acervo que faz parte do patrimônio histórico da cidade e acolher todos os interessados em busca de informações e conhecimento.

(*) *Michelle Almeida Tito, historiadora, especialista em organização de arquivos. Atualmente é coordenadora do Centro de Documentação Histórica da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul*



Primeira página do São Caetano Jornal, 1928



Título de propriedade de colono de Antônio de Rossi e Domenico de Rossi, 1891

Referências bibliográficas

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p 29-33. Ofício encaminhado pela Comissão constituída através da Portaria nº 11.395, de 02 de março de 1989 para a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. Acervo da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul - Centro de Documentação Histórica - Coleção História e Memória.

A magia do Cine Vitória

Até hoje me recordo da primeira vez que fui ao cinema. Era então uma sessão das 14 horas, na qual a famosa matinê de domingo exibia, em primeira mão, o filme *Marcelino pão e vinho*. Lá fui eu com minha irmã e mãe comprar o bilhete de entrada no Cine Vitória. Ele era o principal cinema de São Caetano e, por isso, vivia com longas filas. Chegamos cedo para não perder o lugar. Majestoso, bem no centro da cidade, o Vitória vivia cheio de gente e, nas matinês, ficava lotado de crianças barulhentas e comilonas. A bomboniere *Tio Vicente*, que ficava em frente ao cinema, contribuía para a nossa gula. Lá, enchíamos as mãos de cajuzinhos e íamos para a sessão felizes da vida.

Depois desse dia que entrei na sala de exibição e vi uma enorme sala cheia de cadeiras, nunca mais deixei de visitar o cinema: virei fã. Passaram-se os meses, os anos e então foi a vez do *ET*, um filme muito concorrido que, para pegar um bom lugar, era preciso chegar bem cedo e enfrentar a fila na porta.

Mesmo quando não havia filme para assistir, eu gostava de dar uma passada na frente do Vitória para ver os cartazes com as próximas exhibições. Com o tempo, o local foi ficando esquecido. Diziam que havia sido invadido por pulgas, mas, mesmo assim, continuava reinando no pedaço.

A moda de construir cinemas dentro de shoppings enfraqueceu sua majestade e o Cine Vitória se transformou em uma casa de shows, sendo substituído

por outros cinemas da região e da cidade. Mas nunca me esqueci do Vitória.

Muito antes dele, surgiram outros cinemas na cidade. Segundo Sônia Maria Franco Xavier, no artigo *Os cinemas de São Caetano*, publicado em *Raízes 5*, em julho de 1991, as primeiras salas de exhibições das quais se têm notícias apareceram na década de 1910. Em 1916, foi encontrado um pedido de alvará para cinematógrafo feito por José Golfetti na rua Rio Branco. Outros nesses mesmos moldes foram encontrados pela cidade, entre eles um na rua Heloisa Pamplona.

Mais tarde, em 1922, a verdadeira idéia de cinema surgiu com o Cine Central da rua Perrella, 319, propriedade de Atílio Santarelli. Uma das referências mais interessantes sobre esse cinema encontra-se na obra *Cotidiano e História em São Caetano do Sul*, escrito por Adriana M. C Ramos e Mônica de Souza. As autoras contam que os primeiros filmes exibidos nesse cinema eram em preto e branco e a trilha musical ficava a cargo de músicos contratados. Quer dizer que o som era bem melhor que o de hoje, além da exclusividade de ser ao vivo.

O único inconveniente do cinema dessa época era que a sessão era interrompida várias vezes para molhar a máquina de projeção. Mas, mesmo assim, ir ao cinema na velha São Caetano era um passeio de gala. As famílias colocavam suas melhores roupas e algumas moças solteiras até arrumavam namorados nessas salas.

Mais tarde, vieram o Cine Parque, o Cine Aquarius e o Cine Átila, seguido



Detalhe da fachada do Cine Vitória, no início da década de 1990

pelo famoso Cine Vitória. Resolvi escrever sobre este último e descobri uma longa história a seu respeito, que começa muito antes de setembro de 1953, quando Vitorio Dal'Mas e seus filhos, donos da Empresa Cinematográfica Vitória Ltda, apresentavam sua inauguração numa revista de 52 páginas.

Cine Vitória

O Cine Vitória recebeu esse nome justamente em homenagem ao seu criador, Vittorio Dal'Mas, que chegou ao município com 12 anos e se tornou um grande empresário. Ele tinha o sonho de construir um grande edifício em São Caetano, mas só o concretizou após a autonomia político administrativa. Em 1949 foram feitos estudos e projetos do edifício e, no ano seguinte, iniciou-se a construção do prédio.

Em 11 de fevereiro de 1995, o Cine Vitória novamente foi lembrado durante uma palestra na Fundação Pró-Memória, proferida pelo engenheiro Mário Dal'Mas, que relatou as expectativas da construção do cine Vitória

e o burburinho da cidade nessa época. Segundo Dal'Mas, as construções eram vistas como uma loucura e dizia-se que tal edifício não poderia ser comportado na cidade. No entanto, a família Dal'Mas continuou firme em seus propósitos e inaugurou o Vitória em 30 de setembro de 1953, com a presença do então prefeito Anacleto Campanella. O projeto foi realizado com recursos próprios e possuía um cinema, 56 salas comerciais, vários salões de festas, uma galeria de 12 mil metros quadrados e o restante de área comercial. O prédio também abrigou

v á r i o s departamentos, entre eles: P o d e r Executivo, Legislativo, cartório e grêmio, além de ser palco de exposições de arte, conta

Mário Dal'Mas, no artigo *Edifício Vitória: o ideal de um imigrante,*



Projetores do Cine Vitória

Fachada do
Cinema Central,
localizado na rua
Perrella, 319



publicado em *Raízes*, em julho de 1995.

Na revista

A inauguração do Cine Vitória foi marcada pelo lançamento de uma revista, que, graças ao sucesso, teve um segundo número em comemoração ao aniversário da cidade. Na primeira revista, o Cine Vitória foi apresentado ao público com um equipamento de última geração: som e projeção simples X-L, o que o comparava aos melhores cinemas do mundo. Os filmes exibidos eram programados pela Companhia Cinematográfica Serrador, Art Palácio, Ipiranga, Bandeirantes, Opera e Broadway.

Frente a tanta sedução, o Vitória foi inaugurado numa terça-feira, às 21 horas, em 29 de setembro de 1953. “A avant-première foi patrocinada pelo Rotary de São Caetano do Sul, em prol da construção de um posto de puericultura. O filme estrelado era *O falcão Dourado* em technicolor”, contou o jornalista Ademir Médici, no jornal *Diário do Grande ABC*, em texto publicado na época da inauguração.

Com o passar dos anos, o Vitória viveu seus altos e baixos. Chegou a se transformar em dois cinemas: Cine

Vitória I e II. Desde o início, o Cine Vitória contou com poltronas estofadas, sistema moderno de projeção, acústica e ventilação bem cuidadas, além de boa visibilidade, já que a sala foi construída em dois planos. Segundo Sônia Maria Franco Xavier, no texto publicado em *Raízes* 5, os filmes recém-lançados eram exibidos em primeira mão em vista de um contrato com a distribuidora Serrador.

Mais tarde, o Vitória viveu sua primeira grande restauração para recuperar o seu estilo original e tentar resistir à invasão dos shoppings. Ele ressurgiria com um novo sistema de iluminação e som, num investimento de Cr\$ 14 milhões. Mas nem isso salvaria o Vitória de sua derrocada final. E foi exatamente o que aconteceu em uma terça-feira, 1º de setembro de 1998. Era então um dia comum se não fosse pela última sessão de seu funcionamento. Na sala de cinema, apenas 100 espectadores assistiram ao filme norte-americano *Armagedon* e levaram dali muitas saudades. Até hoje, sinto falta do velho Vitória, que nem em sonho foi substituído por qualquer outro cinema da região...

(*) Priscila Gorzoni, jornalista

São Caetano do Sul e a língua universal



Prof. Arnaldo Vianna em foto de 24 de outubro de 1982, quando da comemoração do 34º aniversário da Autonomia de São Caetano do Sul

Há aproximadamente 120 anos, um jovem médico polonês iniciava sua carreira como oftalmologista. Mas a guerra mudaria dramaticamente o rumo de sua vida. Ludwig Lejzer Zamenhof (em português, conhecido como Luís Lázaro Zamenhof) vivia em Bialystok, uma região dominada pelo Império Russo, localizada na atual Polônia. Os dominadores russos incentivavam o conflito entre os vários povos que dividiam espaço naquela sociedade, e, mesmo para as situações mais corriqueiras, a comunicação entre tais povos era difícil, pois cada cultura tinha sua própria língua.

Ainda jovem, Zamenhof criou uma espécie de sistema lingüístico com o intuito de facilitar a comunicação entre as comunidades locais. O sistema era composto por regras simples e de fácil assimilação, baseado no vocabulário regional. Contudo, pressionado por seu pai a estudar medicina, teve de abandonar o projeto. Anos mais tarde, o trabalho foi retomado e, o que começou como um projeto descompromissado de um estudante idealista, tornou-se real em 1887 e figura como uma das maiores contribuições ao legado cultural da humanidade: o esperanto. Em poucos anos, essa língua se tornaria objeto de discussão nos principais círculos

intelectuais europeus, onde começaria a se difundir. No Brasil, essa história também chega a São Caetano do Sul.

O esperanto em São Caetano do Sul

O esperanto chegou à cidade em dezembro de 1955, durante a administração do prefeito Anacleto Campanella, numa das reuniões semanais do Rotary Club. O encontro, presidido por Manuel Gutiérrez Duran, contou com a presença do prefeito e de Oswaldo Massei, que era deputado estadual. Naquela noite, Arnaldo Vianna, o palestrante convidado, discorreu sobre diversos aspectos e benefícios da língua internacional e de seu aprendizado. Na semana seguinte, a reunião recebeu especial destaque na coluna social do *Jornal de São Caetano*.

Em 1956, uma série de artigos de Arnaldo Vianna foi publicada periodicamente no *Jornal de São Caetano*, enfatizando as vantagens da criação de um curso municipal de esperanto, o que ocorreria até o fim da década de 1950 no espaço do Grupo Escolar Senador Fláquer. As aulas eram ministradas pelo próprio Arnaldo, que criou e manteve o curso por iniciativa própria, e a duração média das turmas era de oito meses.

Nos anos seguintes, as turmas foram

Grupo de alunos do Curso de Esperanto, que era realizado na E.E.P.G. Senador Flaquer. Década de 80



Fotos: Acervo/Fundação Pró-Memória

crescendo gradativamente. O *Jornal de São Caetano* publicava uma série de artigos sobre o curso com o intuito de estimular a procura pelas aulas, que eram gratuitas. Em 1959, o prefeito Oswaldo Massei decretou o projeto de lei nº 860 sobre “a criação no município de um curso de esperanto”, assim oficializando o trabalho já realizado. Em 1971 abriram-se novas turmas em outros dois grupos escolares, o Colégio Estadual de Vila Barcelona e o Instituto de Educação Estadual Coronel Bonifácio de Carvalho, em que os orientadores eram os ex-alunos das primeiras turmas.

A prefeitura e a Secretaria de Educação e Cultura, sob a administração de Marly Coelho, investiam mais recursos conforme o projeto crescia. Em 1969, a ACASCS propôs à Secretaria de Educação e Cultura que o curso fosse patrocinado e promovido por aquela entidade. Em 1973 foi organizada a 1ª Exposição de Esperanto, realizada novamente no ano seguinte. As exposições também eram aulas, destinadas a uma rápida demonstração do idioma, e eram organizadas pelos alunos de esperanto. A segunda edição da exposição contou com uma disputa de trabalhos entre os estudantes de três unidades escolares (Senador Fláquer, Bonifácio de Carvalho e Rosalvito Cobra), que concorreram a um troféu

cedido pela prefeitura. Tudo isso sob a vigilante orientação do professor doutor Arnaldo Vianna.

O idealista

Arnaldo Vianna nasceu em 21 de junho de 1924, em São Paulo. “Contava minha mãe, Leonina Policceno Vianna, que justamente neste dia a rua onde eu morava estava fechada com duas barricadas de areia, nas duas esquinas, estávamos em meio à revolução de 1924. Na hora do parto, meu pai, Antônio Azevedo Vianna, foi correndo abaixado pela rua para buscar a parteira, que morava a algumas casas dali. Depois voltaram os dois correndo em meio ao zumbido das balas”.

Nos anos 1950 começou a trabalhar no Grupo Escolar Senador Fláquer como odontopediatra, logo após se formar em odontologia. Participou do Movimento dos Autonomistas compondo o Hino dos Autonomistas, que foi executado pela primeira vez em 7 de setembro de 1953, e o Hino do GE Senador Fláquer. Aprendeu esperanto quando terminava o curso superior e logo se propôs a divulgar o objetivo da língua: possibilitar a comunicação entre diferentes povos sem substituir suas culturas. “Na cidade de São Caetano do Sul o curso se iniciou por volta de 1955, pouco depois que comecei

a trabalhar lá, e terminou com minha aposentadoria em 1996”, comentou em entrevista. “De tempos em tempos havia divulgação em São Caetano, sobretudo por jornais locais, mas na maioria das vezes a divulgação do esperanto não se restringia à cidade. Conseguimos em 1965 fazer um curso na extinta TV Tupi. Era uma simulação onde três dos meus filhos (a mais nova era um bebê naquela época) eram alunos”, conta Arnaldo Vianna, em entrevista intermediada por seu filho, Paulo Vianna.

Sua atuação na comunidade esperantista também foi marcante. Aprendeu o idioma por conta própria e logo passou a lecionar. De 1968 a 1970, foi presidente da Associação Paulista de Esperanto (EASP). Sua principal motivação era a paz. “Sempre tive horror à selvageria das guerras, talvez por ter nascido em uma batalha”, brinca, “mas era adolescente durante a Segunda Guerra Mundial, e ver os povos mais desenvolvidos do planeta se aniquilando durante tanto tempo influenciou fortemente, não só a mim, mas a toda a minha geração. Todos se preocupavam com a paz”.

Esse trabalho teve grande importância para o movimento esperantista e hoje, 12 anos depois de se aposentar, Arnaldo Vianna contempla o fruto de seu trabalho com o surgimento de cursos em todo o Brasil, além de associações e grupos de esperantistas.

Arnaldo Vianna vive atualmente em São Paulo, no bairro do Ipiranga, com esposa e filhos.

(*) *Gabriel Caetano é poeta, músico e atualmente vive em São Caetano do Sul*

O que é esperanto

A palavra esperanto significa aquele que tem esperança. Criado a partir da junção de elementos de línguas românicas, eslavas e germânicas, possui uma estrutura simples e dinâmica, com regras claras e um vocabulário vivo, pois o próprio sistema lingüístico permite a criação e a adição de novos termos para suprir as necessidades do falante. A gramática é simples, sendo necessária apenas alguma dedicação para um aprendizado satisfatório. Segundo estatísticas que contrariam a famosa música, há cerca de 1,5 milhão de falantes em todos os continentes, e já foi comprovado que os esperantistas apresentam uma facilidade significativa no aprendizado de outros idiomas.

A literatura em esperanto, com muitas obras traduzidas e outras escritas na própria língua, é altamente universalista, pois são adicionados títulos de várias nações, assim como a música e outras artes em geral. Desde 1905, exceto nos períodos de guerras, realizam-se Congressos Mundiais de Esperanto anualmente. Nestes eventos os esperantistas alimentam e compartilham a cultura esperantista, uma cultura geral, desvinculada de qualquer nacionalidade. Muitas religiões, inclusive cristãs, adotaram o esperanto com o intuito de propagar a união de povos.

Entre as centenas de organizações espalhadas pelo mundo, figuram no Brasil: o Suda Estelaro, a primeira associação criada no país, 19 anos depois do surgimento da língua; a Associação Paulista de Esperanto (EASP); e a Liga Brasileira de Esperanto.

A internet possui a maior concentração de informações sobre esperanto, de livros digitais distribuídos gratuitamente a cursos digitais da língua.

A necessidade da Arte

Fenômeno da generalidade: Uma obra de arte deve ser universalmente significativa e, apesar disso, bastante única, portanto parece ser a oportunidade para tantas diferentes e individuais apropriações dela quantos são os indivíduos existentes.

Aldrich, C. Virgl in Filosofia da Arte

A

Arte é necessária?

Por que e para que fazemos arte?

Essas perguntas retornam de tempos em tempos... Principalmente quando surgem notícias de que uma obra de arte foi negociada por alto valor, ou quando se constroem edifícios para abrigar obras de arte, ou ainda, quando se sabe que as pessoas estudam para entender, preservar ou fazer Arte!

Para responder essas questões devemos considerar, em primeiro lugar, do que estamos falando quando falamos de arte e intitulamos artistas aqueles que dela fazem parte, ou que a ela se dedicam.

É praticamente impossível definir Arte em alguns parágrafos, por mais extensos que sejam. Mas, por meio da filosofia da arte, conseguimos estar mais próximos de uma, tão exigida por nosso intelecto, definição de Arte. Muitos volumes já foram publicados, muitos tratados redigidos, enfim, há ótima literatura a respeito.

Mesmo com todos os estudos, e apesar deles, as palavras *obra de arte* e *artista* emanam certo mistério, envolvem algo que não se sabe bem classificar, precisar, definir.

Um matemático, um físico, um

piloto de jato, uma engenheira, uma professora, entre outros profissionais, ao se apresentarem, são imediatamente identificados e reconhecidos apenas pelos adjetivos que classificam suas atividades. Mas, quanto aos artistas, os conceitos variam: em determinados locais, empregar o termo *artista* traz à mente um cantor de música pop, ou um ator de TV; em outros locais, a mesma palavra pode significar alguém que, para se distrair nos finais de semana, pinta, canta, faz teatro ou exerce, com capricho e dedicação, essas atividades. Mas o artista é, embora não pareça, um trabalhador, um profissional. Artista é aquele que produz sistemática e conscientemente... Obras de arte.

O artista sempre tem um propósito, ou seja, antecipa intelectualmente o que vai criar. Tem ferramentas e meios, e tem o conhecimento de como reagem essas ferramentas e esses meios. Cada um com características próprias, ferramentas e materiais específicos. E se expressa por meio das linguagens artísticas: pintura, escultura, desenho, cinema, fotografia, música, gravura, literatura, entre outras.

Uma obra de arte, por sua vez, não pode ser considerada apenas pelas suas

propriedades espaço-temporais: altura, profundidade, peso. A obra pode se assemelhar a alguma coisa, mas, ao mesmo tempo, pode não ter, nem ser, a representação de algo conhecido. Como diz Aldrich, em *Filosofia da Arte*, “a representação artística pode estar acabada sem que nada daquilo que ela representa tenha existência”.

Alguns autores classificam os trabalhos artísticos em artes plásticas e artes visuais, distinguindo-as das artes cênicas e da música, ou da literatura.

Artes plásticas são aquelas em que o resultado do trabalho é plástico, ou seja, visível e palpável, consubstanciado em materiais tangíveis.

Artes visuais, por sua vez, dizem respeito ao imponderável, trabalhos artísticos que podem ser percebidos pela visão sem ter obrigatoriamente um corpo físico.

E falando do artista, daquele que cria, produz obras de arte, estamos falando de uma manifestação da vontade, da independência, do posicionamento perante o mundo de um ser humano que interage com seus semelhantes e os provoca, emocionalmente ou socialmente, aos níveis intelectual e espiritual.

Esse indivíduo, digno de ser chamado de artista, é aberto a um sentir não apenas seu. Está ligado com o presente, no tempo e no espaço, muito mais do que seus semelhantes. Embora algumas vezes, em sua solitária produção, pareça, aos menos avisados, egocêntrico e deslocado.

Será que só os artistas necessitam da Arte?

A resposta é óbvia: os seres humanos necessitam da Arte.

Nessa difícil e intrincada busca pelos mistérios da arte, a História vem em nosso auxílio. Ela nos narra que, no período denominado paleolítico superior,

nossos ancestrais deixaram, deliberadamente, marcas de suas mãos dispostas de forma calculada, em superfícies rochosas, dentro de cavernas onde habitavam. Esculpiram, desenharam e pintaram figuras assemelhadas a animais e a seres humanos. Inevitavelmente surge a questão: Por que esses nossos antepassados, tão rústicos e limitados em suas ferramentas de sobrevivência, preocupavam-se em desenhar, pintar, esculpir?

Tratavam-se, esses fazeres, de uma forma de comunicação com outros seres humanos ou não humanos? Fariam parte de rituais, e nesse caso haveria já uma motivação imaterial? Esses registros que interessavam tão somente aos antropólogos e aos arqueólogos passam a ser vistos como objeto de interesse no âmbito da Arte, quando neles se encontram também manifestações de emoções, de estados de alma. Essas manifestações pictóricas seriam estados, situações, questões e reflexões, não só daqueles que desenhavam ou esculpiam, mas também dos seus contemporâneos. Arte rupestre.

Para a filosofia da arte não importa tanto o porquê desses seres humanos, que viveram em torno de 20 mil anos antes da Era Cristã, deixarem marcas indeléveis na superfície das pedras, pois, mesmo que essas marcas estejam ligadas a uma incipiente religiosidade, a criação de figuras, pintadas ou esculpidas, são manifestações materiais ditadas pelos sentidos.

É, portanto, na História das civilizações, ou na História do ser humano, que começamos a encontrar nossas respostas.

Por meio da História chega-se a perceber que, quanto maior o grau de conhecimento, desenvolvimento tecnológico ou de erudição de um povo, maior qualidade e requinte possuíam suas obras



Acevo/Metropolitan Museum N. York

Figura do homem orando
2600 a.C. -
Encontrada em
Tell Asmar
Mesopotâmia
Alabastrite
(gypsum
alabaster)

de arte, não importando se foram criadas como oferendas ou homenagens a reis, heróis, deuses, símbolos sacrificiais ou como puro deleite dos sentidos.

Engenhosos procedimentos para deslocamento de blocos de pedra para construção de templos, ou sistemas elaborados para transporte das águas frescas ou servidas, que ainda hoje causam admiração, como em Knosos, foram criados em uma mesma época.

Um segundo momento de nossa reflexão sobre arte e artistas refere-se ao fato de que algumas pessoas produzem obras de arte, e outras não.

Assim como algumas pessoas, ao longo da História, tornaram-se filósofos ou cientistas que direcionaram e influenciaram sociedades inteiras, outros marcaram sua presença na História por atos indignos, contrários aos ideais e aos ínfimos princípios do comportamento humano. A capacidade para cada atividade, ou a genialidade para se superar nas inúmeras atividades humanas, distingue poucos seres, e, muitas vezes, só a História, em sua seqüência, faz uma *seleção natural*, apontando momentos e pessoas que dentro de seus contextos de tempo e conhecimentos destacaram-se e deixaram um legado para seus pósteros.

Assim como os cientistas, os inventores, ou os desbravadores, o indivíduo que cria arte possui um diferencial em relação a essa forma de comunicação/manifestação. Por isso, alguns seres humanos produziram obras

inigualáveis, seja algo como a sexta sinfonia de Beethoven, a Pietá de Michelangelo Buonarroti, ou a catedral de Chartres, e tantas outras obras que, por mais que admiremos, sempre nos surpreende e encanta, tornando-se patrimônios para a humanidade, que não se exaurem em seus conteúdos, em sua relevância.

Mesmo sem fazer arte, o ser humano *apropria-se* da obra de arte realizada por outro, usufruindo a mensagem intrínseca, percorrendo o caminho do artista na criação, deixando-se envolver pela atmosfera proposta, ou pelas soluções estéticas.

Necessitamos dessas obras. Elas tiram o ser humano de sua matéria e lembram-lhe que possuem algo mais que o sentir o quente ou o frio, a fome ou a saciedade, a dor ou prazer. Elevam-no ao prazer intelectual e espiritual. Instigam sua imaginação e proporcionam o insight, ou seja, dedução⁽¹⁾, discernimento, percepção⁽²⁾ e introspecção⁽³⁾.

A obra de arte é o canal de comunicação entre o imaginário e a realidade, entre a lenda e o mundo físico, entre o pensar e o sentir. E esse canal não é apenas entre o artista e o espectador, mas também entre o espectador e ele mesmo. A obra provoca a catarse.

Na contemporaneidade ou, como denominam alguns, no momento pós-moderno, vem à tona a sociedade do consumo-e-descarte. A busca pelo passado recente, o simulacro e a grande e confusa aceitação dos *direitos* de todos e de tudo. E a Arte, sempre à frente de seu tempo, também aparece, confusa e caoticamente, desafiando a argúcia e o conhecimento daqueles que desejam se aproximar dela. A arte contemporânea pede um repertório de conhecimentos para ser fruída. E isso também é motivo de polêmicas. Polêmicas que ela própria não



*Máscara de cerâmica
1º século d.C. -
Encontrada na região onde
hoje é o Equador*

incensa nem descarta. E tampouco incentiva (dentro dos conceitos pós-modernos, que acolhe propostas pouco profundas).

Voltando às nossas reflexões iniciais sobre a necessidade da Arte, podemos encerrar com uma afirmação, até certo ponto rasa, mas facilitadora: Nenhum animal, por mais que faça parte da vida humana, tem um histórico de homenagens aos seus deuses, heróis ou crenças por meio do fazer artístico. Nem tão pouco coloca seus humores, ou suas dores e alegrias, em forma de Arte. Esse privilégio cabe a nós, ou melhor, a alguns entre nós.

(*) *Neusa Schilaro Scaléa, fotógrafa, professora, designer gráfica, especialista em museus de arte. Atualmente é coordenadora da Pinacoteca Municipal da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul*

Notas

1-Dedução - é uma *inferência* que parte do *universal* para o mais *particular*. Considera-se que um raciocínio é dedutivo quando, de uma ou mais premissas, se conclui uma proposição que é conclusão lógica da(s) premissa(s). A dedução é um raciocínio de tipo mediato, sendo o *silogismo* uma das suas formas clássicas. A *indução* pode ser reduzida a dedução no corpo da *lógica clássica*.

2-Percepção - Em *psicologia, neurociência e ciências cognitivas*, percepção é a função *cerebral* que atribui *significado* a estímulos sensoriais, a partir de histórico de vivências passadas. Por meio da percepção um indivíduo organiza e interpreta as suas impressões sensoriais para atribuir significado ao seu meio. Consiste na aquisição, interpretação, seleção e organização das informações obtidas pelos *sentidos*. A percepção pode ser estudada do ponto de vista estritamente *biológico* ou *fisiológico*, envolvendo estímulos elétricos evocados pelos estímulos nos órgãos dos sentidos. Do ponto de vista psicológico ou cognitivo, a percepção envolve também os processos mentais, a memória e outros aspectos que podem influenciar na interpretação dos dados percebidos.

3-Introspecção - A introspecção é um método experimental que consiste em submeter o indivíduo a estimulações definidas, que geralmente comportam uma resposta; ou fazê-lo executar uma tarefa determinada, pedindo-lhe que dedique especial atenção a seus estados subjetivos, a fim de relatá-los minuciosamente, o que exige, como assinala *Bergson*, uma *retrospecção*.

Bibliografia

- ALDRICH, Virgil C. *Filosofia da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
ARGAN, Giulio Carlo. *Arte e Crítica de Arte*. Lisboa: Estampa, 1988.
COLI, Jorge. *O que é Arte*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
FISCHER, Ernest. *A necessidade da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
GOMBRICH, Emst. *Arte e Ilusão*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
HAUSER, A. *A História Social da Arte e da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
MARCUSE, Herbert. *A Dimensão Estética*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
OSTROWER, Fayga. *Acasos e Criação Artística*. São Paulo: Campus, 2003.
READ, Herbert. *O Sentido da Arte*. São Paulo: Ibrasa, 1972.
ROBERT, André D. e BOILAGUET, Amick. *L'analyse de contenu*. Paris: Press Universitaires de France, 1997.
VERNANT, Jean Pierre. *Mito e Pensamento entre os Gregos*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
WOLLHEIM, Richard. *A pintura como Arte*. São Paulo: Cosac&Naif, 2002.

Surf Music

a eterna onda dos anos 60

Fotos: Acervo/José Mulero



Grupo The Snakes. Da esquerda para a direita: Nelsinho, Alaor, Carlão, Evands e Miltinho

Enquanto as orquestras Toscano e Copacabana reinavam absolutas nos salões de dança de São Caetano do Sul, tocando samba-canção, boleros e canções românticas, uma nova geração se preocupava em assimilar as novas tendências da música, moda e de comportamento, vindas principalmente dos EUA.

Era o fim de um período de muitas festas, que coincidiu com a inauguração da TV Tupi, em São Paulo, e com a construção da nova capital federal em Brasília.

Junto com essa maré de novidades e otimismo, uma enxurrada de produtos estrangeiros invade o Brasil, como: as

lambretas, os radinhos de pilhas, os óculos ray-ban, as calças americanas, ou far-west, e o bambolê, que se transformou num fenômeno de vendas. E, repetindo o que acontecera em outros países, as indústrias fonográfica, cinematográfica e de vestuário apontavam em direção a este novo perfil de consumidor adolescente, com jornais, filmes, revistas e discos, além de um exército de eletrodomésticos.

A chegada de Bill Halley e seus Cometas no Brasil, no final dos anos 50, confirmariam esse fenômeno de comportamento mundial, e nossa cidade não demoraria a ser contaminada pela febre do rock. Ainda assim, muitos conservadores de plantão repudiavam esse “lixo estrangeiro”, por acreditar ser



O locutor Nelson Robles apresenta o empresário da jovem guarda Antonio Aguilar (de terno). Ao fundo, da esquerda para a direita, o Grupo The News Clevers: Tony, Reno, Francis e Betinho

apenas mais uma moda passageira, como a rumba, o beguine e o calipso.

Entretanto, a canção *Oh Carol*, de Carlos Gonzaga, não parava de tocar nas rádios, e as lojas de discos não paravam de vender Elvis Presley, Neil Sedaka e Paul Anka. Nas telas dos cinemas, filmes como *Rebel Without a Cause (Juventude Transviada)*, estrelado por James Dean, e *The Wild One (O Selvagem)*, com Marlon Brando, incorporavam a identidade do jovem rebelde, disposto a enfrentar, até mesmo com violência, a sociedade que hostilizava o seu jeito de ser. Os personagens solidificavam uma nova forma de comportamento, ao provocar a ira dos vigilantes da moral e dos bons costumes, conseguindo ser agente e, ao mesmo tempo, veículo de uma violenta transformação no modo de agir e pensar de milhares de jovens em todo o mundo.

Vale lembrar que era uma época de tímidos avanços, em que se acreditava que masturbação cegava e quem usava camisa vermelha era marica. Diante dessa sociedade machista, as moças tinham de parecer difícil, e, numa tentativa de autoafirmação, começaram a fumar escondidas no banheiro do cinema, a substituir as toalhinhas higiênicas pelo absorvente e a ir à praia vestindo o audacioso biquíni amarelinho, provocando escândalos curiosos, como o cantor Ronnie Cord flagrou na canção

Biquíni de Bolinha Amarelinha.

Com o surgimento desse novo ritmo e de outros movimentos de contracultura, os jovens começaram a adquirir voz própria na sociedade, reivindicando independência no mercado de trabalho, acesso aos bens de consumo e, principalmente, às manifestações artísticas. Era o nascimento da fagulha excitante do rock brasileiro e, em pouco tempo, novos cantores como Demétrius, Wilson Miranda, Sergio Murillo e Tony & Celly Campello conquistariam uma legião de fãs adolescentes. A juventude de São Caetano do Sul não demoraria a entrar nessa nova onda.

Grupos instrumentais de São Caetano do Sul

A proximidade com o litoral, as características de subúrbio operário, as indústrias automobilísticas, os estúdios da Vera Cruz, os motores, as estradas, a poluição e a velocidade se transformariam na moeda cultural de nossa região. E, apesar da rigidez da ditadura militar, o cenário musical apresentava sintomas de criatividade e um sopro de emoção e entusiasmo.

Basta lembrar a grande quantidade de grupos de rock instrumentais, também chamados de Surf Music, que se revezavam nos salões de bailes e nas



Grupo The Jet Reds. Da esquerda para a direita: Adolfo, Wilson, Miguel e Zezinho

domingueiras dos clubes Cerâmica, Monte Alegre, São Caetano, Teuto, Sberoc e Vera Cruz. Inspirados na série de filmes sobre praia da década de 60 (*A praia dos Amores, A praia dos Biquínis* etc.), estrelados por Annette Funicello e Frank Avalon, essa nova geração refletia um estilo de vida que valorizava o sol, o mar e os carros velhos com motores envenenados. A visão desta juventude era de uma sociedade operária com preocupações naturais de adolescentes, como: garotas, estrada, velocidade, pranchas long board, sol, mar e, principalmente, praia.

As raízes musicais desta nova tendência musical eram orientadas pelo som das guitarras do rock clássico, e, muitos desses grupos, se inspiravam na sonoridade e na habilidade de grupos estrangeiros, como The Ventures e The Shadows, e nos nacionais The Clevers,

The Jordans e The Jet Blacks. Entre os principais grupos instrumentais, ou solados, de São Caetano do Sul, estavam: The Snakes (embrião do grupo Os Botões), The Golden Lions, The Mouth Bells, The Driving Guitars (que acompanhava o calouro Jerry Adriani), The Jet Reds, The Flyers, The News, Os Falcões, Os Apaches, Os Piratas e Os Berimbrasas, que ensaiavam em frente à minha casa.

Os shows eram divulgados boca a boca, e muitos grupos não sobreviviam à primeira apresentação. Além disso, o dinheiro não pagava as despesas e, para piorar, os equipamentos eram precários e caros. Sem contar as portas fechadas das gravadoras, o desinteresse das emissoras de TV e a falta de apoio dos programadores de rádios AM em divulgar a música instrumental.

Interessante citar que, em 1964,



Grupo The Snakes. Da esquerda para a direita: Alaor, Carlão, Evands, Miltinho e Nelsinho



Grupo The Mouth Bells. Da esquerda para a direita: Romeu, Roberto, Tonha e Mixirica

quando Roberto Carlos se apresentou pela primeira vez em São Caetano do Sul, no Estádio Lauro Gomes, os grupos The Jet Reds e The Snakes tocaram na abertura deste show, promovido pela Rádio Cacique.

O sonho de consumo destes grupos musicais era a guitarra elétrica, mas, devido ao preço dos instrumentos importados e à precariedade dos equipamentos nacionais, vários grupos só conseguiam se apresentar na garagem de casa. Diante de tantas dificuldades, os candidatos a músicos fabricavam suas próprias guitarras em pequenas oficinas e de maneira totalmente artesanal. Entre os principais instrumentos da época, figuravam as guitarras Gianinni, Di Giorgio, Del Vecchio, Snake e Rei, as baterias Pingüim, Gope, Saema e Caramuru, e os amplificadores Delta, Phelpa, Alex e Ipame. Atualmente, estes amplificadores valvulados são considerados itens de colecionador e são muito disputados entre músicos.

Na crista da onda da música instrumental, grupos como The Sparks, Yellow Jackets, The Bells, VR-4 e The Classic Rock ainda mantêm acesa a chama rock instrumental e, recentemente, apresentaram-se no 1º Festival Surf Music de São Caetano do Sul, no Espaço Verde Chico Mendes, com direito a uma

exposição de 18 guitarras do grupo The Mouth Bells.

Com certeza, quem tem mais de 40 anos não se esquecerá daquela nostalgia saudável, nem daquelas melodias românticas que grudavam nos ouvidos e compunham a trilha sonora das matinês de cinema, dos bailinhos de garagem, dos circos e dos parques de diversões.

Aproveito este momento para saudar os músicos daqueles grupos instrumentais, e torcer para que este movimento musical não caia no ciclo vicioso da memória, silêncio e esquecimento.

E, longe de ser saudosista ou defensor do culto ao passado, agradeço o convite da Fundação Pró Memória por permitir o resgate e a preservação deste passado recente, e por saldar esta dívida histórica e cultural em relação a estes grupos musicais de São Caetano do Sul que embalsamaram infinitas gerações.

E antes que eu esqueça: Tire o pé da parede.

() Ricardo Martins de Souza (Rick and Roll), produtor cultural e assessor de cultura da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul*

Colaborou: José Mulero

As abnegadas benfeitoras de São Caetano do Sul: a história de Ofélia Carmela Barile

Acervo/Brasilina Barile



Ofélia Barile formou-se com a primeira turma de Contadores do Instituto de Ensino de São Caetano

Acervo/Brasilina Barile



Uma das homenagens que recebeu pelos seus meritórios trabalhos

É

grande o número de senhoras da nossa sociedade que se dedicam à benemerência. Poderíamos citar vários nomes e as respectivas entidades que ajudam, mas não o fazemos porque a lista, felizmente, seria muito grande e tomaria um espaço de que não dispomos. Para homenageá-las, vamos discorrer sobre uma delas, já falecida, de tradicional família sul-sancaetanense.

Formada em contabilidade na primeira turma do Instituto de Ensino São Caetano, Ofélia Carmela Barile já dominava essa profissão, pois, desde muito jovem, começou a cuidar da parte administrativa da Metalúrgica Barile Ltda., de propriedade do seu pai, João Barile, e de seus tios. A empresa existe ainda hoje e é dirigida pela sua sobrinha Denise. Contudo, realiza outras atividades, como o fornecimento de peças estampadas para a indústria automobilística.

Com seus conhecimentos e o diploma de contadora, Ofélia passou a ser requisitada para ser diretora tesoureira de várias entidades beneficentes de São Caetano do Sul: Apami (Associação de Proteção e Amparo à Maternidade e à

Infância), Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, Roupeiro de Santa Rita e Associação Feminina de Combate ao Câncer. Terminada a sua tarefa diária na empresa metalúrgica da família, Ofélia dedicava-se ativamente ao trabalho beneficente. Além de acompanhar os recebimentos e pagamentos, mantinha contato com o banco e cuidava zelosamente das contas dessas sociedades, que eram devidamente escrituradas.

Durante 40 anos sua vida foi dedicada a fazer o bem. Ativa, participava das reuniões de diretoria das sociedades que ajudava a administrar, discutia e emitia opiniões sempre importantes e ponderadas.

Respeitada e admirada por todos, modesta, discreta, acessível, robusta e com um tom de voz suave, Ofélia sempre foi boa filha e boa irmã. Entre os amigos, conhecidos e companheiros das entidades com as quais colaborava, era uma unanimidade, dessas de quem somente se ouve elogios. Assuntos políticos não faziam parte do seu vocabulário.

Nos últimos dez anos de vida, já com 60 anos de idade, sentindo a falta da falecida tia com quem sempre residiu e



Ofélia Barile (ao centro, vestindo preto) na entrega de enxovais da APAMI-Associação de Proteção e Amparo à Maternidade e à Infância. À sua esquerda vemos a senhora Dolores Massei

enfrentando problemas de saúde, sua capacidade de trabalho foi reduzida. Estava deixando as entidades para as quais, durante muitos anos, emprestou desinteressadamente a sua colaboração de forma graciosa e eficiente. Passou a residir com sua irmã mais nova, Brasilina Barile de Petta, casada com Felício de Petta, que, há muitos anos, é membro da diretoria da Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano.

Ofélia nasceu em 6 de dezembro de 1920 e faleceu no dia 24 de julho de 1990. Era filha do Líder Autonomista João Barile e de Joana Ângela Cavassani Barile. Seu avô Antonio foi um dos fundadores da Sociedade Beneficente União Operária, ocupou os cargos de presidente, tesoureiro e secretário da Sociedade Beneficente Príncipe de Nápoles e foi fundador do São Caetano Esporte Clube. Também participou do movimento autonomista de 1928.

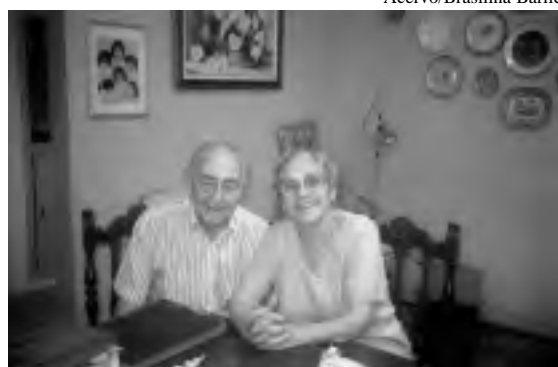
Ao que tudo indica, Ofélia herdou dos seus antepassados essa vontade de ser útil ao próximo. Além das atividades de seu avô, vale destacar também os trabalhos realizados pelo seu bisavô, Carmine Barile, conhecido como *Barbeta*, por causa da sua extensa barba ruiva. Carmine Barile chegou a São Caetano em 1881 e, três anos depois, casou-se com Maria Tereza Perucchi. Além de seu trabalho como lavrador, foi nomeado, sem nada ganhar, inspetor de quarteirão. Em 1890 possuía um armazém de secos e molhados.



Acervo/Mário Porfírio Rodrigues

E, como mencionamos seus antepassados, dificilmente alguém poderia profetizar um acontecimento curioso que ocorreria na sexta geração dessa simpática e importante família. A neta do casal Brasilina Barile e Felício de Petta, chamada Veridiana, casou-se com o jovem italiano Giorgio Feroni e reside na Itália, na linda cidade de Florença. O casal possui duas filhas: Anazzona, de 7 anos e meio, e Greta, de 16 meses. Ambas são italianas e representam a sétima geração do velho *Barbeta*.

Ofélia Camela Barile tem uma linda história para contar, pois se destaca entre as abnegadas senhoras da sociedade sul-sancaetanense que dedicam a



Acervo/Brasilina Barile

vida para minorar o sofrimento dos mais necessitados. Além disso, tem um nome ligado à colonização de São Caetano do Sul, que está agora em sua sétima geração.

(*) Mário Porfírio Rodrigues, administrador de empresa, escritor e membro do Rotary Club

Inauguração do 1º Bloco do Hospital Beneficente São Caetano, em 25 de Julho de 1954. Da esquerda para a direita: Mário Porfírio Rodrigues, Ofélia Barile (tesoureira), Paulo de Oliveira Pimenta (presidente), Esperidião de Oliveira Lima e Antonio Bovolento

Brasilina Barile e seu esposo Felício de Petta forneceram informações preciosas sobre Ofélia Barile

Lembrando e agradecendo os institutos de beleza de São Caetano: família Farina e Elydia Callix Pinheiro



Festa de batizado do menino Rubens, primeiro filho do casal Miguel e Assunta. Foto tirada em frente ao Instituto de Beleza Santa Terezinha, na década de 20

O mundo sempre soube que a terra brasileira é uma mãe de muitos braços.

Mãe que às vezes esqueceu seus filhos, para abraçar, acolher, filhos sofridos, vindos de longe em busca de terra e pão; acolheu outros tantos filhos sem Pátria, sem família, tendo ainda nos olhos o horror de uma guerra injusta.

Família Farina

M

esmo sendo pequena e simples, a cidade de São Caetano do Sul sempre teve atitudes iguais à grande Mãe. Seus pequenos braços muito antes se abriram para os primeiros que vieram em nome da Cruz, e até hoje essa Cruz é símbolo dos

braços abertos que São Caetano sempre teve e terá.

Ela também aceitou filhos que vieram de mais perto, os cansados do peso das enxadas, os que perderam as esperanças entre os talhões de café, os desiludidos das promessas não cumpridas. Esses filhos não vieram por mar, porém encontraram um porto seguro na pequena

e simples estação de trens de São Caetano.

Entre tantas famílias formadas nesta cidade, com casamentos e nascimentos, a família Farina é, até hoje, lembrada e reconhecida como a empresa que ajudou muito no desenvolvimento de São Caetano.

O pai, senhor Miguel, já morava na cidade e trabalhava na capital. Em 1918, com o seu casamento com Assunta Scarpa, que morava em São Paulo, fixaram residência em São Caetano. Ambos nasceram em Nápoles, na Itália. A família foi se compondo com os filhos Rubens, Anita, Aparecida, Tosca, Mário e Arnaldo.

A profissão do senhor Miguel era um dom, um dom que poucas pessoas tinham (e tem), porque não se aprende apenas: é preciso ter muita sensibilidade, bom gosto e talento. Ele era cabeleireiro de senhoras e senhoritas, e foi o primeiro a cuidar dos cabelos das mulheres de São Caetano.

Ele iniciou uma renovação na aparência das mulheres, com cortes e penteados novos. As novas modas eram o curtíssimo *la garçonne*, as *ondas com ferros quentes* e o *misampli*.

Nos anos 30, a França espantou o mundo com um corte muito curto, o *la garçonne*. Porém, a chegada da máquina de fazer permanentes causou um impacto ainda maior. A permanente era uma ondulação que durava muitos meses. Os cabelos eram cortados, separados em mechas, enrolados em bigodins de ferro e ligados em uma máquina elétrica. Após um período, a máquina era desligada, e os cabelos ficavam crespos ou ondulados por muito tempo.

O senhor Miguel participou de toda a mudança, trazendo as novidades, dando uma ajuda para a natureza, modernizando e embelezando as jovens e senhoras da cidade. Foi dele a primeira

máquina elétrica de São Caetano.

Para atender a todas as clientes, foi preciso abrir uma filial na avenida Conde Francisco Matarazzo, e contar com a ajuda de colaboradores, como Alberto, Ida, Vécua e Altair.

Foi com muita tristeza que toda a cidade lamentou o falecimento do senhor Miguel. Com a morte do pai, o filho Rubens assumiu o salão, seguindo sua vocação e atendendo as clientes com a mesma atenção, capricho e capacidade.

Tudo seguia como antes e a família Farina estava unida entre os irmãos e a mãe. Na bela casa da rua Manoel Coelho, o Instituto de Beleza Santa Terezinha era uma referência muito importante, principalmente pela amizade que todos da cidade dedicavam à família.

São Caetano do Sul, mesmo sendo simples e pequena, tinha uma vida social intensa. Nos anos 1942, 43, 44 e 45, apesar das dificuldades por causa da guerra na Europa, a cidade era alegre, movimentada e todas as famílias se conheciam. Realizavam-se muitos casamentos na Paróquia Sagrada Família, e as noivas e madrinhas exibiam belos penteados executados pela família Farina.

Falar de como era simples e alegre a pequena São Caetano é muito fácil, principalmente para todos que viveram aqueles anos. As lembranças continuam muito vivas. Não faltava trabalho para ninguém, e as casas eram grandes, aconchegantes e o aluguel, viável. Aqueles que desciam dos trens em busca de uma vida melhor ajudaram a construir a cidade com amor e respeito.

Essa homenagem é em memória do casal Miguel e Assunta e seus filhos Anita, Mário e Arnaldo. Agradeço a



Da esquerda para a direita: Alberto, Vécua, Ida e Miguel com os seus ajudantes em frente ao Instituto de Beleza Santa Terezinha



Aceervo/Tosca Farina Zorzi

Em 22 de julho de 1944 foi realizado o casamento de Aparecida Vertúchio e José Calamari. Ela foi penteada por Rubens Farina

As irmãs Tosca Farina Zorzi e Aparecida Farina Cavana, filhas de Miguel



Aceervo/Tosca Farina Zorzi

oportunidade e a alegria de ouvir pessoalmente os depoimentos das filhas Tosca Farina Zorzi e Aparecida Farina Cavana.

Todos os descendentes do senhor Miguel e da senhora Assunta moram aqui, na cidade escolhida por eles há setenta anos para viver e ser lembrados com carinho e amizade.

Elydia: uma menina, um sonho

Em 1939, outra família fazia da estação de trens de São Caetano o seu porto de chegada. Era mais uma família que perdera seu trabalho na terra e vinha em busca de uma vida menos difícil.

A família deixou a cidade de Pedreira, no interior de São Paulo, não muito distante da capital. O pai, senhor Sebastião, e a mãe, senhora Isabel, juntamente com os filhos Francisco, Zélia, Antonia, Elydia e Ignes, logo se adaptaram à nova cidade e ao novo trabalho.

Entre as meninas, Elydia tinha um jeito especial de lidar com os cabelos. Ainda em Pedreira, brincava de fazer *papelotis* nos cabelos das irmãs. Para fazer os *papelotis*, ela separava os cabelos em mechinhas, depois enrolava, torcia e prendia com um cipó fininho, tirado do pé de café. Outras vezes, fazia com tirinhas de palha de milho. Esse era o jeito para deixar os cabelos bem crespinhos, onduladinhos.

Sem que ninguém a ensinasse, Elydia desenvolveu seu dom e foi crescendo, sem deixar que as dificuldades interferissem no seu sonho, talvez por lembrar que o pai sempre cortava os seus cabelos e os de suas irmãs quando eram pequenas.

Quando seus pais

precisaram da sua ajuda, ela foi trabalhar na Fábrica de Botões Aliberti, com 14 anos. Mesmo trabalhando na fábrica a semana toda, ela começou a realizar seu sonho, penteando e cortando os cabelos das amigas nos sábados à noite e nos domingos pela manhã.

Mesmo atendendo na sua casa, formou-se uma clientela tão amiga que era impossível atender a todas nas poucas horas livres.

Elydia era jovem, muito bonita, graciosa, elegante e também gostava de dançar aos domingos à noite. Porém, entre o trabalho na fábrica e o atendimento aos clientes, não sobrava tempo para si.

Depois de quatro anos na fábrica, Elydia, reconhecida pelo seu talento e simpatia, foi convidada para atender num salão de beleza.

O segundo cabeleireiro da cidade, o senhor Altair Figueira, depois de trabalhar 16 anos com a família Farina, montou seu próprio salão e a chamou para ajudá-lo.

Com Altair, ela aprendeu o que faltava, pois não fizera nenhum curso. Desde menina, fora seu dom, vocação e gosto que a orientaram.

O senhor Altair era estimado por todos que o conheciam, e não foi difícil reunir uma clientela amiga e fiel. Seu salão ficava na rua Ceará, no bairro da Fundação.

Era casado com a senhora Tereza Cavana Figueira, que, felizmente, está bem e, aos 95 anos, participa da vida dos filhos, netos e bisnetos. O casal teve dois filhos, Silvio e Jair.

Depois de 13 anos atendendo no salão de Altair, onde era muito estimada pelos clientes, ela montou seu próprio salão de beleza, denominado Instituto de Beleza Elydia, na rua Espírito Santo. Era a realização de um sonho, que vinha desde que usava um cipó fininho tirado do pé de



café para amarrar os *papelotis*. Na época, nem imaginava o que seria um instituto de beleza, um salão de beleza.

Em 8 anos no seu salão, Elydia atendeu sempre com atenção, embelezando as senhoras e senhoritas para festas e casamentos. Apresentava desfiles de seus penteados e era sempre chamada para preparar e pentear as noivas em suas casas.

Casou e teve três filhas, Silmara, Silvana e Suzene. Quando nasceu sua terceira filha, parou de trabalhar.

Elydia realizara seu sonho, mas agora deixava o seu salão de beleza para viver a realidade de sua missão de esposa e de mãe. Uma missão que só mães escolhidas sabem cumprir com dedicação e muito amor.

A querida Elydia está muito bem e receberá pessoalmente esta homenagem humilde, mas merecida, pela ajuda que ofereceu a esta cidade.

Lembranças

Estas são as lembranças de duas famílias que chegaram na estação de trens de São Caetano em anos diferentes, mas se uniram a tantas outras para fazer a bela e grande cidade do nosso estado.

Agradecimento especial a Zilda Spada Malatoux, pela sua colaboração para realização desta homenagem.

Não podemos encerrar este trabalho sem mencionar que, antes do salão de beleza da Elydia, houve a jovem Dina Quinarelli, cabeleireira muito conhecida na cidade na década de 40, com salão próprio no bairro da Fundação. Sua fama chegava na Cerâmica e no Monte Alegre. A única informação conseguida é que hoje reside na cidade de Santos.

(*) Leonilda Verticchio, memorialista

*Elydia em
traje de festa.
Década de 50*

Do interior para São Caetano: os reflexos da migração na cidade

Entre os anos 50 e 60 do século passado, os reflexos da migração brasileira do interior para os grandes centros industriais e próximos à costa eram sentidos também em São Caetano. O parque industrial era crescente também na cidade, motivado pela expansão da indústria automobilística. De um lado, as grandes montadoras e suas fábricas satélites (de autopeças) necessitavam de mão-de-obra, mesmo que não qualificada; de outro, não havia uma política de manutenção do homem ao campo. Tudo indicava que o eldorado paulista estava no que se chamaria, na segunda metade da década de 1960, de região metropolitana. O caso da família Martins, que deixa a região de São José do Rio Preto e se fixa de vez na então periferia de São Caetano, é exemplar. Reunir tais histórias de vida significa entender uma parte, ao menos, de um processo que se aproxima do seu primeiro meio século.

T

Termas de Ibirá, anos 1950 -

Quando Laudelino Antonio Martins, seu marido, faleceu, Maria Bernardes Martins, a Dona Cota, foi aos poucos descobrindo a responsabilidade herdada: manter a unidade de uma família com 10 filhos, seis mulheres e quatro homens. Tarefa nada fácil. Dona Cota trabalhava dia e noite nos hotéis da cidade, lavando e passando roupas para sustentar os filhos e vê-los crescendo juntos.

Muitas famílias ofereceram-se para adotar os filhos pequenos. Dona Cota, mulher guerreira, nunca aceitou. Dizia que todos ficariam juntos. Com muito trabalho e determinação, conseguiu manter a unidade familiar até o fim de sua vida. Mesmo casados, os filhos jamais se distanciaram da querida Dona Cota.

Os filhos mais velhos, 18 anos completados, passavam a trabalhar também nos hotéis de Termas de Ibirá, único meio de trabalho na estância turística que se consolidava. Os homens tornavam-se garçons e cozinheiros; as mulheres, telefonistas, recepcionistas e cozinheiras.

Somente os mais novos não trabalhavam: os gêmeos Madalena e

Antonio Roberto e a pequena Inês. Mesmo assim, com sete ou oito anos, Inês e Madalena cuidavam dos filhos dos hóspedes e assim também contribuía com as despesas da casa.

Mas tudo era muito difícil. O dinheiro que entrava era insuficiente para as despesas. O que fazer?

A resposta é dada pelo Sr. Frata e Dona Elida, padrinhos de uma das filhas de Dona Cota, Maria Aparecida. O casal morava em São Caetano e naquele crepúsculo da década de 1950 resolveu passear nas Termas. Marido e mulher sensibilizaram-se com a situação da família e propuseram levar a afilhada para casa.

Oito meses mais tarde, o restante da família Martins seguiu os passos de Maria Aparecida.

Termas de Ibirá – Distrito do Município de Ibirá (SP). Localiza-se a 430 quilômetros de São Caetano, na região de São José do Rio Preto. O antigo balneário, hoje desativado, foi inaugurado em 1949.

O novo balneário, inaugurado em 1975, é denominado Evaristo Mendes Seixas. As águas locais possuem importante valor terapêutico.

São Caetano do Sul, 1960 - Alguns dias antes da mudança para São Caetano, a família Martins recebeu a visita do barbeiro. O profissional passava pelo menos uma vez por mês nas casas dos moradores de Termas. Dona Cota, como de costume, pediu ao *Careca*, apelido do barbeiro, que cortasse os cabelos das meninas bem curtinhos e que deixasse a pontinha da orelha para fora. O barbeiro brincava: “Me dá o rastelo para pentear os cabelos destas meninas...”

Anos mais tarde, *Careca*, o barbeiro, foi eleito prefeito de Ibirá.

Fotos: Acervo/Inês Martins



Maria Bernardes Martins, a dona Cota: coragem para criar e encaminhar 10 filhos

A mudança - A viagem começou bem cedo, de caminhão. Uma lona cobria os pertences na carroceria. Dona Cota viajou na cabine, com o motorista. Os filhos, na carroceria, sob a lona: Madalena, Antonio Roberto, Rosa Maria, Otávio, Osvaldo e Inês. O destino: a casa do Sr. Frata e de Dona Elida, na Alameda Cassaquera, 834, ao lado do Cine Planalto, espaço hoje ocupado por uma unidade da Coop, a antiga Cooperativa da Rhodia. Maria Aparecida, com apenas 14 anos, ali já morava há oito meses.

Graças à irmã Maria Aparecida e à ajuda dos seus padrinhos, os Martins iniciavam uma nova vida em São Caetano, bem melhor do que em Ibirá.

A viagem levou todo o dia. A chegada foi à noite. A família de Dona Cota iria agora morar numa casa que Maria Aparecida alugou na Rua Solimões, 155, entre a Alameda São Caetano e a Rua Teffé, com sala, cozinha, um dormitório e banheiro.

A casa – Era linda. Não era grande para a numerosa família, com oito pessoas, já que três irmãos estavam casados e permaneceram no interior. Não importa o tamanho da casa; estavam todos felizes ao perceber o fogão novo a gás - no interior ainda se usava o fogão a lenha e era um martírio quando chovia.

Com a lenha toda molhada, Dona Cota demorava muito tempo para acender.

Os filhos pequenos passavam frio e ficavam sentados em cima do cimento vermelho que fazia parte do fogão, à espera do café quente passado ainda no coador de pano.

Em São Caetano, o sofá da sala também chamou a atenção, de pano estampado, novinho. O banheiro dentro de casa. A pia na cozinha. Claro, um único inconveniente: a casa tinha torneiras, mas a água não chegava. Era preciso buscar água com baldes no poço, aberto ao lado da casa, para o uso diário. Um detalhe apenas.

Alguns móveis foram trazidos de Termas de Ibirá. Uma mesa de cozinha não coube na casa. Foi deixada do lado de fora, numa espécie de rancho. Acomodaram-se as cadeiras e as camas com colchões de palhas desfiadas cujas espigas de milho eram presente dos amigos dos sítios vizinhos. Os travesseiros eram de paina apanhada pela própria família nas paineiras espalhadas pelos pastos.

Aconteceu no interior - Era trabalho para muitos dias quando Dona Cota resolvia que era hora de trocar os colchões e travesseiros gastos pelo uso. A filharada ficava o dia inteiro no terreiro desfiando as palhas, tirando os pequenos caroços e as sementinhas pretas para a confecção dos novos colchões e travesseiros.

Já em São Caetano, Inês passou a dormir na mesma cama da mãe, o que fez até a véspera do seu casamento. Mudava de



Primeira residência em São Caetano: rua Solimões, 155. Filhos, sobrinhos e genro de Dona Cota e Sr. Laudelino. Em pé: Helena (amiga), (?), Normando (casado com Tereza), Maria Aparecida, Rosa Maria e Tereza; agachados: os filhos gêmeos, Madalena e Antonio Roberto, os sobrinhos Maria Terezinha e Doralice (sobrinhos), Inês e Antonio Carlos (sobrinho)

casa, mas seu lugar para dormir era sempre juntinho de Dona Cota.

Aos nove anos, Inês estava radiante com tantas novidades. Percebia a felicidade e esperança nos olhos da mãe e irmãos. Uma vida nova, repleta de perspectivas. Tudo aí está para ser visto, conhecido. Como será viver por estes lados das Vilas Barcelona e Santa Maria, da outrora Vila Ressaca, onde viveu Vicente Rodrigues Vieira, o São Vicente Curandeiro?

Zulmira – A primeira amiga de Inês em São Caetano foi a Zulmira. Ela tinha as irmãs Leonor, Lia, Cremilde, Tata e muitos irmãos. Um deles era o Adérito, noivo da Jovita. Outro era o Valter.

Inês e Zulmira viviam fugindo da Tata, que não as deixava brincar em paz. Moravam no sobrado da Solimões, 133. Era um sobrado lindo, todo de pastilhas pequeninas. Inês nunca tinha visto igual.

Um dia quando brincava nas escadarias, de casinha, Inês saiu correndo, chorando, pois ao se referir aos brinquedos

usou a expressão *trenzinho*, um costume de crianças do interior. Zulmira começou a rir daquilo. Criticou Inês. Disse que a estava corrigindo. Magoada, Inês não quis saber de história e foi embora.

Boas festas – O Natal em São Caetano não era diferente do Natal em Termas de Ibirá. A presença do Papai Noel era rara. A maior comemoração era assistir à Missa do Galo na Igreja Nossa Senhora Aparecida, na Rua Oriente.

A alegria maior era transferida para o Ano Novo. Na passagem do ano, as crianças percorriam as casas dos amigos, principalmente de Dona Elida e Sr. Frata para pedir “bom princípio de Ano Novo”. Dia seguinte as crianças estavam com aquele bolo de notas conseguido na peregrinação do dia anterior.

Outra igreja – Da primeira vez que a família Martins vai a uma igreja em São Caetano, um engano é cometido: ingressam na Igreja Ortodoxa de Vila Barcelona. Dona Cota achava que a igreja era católica. Achou estranho o interior da igreja, diferente.

Apareceu uma pessoa falando uma língua que ninguém entendia. Dona Cota e os filhos saem achando muita graça de tudo, até que uma amiga esclarece o erro.

Esta Igreja Ortodoxa permanece no mesmo endereço e mesmo prédio dos anos 60.

A família Martins passa a freqüentar a missa e a comungar na capela Nossa Senhora Aparecida, em Vila Barcelona, celebrada pelo padre Canísio. A igreja era pequena. Muitas vezes foi preciso assistir à missa do lado de fora.

Em outras vezes a família ia à igreja São Francisco de Assis, no bairro Santa Maria. Ali as missas eram celebradas pelo padre Jorge.

Escola – Os gêmeos, Madalena e Antonio Roberto, juntamente com a caçula Inês, foram matriculados no Grupo Escolar Dr.



Inês Martins: aluna do 4º ano do Grupo Escolar Dr. Arthur Rudge Ramos

Arthur Rudge Ramos, no Bairro Santa Maria. Havia a base do interior. Assim, Inês foi matriculada no terceiro ano, da classe da professora Adelaide. Ao ser promovida para o quarto ano, a professora passou a ser Dona Zulmira.

A escola era bem diferente em relação à escola de Termas de Ibirá. No interior era apenas um cômodo que abrigava duas séries ao mesmo tempo, de manhã e à tarde. As professoras, Dona Dalva e Dona Zezé, desdobravam-se para lecionar às duas turmas ao mesmo tempo.

No Bairro Santa Maria a escola era enorme, linda. A árvore onde as alunas tiraram fotos com a professora Zulmira até hoje ali está. O prédio, que era tão lindo com suas pastilhas, agora abriga a sede da Guarda Civil Municipal.

Na escola, todos faziam fila para entrar e para sair. Uma vez por semana era cantado o Hino Nacional ou outro hino relacionado à história brasileira.

Na hora do recreio as brincadeiras eram mais ou menos iguais. Principalmente as rodas e cantigas.

Inês achava engraçado ter que levantar toda vez que a diretora entrava na classe. Um procedimento seguido até a fase ginasial. Somente no colegial, com os alunos já adolescentes, esta prática foi abolida.

Outra novidade era o dentista na escola. Quando abria a porta e ele aparecia, as meninas se encolhiam. A classe era

feminina. Ninguém queria ser chamada. Não havia anestesia para as obturações. No tratamento dentário, a dor era imensa.

A feira - A grande novidade era a feira livre em frente à escola. Os filhos de Dona Cota admiravam-se com tanta fartura. Tudo ali pronto para ser comprado e consumido. Bem diferente dos campos das Termas de Ibirá.

No interior, laranjas, tangerinas, melancias, verduras e legumes, tudo tinha que ser apanhado ou colhido nos quintais. Em São Caetano, tudo estava à mão. As crianças ficavam com água na boca em ver as latas enormes de bolachas e doces. Nem sempre era possível comprar aquelas coisas gostosas. Que se esperasse pela feira da próxima semana...

Emprego para todos - Maria Aparecida já trabalhava na fábrica de louças Cerart Agostinho Rodrigues, na Rua Maranhão, 1247, na Vila Paula. Aos poucos seus irmãos foram conseguindo emprego.

Oswaldo começou a trabalhar na Volkswagen. Nossa, foi a grande sensação, trabalhar em uma empresa tão famosa. Depois de alguns anos transferiu-se para a General Motors. Iria exercer a sua especialidade, iniciada em Termas de Ibirá: cozinheiro. Estava agora num emprego mais próximo de casa. Fez carreira na GM. Ganhou o relógio de ouro. Aposentou-se depois de mais de 25 anos de trabalho.



Alameda São Caetano, 655, em 15 de janeiro de 1966. O casamento de Maria Aparecida e Sebastião, craque do Ponta Porã

Otávio era farmacêutico. Não foi difícil arrumar emprego em uma farmácia de Vila Barcelona. Depois de algum tempo, com alguns cursos técnicos, passou a trabalhar na Mercedes-Benz como desenhista-projetista. Fez carreira na Mercedes e se aposentou depois de vários anos de trabalho.

Rosa Maria conseguiu o emprego na Fiação Nice, que ficava na Avenida Goiás, espaço hoje ocupado pelo clube da GM.

Os outros irmãos – Maria Inês e Tereza, irmãs casadas, permaneceram algum tempo em Termas de Ibirá. Mas depois também mudaram para São Caetano com suas famílias. O objetivo era o mesmo: melhorar a situação.

Geraldo, o irmão mais velho, resolveu ficar em São José do Rio Preto, onde já trabalhava. Continua até hoje morando nessa cidade.

Tereza trabalhou na Kibon por vários anos e se aposentou na General

Motors depois de ganhar o relógio de ouro por 25 anos de trabalho.

A General Motors foi a força para os irmãos Martins e os outros que entravam para a família, como o genro da Terezinha e o marido da Maria Aparecida. Ambos também ganharam o relógio de ouro, por 25 anos de trabalho.

Hoje, contas feitas, percebe-se que a família Martins contribuiu muito com serviços prestados à GM, pois foi um total de quatro relógios de ouro ganhos pelos 25 anos de trabalho de cada um.

O marido da Maria Aparecida ainda ganhou o botão de ouro da mesma GM por ter atingido 30 anos de serviços prestados.

A infância em São Caetano, com trabalho para todos. E o lazer dos anos 60

Rua Solimões, 155. Uma infância excelente. Em frente de casa, uma família também vinda do interior e conhecida de Dona Cota: Sr. João Tinte e Dona Dozolina Tinte. Esta família deu muito apoio aos Martins nos primeiros tempos de São Caetano.

Era preciso alguma ocupação para as crianças, algo que rendesse algum dinheiro. Dona Cota conseguiu uma atividade extra que pudesse ser realizada em casa: por encomenda, colocar grampos para cabelos em pequenas tábuas.

Dona Cota e os três filhos caçulas seguiam bem cedo para buscar o material de trabalho atrás do prédio da Tecelagem Nice. Iam a pé, às vezes com garoa e cerração. Nestes momentos, era difícil enxergar um palmo à frente. As meninas seguiam de chinelos, a mãe de saias, o irmão de shorts – a família não tinha sapatos ou roupas adequadas para o frio.

Em sacolas, traziam as tabuinhas e os grampos para o trabalho em casa. Dia seguinte, nova jornada: retornar à fábrica para entregar o trabalho realizado. Durante todo o dia a tarefa de abrir os grampos nas



Dona Cota e a família constituída em São Caetano: Termas de Ibirá é uma doce recordação

varinhas para que depois, na fábrica, fossem colocadas as pontinhas nos grampos.

Eram 300 unidades por dia, 100 para cada irmão. De manhã, a escola; à tarde, o trabalho. As brincadeiras só podiam ser feitas após as tarefas cumpridas.

O urbano— Os Martins presenciaram a chegada do asfalto à Rua Solimões. Antes disto, o barro na rua nos dias de chuva era muito. Ao lado do portão existia um tipo de barra de ferro fixada no chão, para tirar o barro da sola dos sapatos, antes de entrar em casa.

O morro pelado e vermelho - Brincava-se no morro do Estádio Lauro Gomes. Um córrego separava a Rua Solimões da Alameda Conde de Porto Alegre. Atravessava-se por uma pinguela. Dona Cota ficava no portão aguardando que os filhos aparecessem no alto do chamado *morro pelado*. E era pelado mesmo. De terra bem vermelha.

Os seriados e os gibis - De outras vezes, Dona Cota levava os filhos até a entrada do Cine Planalto. Em cartaz, os filmes de Joselito, Marisol e Tarzan. *Terror da Selva* foi um dos filmes preferidos, com Chita, Boy, Jane...

Antes das sessões propriamente ditas, os seriados. O maior problema era quando na semana seguinte não havia o dinheiro para assistir a continuação. Era

frustrante, um sofrimento. Que remédio: as crianças corriam atrás dos amigos para saber como fora o desfecho da semana anterior.

Havia a troca de gibis na porta do cinema antes da entrada. E era preciso ler todas as revistas durante a semana para novas trocas no domingo seguinte. E dá-lhe Jim das Selvas, Mandrake e Fantasma.

No rádio - Uma música de sucesso era *Coração de Luto*, do cantor Teixeira. As crianças adoravam. Ficavam refletindo sobre a tragédia da mãe que morria queimada.

Os televisinhos - Raras eram as casas com televisão. Os irmãos Martins iam à casa de uma amiga ao lado, a Jovita, noiva do Adérito Nascimento, irmão da Zulmira e da Leonor, para assistir as travessuras da Turma do Sete. Em outras vezes seguiam até a casa dos padrinhos de Maria Aparecida.

Detestavam assistir ao *Repórter Esso*. As opções eram poucas, como a *Praça da Alegria*. Ria-se com um jovem ator gordinho, o Jô Soares, no papel de um alemão que não entendia português e era enganado pelo Nóbrega que ficava sentado no banco.

Zé Galinha era o menino vivido por Maria Tereza, atriz que morava na Avenida Goiás – ele e sua caixa de engraxar sapatos. E mais: Ronald Golias, Zé Bonitinho e tantos mais.



7 de março de 1969: a formatura do ginásio. Inês e o padrinho: José Quaglio descobre “Os Botões”

Leite, pão e caderneta - No bar da esquina da Alameda São Caetano com a Rua Solimões, o bar do Edson e da Leonor. Era ali que se comprava o leite, colocado no vasilhame, com capacidade para um quarto, um quinto e um litro. E também a bengala (tipo de pão). Tudo era novidade.

Em Termas de Ibirá, o leite era tirado na hora das vacas ou cabritas. O pão, Dona Cota fazia no forno de barro, forrado com folhas de bananeiras. Como era bom! As crianças não podiam imaginar que, mais tarde, iriam sentir saudades desta fase no interior.

Na Vila Barcelona, as compras eram feitas com caderneta, com o pagamento ficando para o final do mês. Tudo era marcado no Bar do Edson. No dia do pagamento, Inês e Madalena seguiam juntas para o acerto de contas. Sabiam que iriam

ganhar uma lata de doce como brinde.

Cida vai namorar – Maria aparecida começou a namorar Sebastião Aldo Rodrigues. Ele, craque do Ponta Porã, time do bairro, e que fez carreira na GM, onde conquistou o relógio de ouro (25 anos) e o botão de ouro pelos 30 anos de empresa.

A mudança– Rua Taipas, 422. Chegamos ao ano de 1963, virada para 1964. Água encanada de verdade dentro de casa. Mais espaço: dois quartos, sala e cozinha. E o quintal. Ali, nos fundos, a casa de Tereza, já com família constituída.

Como vizinhos, uma família evangélica. Boníssima. Da mocinha Marli, que passa a ser amiga de Inês – ambas com a mesma idade.

É nesta época que os Martins passam a ter a primeira televisão, em preto-e-branco e usada. Como sucesso, o Programa Silvio Santos. Os calouros sentados em carrinhos com cartola e bengala nas mãos. Aos domingos a briga era grande. Os irmãos querendo assistir futebol, as irmãs doidas para ver o Silvio Santos. À noite, a primeira novela: *25499 Ocupado*. Estrelando, Tarcísio Meira, Glória Menezes e Lolita Rodrigues nos principais papéis. E uma segunda novela: *A Moça que veio de Longe*, com Hélio Souto e Rosamaria Murtinho nos papéis de destaques.

Os sucessos no rádio eram as músicas *Dominique*, com a cantora Giane; *Amor*, com a dupla Silvana e Reinaldo Calheiros, que Inês adorava; *Faz me Rir*, com Edith Veiga.

No lar dos Martins ouvia-se a Rádio Cacique, de São Caetano, cujo grande locutor chamava-se Carlos Neves.

Jovem Guarda – Em 1965, a estréia do programa *Jovem Guarda* nas tardes de domingo, com Roberto, Erasmo e Wanderléa. A briga na casa dos Martins fica feia. Futebol ou iê-iê-iê? Dona Cota interfere. Tenta controlar da melhor maneira



Anos 60: Ponta Porã Futebol Clube, representante das vilas Barcelona e Santa Maria

a situação. Na TV, os seriados em moda: *Ivanhoé, Bonanza, Dr. Kildare, Zorro...*

As meninas passam a usar mini-saia, calça Lee desbotada, calça boca de sino e os rapazes usavam aqueles cabelos enormes. As mães endoidecem diante de tanto modernismo. E as gírias? *Legal. É uma brasa, mora. Barra limpa. Cafona. Escamoso. Boko moko. O pão* era usado para definir um rapaz bonito.

MPB – Na seqüência, os festivais de música brasileira na Record. E os novos ídolos, mais intelectuais: Chico e Gil, Caetano e Vandrê, Edu Lobo e Ivan Lins. E os cantores: Jair Rodrigues, Elis Regina, Toni Tornado, Nara Leão, Marília Pêra. Tudo assistido diretamente da Vila Barcelona. Ou ao vivo, raramente, em São Paulo, como um célebre show de Elis Regina no Anhembi. Foi o primeiro show de Elis no novo espaço paulistano. E como conseguir pegar o último trem para São Caetano? – foi necessário esperar o primeiro trem na manhã seguinte. E como avisar a mãe? Telefone? Quem tinha telefone?

Revistas– Liam-se: *Intervalo, Melodia, Capricho, Grande Hotel*. Todas elas falavam da vida dos artistas, mas com discrição, sem a exposição de hoje em dia. As letras dos últimos sucessos estavam na revista *Melodia*. Dona Cota pegava no pé das filhas: os romances em quadrinhos não eram coisa para garotas dessa idade...

Pela primeira vez na praia – Seguiram até Santos: Madalena, Terezinha, Tereza, Maria Inês, Inês e um casal de amigos que estava passando alguns dias em São Paulo. Serra abaixo de trem, via Paranapiacaba, é claro. Da estação de Santos até a praia mais próxima, de ônibus. E o medo da imensidão do mar. Todo mundo com a roupa de banho por baixo. Não era hábito usar calças compridas. As moças de vestido ou saia. E para entrar na água? Um pavor.

A imensidão da praia. Hora de tirar a roupa de cima. Tranqüilamente, os pertences foram deixados numa moita próxima: roupas, relógios, carteiras, documentos. Horas depois, no retorno, tudo intacto, como havia sido deixado. O retorno para casa, felizes, com tantas novidades para serem contadas. Várias vezes repetiram-se os passeios à praia, com as excursões de um casal de Vila Barcelona, Sr. Arlindo e Dona Angelina. Levavam-se os lanches, que eram divididos entre todos.

Nova mudança – Depois de alguns anos, já na fase ginásial, no Ginásio Estadual de Vila Barcelona, na Rua Oriente, onde também funcionava o Grupo Escolar 28 de Julho, os Martins foram morar na Alameda São Caetano, 655.

Deste endereço, Maria Aparecida, Anjo da Guarda dos irmãos mais novos, responsável pela vinda da família a São Caetano, saiu vestida de noiva quando se casou com o craque Sebastião Aldo.

Os bailinhos, o ginásio, a oferta de emprego

Fase do ginásio: Ginásio Estadual de Vila Barcelona, na Rua Oriente. Diretora: Ermelinda Maria Pretto. Naquele tempo, fazia-se o curso de admissão para ingresso na primeira série ginásio. A professora: Laura Valério. Adorável. Ótima. Sabia transmitir. As alunas entendiam com facilidade suas explicações.

No caminho à escola, uma subida íngreme pela Rua Capeberibe ou pela Rua Oriente. Ninguém se queixava de cansaço. A juventude no auge. E uma novidade: as aulas de Educação Física.

Quantos professores queridos. Entrava ano, saía ano, os mesmos nomes: Dona Magali (ciências), Dona Lou (matemática), professor Geraldo (geografia—o preferido das alunas), professor Conrado (história—muito bravo), professor Roberto (português), professor Eugênio (desenho), professor Roberto Manso (música).

Coube ao professor Roberto Manso organizar o coral do Ginásio de Vila Barcelona. Foi um grande músico. Organista desde a infância. Entre as músicas, um sucesso de Juca Chaves, *Ana Maria*.

O último ano ginásio é feito numa nova escola, inaugurada em 1968: Colégio Idalina Macedo da Costa Sodré, na Rua Conselheiro Lafaiete. Um orgulho muito grande fazer parte desta inauguração.

Lazer - Os bailinhos de fim de semana eram realizados cada semana em uma casa. A música vinha das vitrolinhas. O som era dos Beatles, Incríveis, Roberto Carlos, Golden Boys, Leno e Lilian, Wanderléa, Martinha, The Mamas and The Papas (*Monday, Monday, California Dreamin*).

Trabalhava-se durante o dia: Aliberti, Labortex, Resana, General Motors. O primeiro emprego de Inês foi na Aliberti. A experiência não foi das melhores. Um temporal alagou a fábrica. As águas subindo,

subindo. Pavor e trauma. Dispensa do trabalho. Quando tudo se normalizou, a juvenzinha só apareceu para pedir demissão.

Música A Praia - Como saudades, as amigas. E as esticadas, na hora do almoço, até a discoteca do Fininho, no centro de São Caetano. Naqueles breves minutos, tempo para ouvir e curtir os últimos lançamentos musicais. Dinheiro para os discos não sobrava. Então se curti no *Fininho* os sucessos de Wanderley Cardoso e Agnaldo Rayol. “Agora só estamos pedindo para tocar. Depois voltamos para comprar o disco”. Inês cumpriu o prometido. Ao deixar a Aliberti, retornou ao *Fininho* para levar um disco de Agnaldo Rayol, o sucesso *A Praia*.

Política municipal – Os comícios do vereador Fábio Ventura e do prefeito Anacleto Campanella, geralmente eram realizados na esquina das ruas Taipas e Maceió. Ali ficava a padaria Nova Era, o Bazar do Povo e a Casa de Construção. Uma festa para a garotada, sempre bagunceira. E um espaço para a paquera: inocente, sem malícias, somente olhos nos olhos e sorrisos.

Terceira mudança – Rua Solimões, 57. E mais de 20 anos morando num gostoso sobradinho. Na calçada, Dona Cota plantou uma árvore. Está lá até hoje. Linda. Florida. Foi nesta casa que Dona Cota partiu em 1989. O sobrado foi construído no terreno que abrigava a sede do Ponta Porã, time do cunhado Tião. Quando o time ganhava, era uma festa. Motivo para grandes comemorações. A sede ficava nos fundos. Na frente, o terreno com os varais e as camisas, calções e meias do time.

Carnaval – Do sobradinho seguia-se às matinês do Estádio Lauro Gomes. A turma de mulheres seguia feliz: Nina, Nilce, Vilma, Madalena, Terezinha, Maria José.

Bosque do povo – Outra opção dos passeios de domingo. Ponto de encontro de toda a

turma. Era lindo o Bosque do Povo. Cheio de árvores: eucaliptos, bambuzal. Um riozinho passava pelo meio e os barrancos ladeavam as ruas de terras, vermelhas, cheias de pedregulhos.

Os Botões – Foi este conjunto, típico de São Caetano, que se apresentou no baile de formatura do ginásio, realizado no São Caetano Esporte Clube em 7 de março de 1969. Os Botões começavam a fazer sucesso. Substituíam as grandes orquestras em bailes de formatura. José Quaglio Neto, de São Bernardo, participou deste baile como padrinho da Inês. Ele era amigo de Maria Inês, uma das filhas de Dona Cota. E era também diretor social da Associação dos Funcionários Públicos de São Bernardo. Vivia percorrendo a região em busca de cartazes para o seu clube. E neste baile em São Caetano manteve o primeiro contato com Os Botões, que depois se apresentariam muitas vezes em São Bernardo.

O colegial/1969 - O curso colegial começa no Colégio Idalina Macedo de Costa Sodré, na Rua Conselheiro Lafaiete. Era a época dos aventais brancos na escola e dos cursos extras profissionalizantes, como os de datilografia, que na Vila Barcelona eram ministrados pela Escola Rocha Pombo. A escola ficava na mesma Rua Conselheiro Lafaiete, em frente ao antigo mercado do bairro. As aulas no Colegial terminavam por volta das 11 horas da noite. O retorno às casas era feito a pé, sem medo ou perigo. Caminhava-se com sossego pelas ruas de São Caetano.

O curso básico do colegial é concluído em São Caetano. A opção pelo secretariado. A transferência para Santo André e a conclusão do curso no Colégio Senador Flaquer. Já estamos em 1973.

E a vida continua... – A carreira profissional de cada uma. As amizades da juventude. Os caminhos seguidos, dentro ou fora de São Caetano. O som dos Bee Gees,

Simon & Garfunkel, Beatles guardado na lembrança. Aos domingos, as matinês em cinemas de São Paulo: Olido, Comodoro, Metro. Na saída, o misto quente, o x-salada.

A moradia em São Caetano, o trabalho em São Bernardo, o estudo em Santo André. O ABC percorrido diariamente, de ônibus. Ninguém pensava em carro. Não havia trânsito entupido. Vivia-se o início dos anos 70.

As muitas idas e vindas. Os afastamentos. Mas como esquecer de amigas como Edna de Jesus Trassi, de Vila Palmares e da Resana, ou de Maria Ferreira, Nina e Cleusa?

Não, esses contatos nunca se romperam. Com o milagre das comunicações, e agora da internet, tudo parece renascer. Quantas conversas são colocadas em dia, de décadas atrás.

Fica combinado um encontro. Um reencontro para lembrar os anos dourados de cada um. No caso presente, os anos dourados dos 60 que se foram.

() Inês Martins é secretária executiva formada pelo Colégio Senador Fláquer, de Santo André (1973). Atuou em empresas como a Aliberti, Labortex, Resana e General Motors. É a Inês deste relato. Nasceu em Termas de Ibirá em 10 de outubro de 1950. Filha caçula de Dona Cota e Sr. Laudelino. Era para se chamar Neide. “Mas Neide é uma marca de aguardente”, argumentou o escrivão para o pai declarante. “Não vai ficar bem ter uma filha com nome de pinga. Por que não Inês?”. E Inês ficou, para o pasmo de Dona Cota: “Mas nós já temos uma Maria Inês na família”. Inês viveu a primeira infância no interior. Depois, São Caetano, e as histórias agora reunidas*

DONA CORINA: UMA VIDA EM MEIO AOS LIVROS



Corina Savioli durante entrevista à Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, em 21 de janeiro de 2008

Corina Savioli Grigoletto, 97 anos completados no dia do aniversário de São Caetano do Sul, em 2007.

Nasceu em 1910, na cidade de Itu e, juntamente com seus pais, Adelfermo Savioli e Artemísia Malagola Savioli, veio para esta cidade aos 11 anos de idade. O pai, pedreiro, trabalhou toda a sua vida na construção de casas, quando São Caetano ainda era um subdistrito de Santo André. Trabalhou também na construção do Monumento do Ipiranga. Moraram na rua Bahia (atual rua Rio Grande do Sul), no bairro Monte Alegre.

Seu passatempo predileto era

dançar no Clube Monte Alegre, ao som de bandas como o conjunto Bando da Lua, que tinha um parente como músico, o conhecido Veríssimo. Foi nesses bailes em que conheceu seu marido, o melhor dançarino do clube, Pedro Grigoletto, com fama de dançar, com excelência, a rancheira, a valsa e o tango. Casaram-se em 24 de janeiro de 1935 e seguiram freqüentando os bailes do clube. Pedro trabalhou na Fábrica de Louças Adelinas até o seu fechamento. Dona Corina foi pespontadeira na Fábrica de Calçados UPA, na rua Amazonas.

Sua entrada na Prefeitura de São Caetano do Sul deu-se na gestão de



Visão interna da Biblioteca Municipal, em 1954



D. Corina
apagando as
velinhas no seu
97º aniversário

Anacleto Campanella, em 1954, e a função que lhe foi destinada era a de receber os livros da nova biblioteca que ia se formar. Uma sala no 3º andar do Edifício Vitória seria a futura sede e, apenas com uma mesinha e uma cadeira, Dona Corina pôs-se a trabalhar, receber livros, catalogá-los, receber consulentes e cuidar dos empréstimos dos mesmos. Mais tarde, vieram as estantes e muitos livros chegaram às suas mãos, graças a uma campanha de arrecadação promovida pelo Rotary Club. O primeiro bibliotecário contratado foi José Pereira Martins, com quem dividiu um admirável trabalho.

De Paul Harris, fundador do Rotary Club Internacional e de quem a biblioteca recebeu o nome, tem gratas lembranças: seu abraço e reconhecimento.

Vários endereços ocupou a Biblioteca Municipal. Mudou-se para a Avenida Goiás, numa pequena sala ao lado do Teatro Santos Dumont, e depois

para as dependências do Edifício Del Rey, na rua Baraldi.

Dona Corina aposentou-se aos 62 anos de idade, em 1979, tendo prestado à Prefeitura de São Caetano do Sul 30 anos de trabalho junto aos livros.

Hoje, mora no Bairro Oswaldo Cruz com sua filha Marlene Grigoletto, também bibliotecária aposentada, e conta com o carinho de seu filho Adelino Grigoletto, 3 netos e 2 bisnetos.

Em 1971 foi homenageada pelo prefeito Oswaldo Samuel Massei pelos serviços prestados, por sua dedicação à biblioteca, aos alunos, consulentes e pesquisadores.

Dona Corina será lembrada, hoje e sempre, por ter recebido o 1º livro, o que deu início ao grande acervo da Biblioteca Municipal Paul Harris.

*Texto do Setor de Pesquisa Histórica da Fundação
Pró-Memória de São Caetano do Sul*

José Rodrigues Machado: uma história de vida ao pé da letra

Fotos: Antonio Reginaldo Canhoni/Fundação Pró-Memória



*José Rodrigues Machado durante entrevista à Fundação Pró-Memória.
Hoje, aos 75 anos, sente-se realizado profissionalmente*

“ O importante não é onde você começa, mas sim as decisões que toma sobre o lugar a que está determinado a alcançar”

Anthony Robbins

Este poderia ser o lema ou a filosofia de vida de um homem de sítio, que procurou um futuro promissor na cidade grande. A frase é a mais pura definição de um homem chamado José Rodrigues Machado, um jovem lavrador que conquistou sucesso profissional na cidade de São Caetano do Sul.

A primeira página da história deste lutador começa em Laranjal Paulista, onde o casal Antonio e Filadelfa deu vida ao menino José, no dia 10 de fevereiro de

1933. O sítio do casal abrigava um lar com sete crianças, três meninas e quatro meninos: Anízio, Ana, João, Maria, Maria Antonia, Francisco e José, nosso personagem.

A plantação de cana e café e uma pequena criação de gado garantiam o sustento da família Rodrigues Machado. Pai e mãe contavam com a colaboração das crianças nos cuidados com a lavoura, mas nada os impedia de brincar na terra e de freqüentar a escola rural. “Tenho muita saudade desta infância saudável. Infância



O jovem José Rodrigues vem para São Caetano e instala sua primeira clínica

que não volta mais. Desta infância que as crianças de hoje desconhecem”, conta José.

O colo e o carinho da mãe, José perdeu logo cedo. “Mamãe morreu com 51 anos. Sofreu um desmaio e bateu a cabeça. Não houve tempo nem para os primeiros socorros. É uma cena triste e dramática que o tempo não conseguiu apagar”, lembra. O pai não conheceu outra cidade: viveu no sítio até seus 79 anos, quando morreu de câncer.

Mas os sonhos da cidade e do sucesso profissional deram novas esperanças ao jovem José. Aos 19 anos mudou-se para o ABC Paulista.

Com algumas economias conseguiu comprar uma casinha em Mauá. “Trabalhava durante o dia e estudava à noite. Cursei enfermagem, enfrentando dificuldades, mas nada me fez desistir do sonho. A paixão em cuidar do ser humano era forte e me impulsionou às conquistas”.

José, já formado, foi morar em Santo André, onde reside até hoje. Por intermédio de seu currículo e capacidade, conseguiu emprego na Santa Casa. “Fiquei no Pronto Socorro até 1975”, mas o dom de cuidar dos pés, descoberto logo cedo, o fez procurar por um curso especializado. “Na época, por volta dos

anos 60, não existia Podologia, mas o curso de calista e pedicuro. Formei-me em 1968 e nunca mais parei de tratar do órgão que sustenta o corpo humano em pé”, fala, com satisfação, de sua especialidade.

O curso lhe rendeu um certificado registrado no Serviço Nacional de Medicina e Enfermagem. “Com o certificado poderia conseguir o diploma, que era liberado apenas no Rio de Janeiro. Fui até lá com o certificado, mas não pude trocar pelo diploma. Não por complicações legais ou outras burocracias: não me deram o diploma por pura falta de papel especial. Então, uso até hoje o certificado mesmo, timbrado e assinado pelo diretor do Serviço”.

As clínicas

Em 1969, José Rodrigues Machado escolhe o C do ABC e abre a primeira clínica para tratamento dos pés. Pioneirismo em São Caetano. A novidade o beneficiou com centenas de pacientes. “Minha primeira clínica foi na rua Francisco Matarazzo, em frente ao antigo Cine Max. Fiquei lá por dois anos”.

A sua segunda clínica foi instalada em uma sala no prédio da rua Santa Catarina. “Fiquei nesta sala até o dia

O podólogo exercendo sua função com parte do material da década de 60



trágico em que o prédio pegou fogo. Foi um fato que marcou a cidade e minha vida. Assisti à construção do prédio e o seu fim. Lá, atendi pacientes ilustres de São Caetano durante 20 anos”.

Quando José Rodrigues fala de pessoas ilustres ele se refere aos membros de famílias como Dal’Mas, Braidó, Lorenzini e Campanella. “Até a sogra do Samuel Klein (Casas Bahia) cuidava dos pés comigo. Ela vinha da Alemanha para visitar a família e fazia questão de frequentar a minha cadeira de podólogo”, fala, com orgulho.

Ele conta que, a cada sessão de tratamento, conhecia um pouco da história de vida dos pacientes e da cidade. Cada um contava do seu jeito o desenvolvimento pelo qual São Caetano passava. Cada pé uma história. “Uma enfermidade curada e um conhecimento de vida”.

O podólogo fala com carinho de

seus pacientes, e tem consciência de quanto alívio proporcionou a cada um deles. “São mais de 40 anos em São Caetano. Aqui na rua Manoel Coelho, que vim depois do incêndio, ajudei muitas pessoas a curarem seus males dos pés. Tenho pacientes, mas acima de tudo, tenho amigos”.

Hoje, o menino lavrador e esperançoso transformou-se em um profissional de sucesso, que não apaga as raízes, que lutou pelos seus sonhos, que fica gratificado ao dar alívio às dores dos pés de muitos sancaetanenses. José é o orgulho da mulher Maria, das filhas Rita, Regiane, Rúbia, Eunice e Evanilde, dos netos Bruna, Bárbara e Caio, e de todos nós, moradores de São Caetano do Sul.

() Jô Sperate Figueiredo é jornalista na Fundação Pró-Memória, foi Diretora de Comunicação Social e Assessora de Cultura da Prefeitura de São Caetano do Sul*

Fotos: Acervo/Oscar Garbelotto



Antes do desfile, momento de posar nos jardins do alojamento da delegação de São Caetano. Da esquerda para a direita: Oscar Garbelotto (presidente da Comissão Municipal de Esportes), Roberto, Lora Rezende, Prof. Zélia Rezende (colaboradora na organização do desfile), Valtinho (dirigente da CME), (?)



A grande fanfarra entrando na praça principal de Piracicaba

O dia em que Piracicaba parou para ver São Caetano passar

Foi no dia 26 de setembro de 1958, numa belíssima manhã de sol. Piracicaba, a *Noiva da Colina*, preparava-se para receber centenas de cidades do interior paulista para abertura dos 23º Jogos Abertos do Interior.

São Caetano do Sul, o *Príncipe dos Municípios*, por sua vez, preparava sua apresentação no desfile de abertura com grande esmero. Seus dirigentes estavam dispostos a inovar, surpreender até, o metódico, repetitivo e cansativo desfile que sempre caracterizava o primeiro dia dos Jogos Abertos.

Dias antes, por aqui, a agitação era para ultimar os derradeiros detalhes: dezenas de atletas já estavam organizados

com seus respectivos uniformes azuis e brancos; jovens estudantes terminavam seus treinos para compor a grande *guarda de honra*, na qual iriam portar bandeiras brasileira, paulista, de São Caetano, o estandarte da Comissão Municipal de Esportes e faixas alusivas ao evento.

Por outro lado, sob o comando de Guerino Canata, o Rino, a grande fanfarra, formada por alunos do Colégio Coronel Bonifácio de Carvalho, Instituto de Ensino de São Caetano e o Tiro de Guerra de São Caetano, realizava seus últimos ensaios. As músicas que seriam apresentadas seriam parte da inovação e da surpresa.

Por fim, um carro alegórico – novidade nos Jogos – já estava sendo



As balizas:
Laurinha à frente,
Rose à direita;
Miriam ao centro
e Cleia à
esquerda,
encoberta



As balizas Cleia, Miriam e Rose. Logo atrás
conduzindo a excelente fanfarra, Rino

preparado pela inspiração de Ederomir Rodrigues Costa, secretário da Comissão Municipal de Esportes (C.M.E.), com participação ativa da professora Zélia Rezende, do Grupo Escolar “Senador Fláquer” O carro, todo ornamentado com flores naturais, pretendia representar um salão onde o *Príncipe* (São Caetano do Sul) saudava a *Noiva* (Piracicaba). A grande dificuldade a ser superada era chegar àquela cidade com tantas flores em condições de uso, diante do calor da época.

No sábado à tarde, véspera da abertura, toda a equipe de atletas e seus principais dirigentes já ocupavam o alojamento indicado em Piracicaba, onde aguardavam os ônibus conduzindo o pessoal do desfile. O carro alegórico era esperado para as quatro horas da manhã, tempo necessário para prepará-lo e para fugir do calor do percurso. Tudo aconteceu como previsto.

Em poucas horas de muito trabalho, o carro já ostentava toda sua

colorida beleza. Por volta das sete horas, todos os ônibus chegaram com os demais integrantes da delegação. Só da fanfarra, aproximadamente, eram 150 participantes.

Às nove horas iniciou-se o desfile das cidades, por ordem alfabética.

Chegou o momento de São Caetano.

Lentamente, a grande fanfarra avançava na avenida. Toques firmes e diferentes dos clarins, seguidos de vigorosas batidas dos tambores, chamavam a atenção do público. Já ficara claro que algo diferente estava por vir. À frente da fanfarra, quatro jovens balizas apresentavam suas coreografias. Logo atrás, dezenas de moças, jovens estudantes, portando bandeiras, compunham a grande *guarda de honra* da delegação de atletas que a precedia.

Ao se aproximar da praça, onde estava situado o palanque das autoridades, seguindo as ordens de Rino, a fanfarra, triunfante, começou a tocar o tema que



Todos os atletas da delegação participaram do desfile

tanto ensaio exigiu: a bela marcha do filme *A Ponte do Rio Kwai*, grande sucesso do cinema em 1967. A peculiar *batida*, acompanhada de *assobios*, já então famosa em todas as rádios, contagiou o público que aplaudia, delirantemente, a novidade que São Caetano trazia.

A glória da fanfarra serviu de intróito para a apoteose que, definitivamente, conquistou o povo piracicabano: a homenagem de nossa

cidade à anfitriã, o carro alegórico. Tal como um grande jardim flutuante, o carro surgiu na avenida. Na sua parte mais elevada, a jovem Lora Rezende, vestida de noiva, recebia os cumprimentos de um jovem *Príncipe*, Roberto, postado à sua frente. Era São Caetano do Sul que estendia toda sua ternura para Piracicaba, oferecendo flores e recebendo aplausos sem fim pela inovadora apresentação.

Naquele dia Piracicaba parou, emocionada, vendo São Caetano passar...



Jovens de São Caetano, todas portando bandeiras, formavam a “Guarda de Honra” das bandeiras nacional, paulista e de nossa cidade



O carro alegórico homenageando a cidade de Piracicaba. Os personagens são Lora Rezende e Roberto

Foi um momento muito feliz quando fui convidada para participar dos Jogos Abertos do Interior, realizados em 1958, em Piracicaba, a *Noiva da Colina*, no desfile quando o *Príncipe dos Novos Municípios* iria homenagear aquela cidade.

Houve a participação de várias autoridades de São Caetano do Sul e pessoas que muito colaboraram para o êxito dos festejos realizados em Piracicaba.

O carro alegórico foi patrocinado pela Comissão Municipal de Esportes de São Caetano do Sul e enfeitado pela professora Zélia de Oliveira Zech, que lecionava na Escola Senador Fláquer. No carro alegórico, que foi muito aplaudido na cidade de Piracicaba, havia uma faixa escrita: “O

Príncipe dos Municípios saúda a *Noiva da Colina*”. Foi um sucesso! O destaque do carro alegórico fui eu, representando a *Noiva da Colina*, e o jovem Roberto, o Príncipe dos Novos Municípios.

A nossa viagem foi de trem, junto com parte da delegação, com muito entusiasmo, no ritmo de alguns integrantes da fanfarra dos estudantes.

Do sábado para o domingo ficamos alojados em uma escola em Piracicaba, porém foi impossível dormir devido à emoção de estarmos participando de um acontecimento tão importante.

(Albertina Rezende Di Felice – Lora)

Notas

1 - Mesmo correndo o risco de ser traído pela memória não posso deixar de homenagear os diretores que tornaram realidade o que aqui relato. Alguns trabalhando para o esporte há muitos anos: Ederomir Rodrigues Costa, Salvador Lorente, Guerino Canata (Rino), Nelson de Paula, Darnil Garcia Lopes, Darcy Rodrigues Prado, Francisco Bastos, Arthur Laviaguere, Lourival Perroud, José Fernandes, Keigo Toyoda, Valtinho e Zélia Rezende, que colaborou decisivamente na organização do desfile e do carro alegórico. Tantos foram os colaboradores que a memória não guardou todos. A estes, desde já, peço desculpas e auxílio para completar os nomes ausentes.

2- A designação de cidades tais como aparece aqui – *Príncipe dos Municípios* e *Noiva da Colina* – era muito comum tempos atrás e, até hoje, alguns municípios ostentam as designações em documentos oficiais.

3-O filme *A Ponte do Rio Kwai* foi lançado, em primeira exibição, em 18 de dezembro de 1957, tendo como atores principais William Holden e Alec Guinness. Ganhou sete Oscar e foi elogiado como o “Épico da Sétima Arte”, além de ter sido considerado pela crítica como o melhor filme de guerra americano. A música de seu roteiro, de Maurice Jarre, além de ganhar o Oscar, tornou-se êxito mundial.

() Oscar Garbelotto é advogado e professor universitário e Coordenador do Centro de Documentação e Memória da Universidade Municipal de São Caetano – IMES*

Colaboração e revisão de Morisa Garbelotto Rodegher – professora da Universidade Municipal de São Caetano – IMES

Os Jogos Regionais de 1974

e o desenvolvimento do esporte em São Caetano do Sul

Fotos: Acervo/Adalberto do Carmo Araújo



Flagrante da cerimônia de abertura dos Jogos Abertos de 1974

A

história esportiva de São Caetano do Sul pode ser dividida em duas etapas: antes e depois dos Jogos Regionais de 1974. A partir da década de

70, a cidade investiu vigorosamente em algumas modalidades esportivas, notadamente o basquetebol feminino, que revelou grandes feras, como Norminha, Delcy, Marlene, Elzinha, Simone, Benta, Odete, entre outras. Uma equipe brilhante e sempre favorita, tanto nos Jogos Regionais como nos Jogos Abertos do Interior, que era verdadeira paixão de Cláudio Musumeci, Arthur Lavieguerre,

Valdir Pagan Peres (técnico) e do saudoso Lázaro de Campos, presidente da CME (Comissão Municipal de Esportes), que, na época, dirigia os esportes da cidade, em 1974.

Destaque também para o basquete masculino que possuía bons jogadores, entre os quais Braido, Zeca, Laerte, Valter, Jesus e Duarte. O vôlei masculino, com destaque para Fernandel, e o vôlei feminino, da jogadora Marina, também fizeram história.

No futebol, comandado pelo técnico José Soares e pelo Nicola (diretor), havia jogadores de elevado nível



*Marlene José
Bento com o
Troféu de Campeã
de Basquete dos
Jogos Abertos de
1974*



*Equipe feminina de Voleibol de São Caetano do Sul que
disputou os Jogos Abertos de 1974*

técnico, como Xixela, Décio, Dadinho, Galvão, Landolinha, Zé Carlos, entre outros. Contudo, apesar do futebol vistoso, a equipe não conseguiu chegar ao título de campeão.

Natação, judô e atletismo também contavam com alguns valores individuais, cujas performances não foram suficientes para levar a cidade à conquista do título de campeã dos Jogos Abertos de 74.

A partir da década de 80, São Caetano inicia um trabalho de reformulação em todas modalidades esportivas, que culminaria com a conquista do primeiro título de campeão geral dos Jogos Abertos do Interior, em 1982. Nesta época, a Comissão Municipal de Esportes (CME) era dirigida pelo esportista Antonio Jose dos Santos.

Dali para frente foi uma sucessão de títulos nos Jogos Regionais e nos Jogos Abertos do Interior, notadamente a partir da década de 90, quando estiveram à frente do Detur (Departamento de Esportes e Turismo): João Anhê, João

Bonaparte, Charly Farid Curi, Ramis Sayar, Cássio de Miranda Meira, Walter Figueira Júnior e, atualmente, Mauro Roberto Checkin. Até o momento, a cidade conquistou 11 títulos consecutivos de campeão dos Jogos Regionais e dos Jogos Abertos do Interior. Em julho de 2008, São Caetano do Sul é sede dos Jogos Regionais da Primeira Região Esportiva do Estado.

Não podemos deixar de destacar a extraordinária importância esportiva da cidade no cenário regional, estadual e nacional, que possui atletas de nível internacional e com brilhantes performances em algumas das principais competições em todo o mundo, como: Campeonatos Sul Americanos (natação, voleibol, basquete, judô, atletismo), Campeonatos Mundiais (judô e vôlei) e Jogos Panamericanos.

() Alberto do Carmo Araújo é jornalista, radialista e trabalhou na Comissão Municipal de Esportes a partir de 1964*

Rina Moia

eterna campeã de bocha

Fotos: Acervo/Rina Moia



Em 1969, deu-se a criação da primeira equipe mista de bocha do Clube São José. Acima do arranjo de flores, ao centro, dona Rina Moia. À esquerda do arranjo, a filha Ana. A segunda à direita do arranjo é a filha Lia

Num olhar levemente relutante, mas extremamente atento, nossa personagem revela-se racional e emotiva, tímida e extrovertida. Está repleta de palavras, mas por vezes prima pelo silêncio. Mostra-se contraditória e seu encanto vem justamente desta doce contradição.

Para a família, ela é dona Rina: mãe, avó e bisavó. Para os colegas de bocha, é simplesmente Xuxa, campeã da modalidade mais de 30 vezes.

Rina Moia nasceu em São Paulo, em 7 de outubro de 1922. A mãe, Carmem Sanches Tomei, nasceu na Espanha e veio com 7 anos para o Brasil. O pai, Giovanni Tomei, nasceu na Itália e veio com 19 anos.

Dona Rina passou sua infância na cidade de Tamoios, numa fazenda de

cana-de-açúcar, de onde tem boas e felizes lembranças. “Era maravilhoso. Eu adorava correr para ir aos festejos da cidade. Tínhamos escola, brincávamos de bola, subíamos nas árvores”, conta. Enquanto o pai trabalhava no almoxarifado do engenho de açúcar e a mãe cuidava da casa, Rina e seus quatro irmãos (Célide, Orlando, Carlito e Rino) passavam os dias estudando, ajudando na casa e se divertindo.

Após a morte do dono da fazenda, uma disputa familiar culminou na perda das terras. Mais de 300 pessoas trabalhavam e moravam no local, e todas tiveram de refazer suas vidas em outro lugar, inclusive a família Tomei, que partiu para São Paulo. Na capital, um italiano ajudou o pai de Rina a encontrar um emprego em São Caetano.

Após a família se estabelecer na

Da esquerda para a direita: Antonio Moia Martinez e Rina Moia, Antonio e Cleide Ayala, Ângelo e Elizabeth Ayala, Santana Lustri. Foto de 1966, no casamento da filha Cleide



cidade, Rina foi trabalhar na fábrica de botões Aliberti, com sua irmã Célide. Na época, tinha somente 12 anos. Em seguida, foi trabalhar numa camisaria, no bairro da Luz, e depois nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, na antiga Fábrica Rayon. “O cheiro era tão forte, nossa roupa cheirava a desinfetante”, lembra.

Com 16 anos, foi trabalhar na Rhodia. Nesta mesma época conheceu seu futuro marido, Antonio, num dos bailes que agitavam São Caetano aos sábados e domingos. “Era muito gostoso ir às festas, porque todos se conheciam”.

Mas o clima de alegria foi abalado

com a Segunda Guerra Mundial, que trouxe medo e uma série de dificuldades para a cidade. “Foi uma época muito difícil. Era preciso pegar fila para comprar pão, carne. Todos viviam apavorados que os filhos fossem convocados para o exército. Dava um desespero de não ter dinheiro para comprar as coisas”, lembra. Com o término da guerra, a vida dos moradores, aos poucos, foi voltando ao normal.

Aos 22 anos, Rina e Antonio se casaram na Paróquia Sagrada Família, em 29 de janeiro de 1945, e foram morar na rua Rio Grande do Sul, num lugar com apenas um cômodo e o banheiro nos fundos.

Na vila da avenida Goiás, onde a família morou por 12 anos, da esquerda para a direita, Marise Ferreira (irmã do falecido cantor Oscar Ferreira), (?), a filha Cleide, o filho Rubem, o filho Antonio e a filha Ana. Foto da década de 1960





De cima para baixo, da esquerda para a direita, na primeira fileira: Rina Moia, Antonio Moia e dona Cida (cunhada de dona Rina). Segunda fileira: Madalena Tomei (cunhada), Marina (sobrinha) e senhor Bitar (camisa branca e gravata escura). Terceira fileira: Dona Carmem (mãe de dona Rina), à esquerda, Toninho (irmão de dona Cida), com camisa xadrez, e Giovanni Tomei (pai de dona Rina), com terno escuro. As crianças da última fileira: Rubem (filho de dona Rina), à esquerda, Noeli (sobrinha de dona Rina), com vestido branco, Cleide (filha de dona Rina), com laço no cabelo, e Novacir (sobrinho de dona Rina), sem camisa. Foto do início da década de 1950

Dona Rina permaneceu na Rhodia até os 23 anos, quando teve sua primeira filha, Cleide, em 1946. O casal teve outros quatro filhos: Rubens, em 1947; Ana, em 1955; Lia, em 1956; e Antonio, em 1959. No total, são 13 netos e 7 bisnetos.

Rina se lembra com tristeza da perda de um filho durante o parto, em 1953. “Quando eu via as pessoas com bebê, parecia que tinham me roubado. O estranho é que, quando eu arrumava as roupinhas do bebê, antes de ir para o hospital, algo me dizia: ‘Você não vai usar’. Eu sentia que algo iria acontecer”, diz, emocionada.

Com cinco filhos para criar, Rina e Antonio passaram por dificuldades. Antonio Moia trabalhava como lustrador e os patrões nem sempre pagavam em dia. Em casa, dona Rina costurava para ajudar na renda familiar.

A segunda casa da família foi na rua Amazonas, num quarto e cozinha. Havia apenas um banheiro para todos os moradores da vila que, na época, era um cortiço. “Mas eu nunca achava ruim, achava que Deus tinha me dado o



bastante. Cada vez que alugava algo melhor, eu ficava feliz da vida”, conta, sempre sorrindo.

Em seguida, foram morar na rua Goitacazes e, depois, na rua Oswaldo Cruz. Com a morte do pai, dona Rina e o marido discutiram para ver o que fariam com o dinheiro: Rina queria se mudar para uma casa mais confortável, enquanto o senhor Moia gostaria de investir numa oficina de lustração. Acabaram optando pela oficina, em troca de um fogão a gás e uma máquina de costura para dona Rina. O negócio não deu certo e Moia voltou a

Dona Rina após receber título de campeã de bocha. À esquerda, o neto Leonardo. À direita, a neta Tamires, o filho Toninho e a nora Fátima. Foto de 2005



Dona Rina jogando bocha no Centro de Terceira Idade Moacyr Rodrigues. Década de 1990

trabalhar como lustrador autônomo e num buffet.

A grande virada na vida da família veio com a locação de um sobrado com dois quartos, numa vila na avenida Goiás, onde ficaram por 12 anos. Em 1963, o senhor Moia começou a trabalhar como vendedor de aço e conseguiu juntar um bom dinheiro com as comissões que recebia. “As coisas começaram a melhorar de verdade quando eu estava com 38 anos”, afirma.

Em 1971, conseguiram comprar o sobrado da avenida Goiás, mas se mudaram, em 1974, para a casa atual, na rua Arnaldo Sante Locoselli, um imóvel grande, com três quartos.

Foi nos anos 60 que o casal começou a freqüentar o Clube São José (Bochófilo), local que proporcionou grandes alegrias à família. Dona Rina começou a jogar bocha em 1969, com a fundação da equipe mista de bocha do clube. Antonio Moia foi presidente da instituição de 1970 a 1974. “No clube, havia bailes, concursos de dança, nos divertíamos muito”, lembra.

A equipe do clube foi campeã brasileira de bocha três vezes. Dona Rina torcia muito, inclusive para seu filho Toninho, um dos destaques do time. Rina era tão querida que, quando a equipe ganhou o campeonato brasileiro, em Minas Gerais, os jogadores a jogaram no rio para comemorar.



Dona Rina com um de seus tantos troféus de campeã de bocha. Década de 1990

Dona Rina já ganhou, aproximadamente, 30 títulos de bocha pelo CER São José e pelo Centro Esportivo e Recreativo para Terceira Idade Dr. Moacyr Rodrigues, onde joga até hoje. A maioria das conquistas foi em São Caetano e nas outras cidades do ABC paulista. Com 85 anos Dona Rina é apaixonada pela vida e não perde uma única oportunidade de se divertir e aproveitar o melhor deste mundo. “Sempre fui muito feliz. Agora é que estou triste, porque já está chegando minha hora”, finaliza, com um olhar docemente perdido.

Pesquisa e texto do Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul

Saudades de nossas bandas

Eram cerca de quinze horas deste dia 22 de dezembro de 2007, quando ouço o som, algo desafinado, de velhas músicas natalinas. Imediatamente veio à minha lembrança a sempre esperada visita das bandas da cidade que alegravam o Natal dos velhos tempos.

Diziam os mais antigos que a tradição começou com a Banda da Príncipe di Napoli, no início dos anos 1900, seguida pelas bandas que surgiram na cidade posteriormente.

Nos anos 40, 50, 60 e até meados de 80, pude presenciar a beleza e a alegria da visita das bandas. Enquanto morava na rua Vinte e Oito de Julho, até o início de 60, a manhã de Natal encontrava quase todos os moradores saindo da igreja, nas

ruas conversando ou ainda confraternizando à porta das cantinas ali existentes. Era quando surgia a Banda, com seus afinadíssimos acordes de Natal. Uniformes azuis impecáveis, instrumentos reluzentes, marchavam lentamente sob o comando do maestro. Vez ou outra paravam: ora frente a um estabelecimento, ora frente à casa das pessoas importantes do bairro. Recebiam aplausos e cumprimentos, além de gratificações solenemente colocadas em sacola carregada por um dos componentes do grupo. Era um momento esperado ano após ano; a banda não faltava. A última banda que presenciei, no centro da cidade, em meados dos anos 80, creio que se denominava Banda Santa Cecília, e surgiu aos meus olhos tal como as via na minha infância e adolescência.

Hoje, com pensamento nostálgico, saio à varanda de meu apartamento na esperança de ver o retorno da tradição. Decepção: quatro músicos (?), dois em tambores, dois em pistões, tentam acordes que lembram a festejada música *Papai Noel*. Mal trajados, não lembram nem de longe a elegância das velhas bandas. Caminhando ao lado, com camiseta vermelha e barrete ao estilo Noel, o quinto componente carrega um pequeno saco preto tentando recolher contribuições.

Que pena! Os tempos mudaram! Talvez esse pequeno grupo soubesse da tradição e tentou resgatá-la?! Mas por que não resgatá-la em sua plenitude?

(Oscar Garbelotto)

Malhação

Interessante o que o tempo faz com certas expressões às quais nos habituamos, de acordo com a época em que estamos vivendo.

Malhação, hoje em dia, é sinônimo de exercícios físicos, efetuados em academias ou por conta própria, que levam homens e mulheres a conseguirem um *corpitcho sarado* (corpo esbelto ou corpo de atleta).

Para os mais jovens e chegados em TV, malhação ainda pode ser uma série, que vai ao ar há muito tempo, mas em horário para poucos.

Nesta crônica, porém, a nossa malhação é outra e retrata uma tradição que vem de longa data, mas que está em processo de extinção.

Na tradição católica de nossa gente, não existia Semana Santa, e nem Sábado de Aleluia, sem a malhação de Judas.

A nossa festa de Páscoa, graças à herança das tradições européias, acabou tendo espaço tanto para a louvação ao Cristo ressuscitado, quanto para a malhação de Judas, o apóstolo traidor.

Se nos reportarmos à nossa infância, e quanto mais tempo isto fizer, será mais fácil lembrarmos da confecção dos bonecos para representar Judas. E, pela tradição, eles deveriam ser destruídos (malhados) no Sábado de Aleluia.

Em São Caetano, e especialmente no bairro Fundação,

era muito comum se ter um Judas em cada rua, de tal modo que o *jeitão* dos diferentes Judas permitia contar um pouco do *jeitão* da rua; uns eram pequenos e mal feitos, outros, enormes e perfeitos.

Além da qualidade dos Judas, também o local onde eles ficariam para sofrer a malhação denotava o capricho do pessoal de cada rua. Isto porque tanto havia Judas *raquíticos*, que eram malhados simplesmente no chão, como havia Judas *pomposos*, que eram erguidos no ponto alto de postes ou, até mesmo, em um estrado de madeira feito especialmente para essa ocasião, na qual o boneco do ilustre traidor era pendurado em uma bem feita imitação de forca.

Impossível não recordar que o Sábado de Aleluia era, ansiosamente, aguardado pelos dois eventos: a malhação do Judas e, depois sim, a comemoração da Páscoa. Para as crianças, uma não tinha sentido sem a outra.

Lá na Fundação, lembro-me muito bem que o Judas da rua Ceará chegava a ser *bonito*, pois quem o preparava era gente especializada em artesanato, os mesmos que, nas festas juninas, faziam aqueles balões difíceis de serem elaborados e maravilhosos.

O que tinha de *bonito*, o Judas da rua Ceará, era o tamanho, a perfeição do formato do corpo e os detalhes impressionantes do rosto.

Ao mesmo tempo, não

dava para falar em *bonito*, pois a cara do Judas, além de impressionantemente *feia*, tinha fisionomia que mostrava um ser mau, capaz de assustar as crianças: sobrelhas enormes e pretas, olhos esbugalhados, boca e dentes feitos de forma a reproduzir agressividade.

O grande boneco era instalado a uma altura que não permitia às crianças alcançá-lo, até porque quem o malhava eram sempre os *marmanjos* que o haviam feito, usando varas ou pedaços de pau compridos. As crianças se contentavam depois em estraçalhar os restos mortais ou *panais* (feitos de pano) que sobravam no chão.

Não havia o hábito de se colocar fogo no boneco e, portanto, ele era destruído exclusivamente via malhação mecânica.

Olha aí outra coisa que se perdeu: a *finesse* no palavreado. Hoje, quem se dá ao trabalho de dizer *malhação mecânica*: é na *porrada* mesmo!

Os que se recordam dos tais Judas, imediatamente, vão lembrar também qual o horário em que se dava a malhação deles. Antigamente, era às dez horas da manhã, e o povo, naquela época, obedecia cegamente ao horário, então, nem um minuto a mais nem a menos.

Para ajudar nessa precisão o sino da igreja tocava e servia de referência para o início da aleluia e da malhação.

Não é preciso dizer que o pessoal saía para as ruas, algum tempo antes, e ficava aguardando, em imaginária contagem regressiva, uma vez que, naquele tempo, poucos tinham relógio.

Depois que o povão já havia se acostumado com a ressurreição/malhação às dez da manhã, passou-se a celebrar a Páscoa a partir do meio-dia.

E aí já começou a confusão: os tradicionalistas mantiveram a malhação às dez horas e os progressistas só

malhavam ao meio-dia.

Para os apaixonados por malhação era bom, pois eles participavam em duas sessões, como no cinema: Judas às dez horas e ao meio-dia.

Com o advento da Páscoa sendo comemorada à noite, a tradição da malhação de Judas foi se esvaziando e parece tender à extinção.

Atualmente, não se sabe dizer ao certo se é apenas por causa da mudança da Páscoa para sábado à noite que não se malha

mais o traidor.

Na verdade, talvez seja porque os políticos têm em muito colaborado, pois são malhados durante o ano inteiro. Ainda descobre-se que, entre eles, a quantidade de Judas é grande e, por isso, nós estamos perdendo a tradição, a malhação, a eleição, o tesão...

Somente nos restou mesmo a ressurreição!

(João Tarcisio Mariani)

“Disco Voador sobre os céus de São Caetano”

D.

Amália, residente à rua Giusepe Carnevalle, no Bairro da Cerâmica relatou um episódio interessantíssimo:

No dia 21 último, quando deixando o trabalho, junto com seu filho de 14 anos, se dirigia para sua residência, viu um estranho objeto que acredita ser um disco voador.

Ao descer de um ônibus que serve o bairro da Cerâmica, viu no céu um objeto estranho, que se movimentava, subindo e descendo. O objeto desprendia-se um brilho opaco de cor acidentada. Pela cor, pelos movimentos e pelo tamanho, diferenciava-se da lua.

O estranho objeto desapareceu rapidamente entre as nuvens e voltou a aparecer.

Quando D. Amália chegava à sua residência e, com natural curiosidade observava as evoluções, viu que o objeto, vagarosamente, perdia altura. À medida que descia, se tornava maior. Não produzia qualquer ruído e seus movimentos eram meio ondulantes.

Ao atingir o ponto mais baixo, mais ou menos uns 40 metros, o objeto aparentava o tamanho do círculo central de uma quadra de bola ao cesto e parecia parado no ar, apresentando movimentos ondulantes sem deslocação.

O objeto depois de alguns instantes começou novamente a ganhar altura e desapareceu a uma velocidade espantosa.

O fato só foi presenciado por D. Amália e seu filho, o qual sentiu verdadeiro pavor e teve

seu sono perturbado pelo estranho acontecimento. A rua estava deserta, os vizinhos dormindo e seu marido estava trabalhando. O fenômeno ocorreu por volta das 23,30 horas.

No dia seguinte, narrando o acontecido a outras pessoas, diz D. Amália que dois rapazes afirmaram também ter visto o objeto naquela hora, não lhe dando maior atenção. Uma das pessoas disse mesmo, gracejando, que ao ver o objeto a grande altura, teria dito a seu irmão que a lua está virada do avesso, tendo em seguida entrado em casa.

Pelas características da narrativa, parece-nos mesmo tratar-se de um disco voador.

(Jornal de São Caetano, de 29 de agosto de 1959)

Acervo/Alberto do Carmo Araújo (Giba)



Jogadoras da Seleção Brasileira de Basquete ao lado de autoridades municipais, por ocasião da homenagem recebida pela terceira colocação no VI Campeonato Mundial, disputado no Brasil, entre os dias 15 e 29 de maio de 1971. Da esquerda para a direita: Adriano Duarte (médico da seleção), Nilza Monte Garcia, Simone Bittencourt de Oliveira, Odila Fernandes de Camargo, Laís Elena Aranha da Silva, Elza Arnelas Pacheco (Elzinha), Nadir Lea Bazzani, Norma Pinto de Oliveira (Norminha), Oswaldo Samuel Massei (prefeito), Marlene José Bento, Delcy Ellender Marques, Antônio Russo (vice-prefeito), Valdir Pagan Peres (técnico da seleção e da equipe do São Caetano Esporte Clube) e Armando Furlan (presidente da Câmara Municipal). Em primeiro plano, Alberto do Carmo Araújo, o Giba (presidente da Liga Sancaetanense de Futebol - LSF) e os filhos de Antônio Russo. Foto de 6 de junho de 1971

Acervo/ Fundação Pró-Memória



Serviço de alto-falante A Voz de Vila Gerty, ano de 1957. Da esquerda para a direita: Nelson Robles, Afonso Robles (falecido), Shirley e Elias Vidchoskas (falecido)

Acervo/Fundação Pró-Memória



Obras na rua Durval Vilalva, no bairro da Fundação, entre 1959 e 1960. À direita, o prédio do antigo Parque Infantil (hoje Emei) João Barile

Acervo/Claudio Aparecido Marcolino



Equipe do Grêmio Esportivo Renner, de Vila Alpina, em foto tirada em 1960, no campo do São Cristóvão Futebol Clube. Em pé, da esquerda para a direita: Roberto, Pedrão, Salvador Silva (Espanhol), Armandinho, Manga, Manão e Francisco Assis Rosa (Chicão). Agachados, da esquerda para a direita: Arlindo, Deminha, Naline, Claudio Aparecido Marcolino e Robertinho

Acervo/ Dionísio Namelini Neto



Atletas e dirigentes do voleibol de São Caetano aguardam o momento de embarque para Bauru, onde iriam participar dos 21º Jogos Abertos do Interior, em 1956. Da esquerda para a direita, em pé: Darcy Rodrigues Prado, Oscar Garbelotto, Valdir Gallo, Gilberto Bueno, Décio Zampini, Walter Mariano, (?), José Piotto, Jurandir Alcântara (atrás), professor Milton Feijão (Chefe da Delegação), (?), Roberto Poli (Magi, o técnico) e Feijão Filho. Agachados: Dionísio Nomelini Neto, Nelson Perin, José Benedetti, Pedro Strufaldi e Walter Perchi (Bubi)

Acervo/Cláudio Fiorotti



Daniel Perrella, presidente do Cruzada Esporte, colocando a faixa de campeão em Cláudio Fiorotti (Canhoto), integrante da equipe de pingue-pongue da agremiação, que conquistou, de forma invicta, em 1962, o campeonato da modalidade no ABC

Acervo/Cláudio Fiorotti



Nesta imagem, já aparece toda a equipe de pingue-pongue campeã de 1962 do Cruzada Esporte. Da esquerda para a direita: Berto, Bento, Armando Siste (Coco), Cláudio Fiorotti (Canhoto), Estevão Sofiatti, Joaquim Rodrigues Castro, João Gallo e Giba (diretor da equipe)



Acervo/Fundação Pró-Memória

No dia 7 de janeiro de 1960, o centro de São Caetano do Sul foi palco de um episódio pitoresco. Cerca de 15 bois, que estavam sendo levados para o matadouro da Cia. Swift, em Utinga, escaparam do vagão que os transportava, nas proximidades daquela região, dirigindo-se para a parte central da cidade. De acordo com nota publicada pelo Jornal de São Caetano, na edição do dia 16 de janeiro daquele ano, a Farmácia Drogatem sofreu prejuízos em decorrência do fato, pois um dos bois foi parar atrás dos balcões do estabelecimento, diante do alvoroço provocado. A imagem constitui flagrante desse episódio inusitado

Acervo/Fundação Pró-Memória

Acervo/Fundação Pró-Memória



Cerimônia de formatura nas dependências da Cerâmica São Caetano, no dia 12 de junho de 1947. Da esquerda para a direita: Idalina Ferrante, Elvira Sargo, professor Braulio Gomes, Pedro Tomaz e Armando de Arruda Pereira



Edmundo Luiz Morelato com o filho Wilson Morelato, em foto tirada na avenida Conde Francisco Matarazzo, na década de 1940



Rua João Pessoa, no centro de São Caetano, durante inundação na década de 1960



Sócios do Clube Esportivo Rio Branco, em foto tirada em frente à residência da família Garcia, na rua Perrella, na década de 1940



Mário Botteon discursando por ocasião do 85º aniversário de São Caetano do Sul, em 1962



Prova infantil organizada pela Sociedade Amigos do Bairro da Fundação, em 1966, durante os festejos do seu 6º aniversário



Comissão organizada por ocasião dos festejos do 6º aniversário da Sociedade Amigos do Bairro da Fundação, em 1966. Da esquerda para a direita: Mário Botteon, João Marcelino Braido, Rafael Daniel Filho, Armando Lopes (presidente da entidade), Mauro Moretti, Amadeu Bortoletto, Virgílio de Oliveira, Josué Davanzo e Ângelo Picollo. A Sociedade Amigos do Bairro da Fundação foi fundada no dia 26 de junho de 1960

Exposições

Curto-circuito

Uma parceria entre a Diretoria da Cultura da Prefeitura de São Caetano e a Fundação Pró-Memória permitiu que artistas da cidade exibissem suas obras na Pinacoteca Municipal, de 22 de novembro de 2007 a 31 de janeiro de 2008, dentro da mostra Curto-circuito.

No total, 53 moradores da cidade tiveram sua produção artística disponibilizada para apreciação dos visitantes. O nome *Curto-circuito* foi escolhido para simbolizar a idéia da exposição coletiva dos artistas do município, que formam um pequeno circuito de artes dentro de São Caetano. As obras expostas incluíam esculturas, pinturas a óleo, pinturas acrílicas e desenhos, entre outras, nos mais variados estilos.

Participaram da mostra os seguintes artistas: Afonso Nitoli, Ângelo Indelicato, Antonio Garcia Pascoal, Aroldo Miguel, Cecília Domingues, Charles Henrique Porto Ferreira, Damara Bianconi, Dirceu Américo do Santo, Elma Mari Netto, Elza Pazini, Emilia Ribas, Eugenia Pataro, Fátima Gandra, Glauci Moita, Helena de Amorin Martinez, Isabel Cruz, José Adelino Camacho de Abreu, Karina Cardoso Cordeiro, Leniton Dias, Luiz Rampazzo, Márcia de Mendonça, Márcia Figueiredo Bonesso, Maria Adeilde Cavalcante Lima, Maria Aparecida de Moraes Gava, Marilene Pereira Celso, Marisa Giglio, Matias Constantino de Oliveira, Mônica Casagrande, N. Ezzo, Nelma Meneguim, Neuci Maria Oliveira, Neusa Fernandes Romero, Ninfa Silvia Faraoni Freitas, Olinda Metran, Patrícia Petroni, Paulo

Luiz Zucatto, Priscila de Paula Gorzoni, Regia N. Soldera, Renato Brancatelli, Rita Cássia Marchiori Tranquillo, Roberto Donizetti, Roberto Dutra Patrício, Roberto Wally, Rodrigo César Vertulo, Rubens Cavalcanti da Silva, Sonia Poli, Sueli Ramos Cabral Palmieri, Suzana C. Rivas, Tânia Turcato, Tassara, Vânia Gracio, Vera Lucia Garcia e Vladimir Thimoteo.

O sonho da formatura



A Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul encerrou 2007 com a exposição *O sonho da formatura*, que ficou em cartaz de 7 de dezembro de 2007 a 8 de fevereiro de 2008, no Salão de Exposições II, localizado no Espaço Verde Chico Mendes.

Imagens de crianças e jovens em cerimônias e festas de formatura, no momento da entrega dos diplomas ou reunidos com os demais formandos, fizeram parte da exposição, que apresentou um total de 27 fotografias. Começando nos anos 30, a mostra ainda passou pelas décadas de 1950 a 1990.

Uma das imagens mais interessantes era a da formatura de Diva Cassetari Grassi, a primeira mulher a

exercer a profissão de farmacêutica na cidade. Há registros de formaturas de cursos como Corte e Costura, Química e Contabilidade, e dos antigos ginásios e grupos escolares.

ACISCS: 70 anos de história



No final da década de 1930, o comércio crescia rapidamente em São Caetano. Os comerciantes da cidade começaram a sentir necessidade da criação de uma entidade que pudesse representar seus interesses. Foi então que, no dia 23 de fevereiro de 1938, foi criada a Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul (ACISCS).

Para comemorar os 70 anos da entidade, a Fundação Pró-Memória, em parceria com a ACISCS, promoveu, de 25 de fevereiro a 30 de maio, a exposição *ACISCS: 70 anos de história*.

Uma fotografia de 1939, com membros da primeira diretoria, abre a exposição, que apresentou 70 imagens. Na seqüência, flagrantes de eventos, reuniões, inaugurações, homenagens, comemorações, além de fotos da sede e de alguns departamentos. Estabelecimentos comerciais, principalmente aqueles que pertenceram a antigos membros da diretoria da associação, também aparecem na mostra. Uma das imagens era do armazém de secos e molhados Feira da

Matriz, que foi de André Arthemio Lorenzini, um dos fundadores da ACISCS.

Completaram a exposição fotografias de importantes centros comerciais da cidade, como as regiões da Rua Santa Catarina e da Avenida Conde Francisco Matarazzo, e reproduções de documentos históricos da entidade, como boletins e balancetes.

No Tempo dos Convescotes

Antigamente fazer um piquenique era um programa chiquérrimo. Chamado de convescote até a década de 1950, este tipo de encontro social era



muito comum entre os moradores de São Caetano. Produzida pela Fundação Pró-Memória, e aberta para visitação em 21 de fevereiro, a exposição *No Tempo dos Convescotes* resgatou esses momentos de lazer e descontração de antigos habitantes da cidade.

O local preferido para um convescote era a praia. Em quase todas as 28 imagens da exposição, famílias e grupos de amigos estão reunidos em piqueniques no litoral paulista, como em uma fotografia da família de João Fasani, no Guarujá, em 1920. Mas os passeios ao campo também eram freqüentes. Uma imagem de 1951 mostra uma família em Jundiáí.

A exposição reuniu imagens das décadas de 1910 a 1960 e ficou em cartaz

até 18 de abril no Salão de Exposições II, no Espaço Verde Chico Mendes.

Sintonizando o Passado

Antigos equipamentos de áudio e vídeo saíram das prateleiras do acervo do Museu Histórico Municipal para integrar



a exposição *Sintonizando o Passado*, com visitação de 15 de janeiro a 29 de fevereiro.

Rádios, televisores em preto e branco, vitrolas portáteis e de móveis, gravadores, máquinas fotográficas, filmadoras e projetores de filmes e slides estão entre os 60 objetos da exposição. Nada de equipamentos digitais. Na era do avanço tecnológico contínuo, o Museu volta no tempo das sintonias e mostra uma máquina fotográfica modelo “lambelambe”, de 1910, e um rádio de mesa de 1930. Outra peça, não tão antiga, mas bastante curiosa, é um auto-rádio Chevrolet, de 1941.

Louças da Casa

O Museu Histórico Municipal ficou com jeitinho caseiro de 27 de março a 30 de maio. O motivo foi a exposição *Louças da Casa*, que reuniu porcelanas, faianças, cerâmicas e louças produzidas pelas principais indústrias cerâmicas que funcionaram em São Caetano do Sul até



metade do século 20 e constituíram a principal atividade econômica da cidade até o período.

Em meio a 150 peças, como pratos, tigelas, sopeiras, jarros, bules, xícaras, artigos para decoração, e outros objetos, uma instalação que trouxe uma mesa pronta para um chá da tarde deu o toque de aconchego à mostra.

Com destaque para peças da Fábrica de Louças Adelinas e da Louças Cláudia (pertencente às Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo), havia produções das indústrias: Cerâmica Toyoda, Porcelana São Paulo (Teixeira), Cerâmica Ita Brasil, Cerâmica Artística Da Costa, Cerâmica Marinotti e outras.

Começando por um conjunto de jarra e bacia em louça, com data de 1926, a mostra avançou nas décadas e expôs peças produzidas até os anos 60. Um dos objetos mais interessantes era um jarro para vinho com um compartimento que servia para a colocação de pedras de gelo, que mantinham a bebida fria e não se misturavam a ela.

O Dia do Sim

Recentes pesquisas indicam que a maioria dos casamentos não acontece mais no mês de maio. Mas, tradicionalmente, este continua sendo o Mês das Noivas. Na exposição *O Dia do Sim*, aberta no dia 23 de abril, a Fundação Pró-Memória resgatou momentos de enlances matrimoniais de décadas passadas.



A imagem mais antiga da mostra é de 1915, do casamento de Antonia Rosado Espósito e Antonio Rubira Fernandes. Seguindo pelas décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950, em 28 reproduções fotográficas, a exposição resgatou a moda, o estilo e o comportamento de noivos logo depois do sim. A maioria das fotografias foi feita logo depois da cerimônia religiosa, em um estúdio fotográfico, como era o costume da época.

Nas imagens, foi possível ver modelos de vestidos, véus, grinaldas e buquês, e, até mesmo, trajes masculinos, que sofreram mudanças no decorrer das décadas, seguindo a evolução da moda. Até a década de 1930, por exemplo, os vestidos das noivas eram curtos. Nos anos 50, os modelos já eram mais longos, com

Eventos

Raízes 36

Já no final do século 19, as reuniões dançantes faziam parte do cotidiano dos moradores de São Caetano. No início, eram realizadas em casas de família, mas, com o surgimento de agremiações recreativas e esportivas, passaram a ser obrigatórias nas programações culturais destes locais. A preparação, a dança, o vestuário, a música, o glamour e a magia dos bailes

compridas caudas. A exposição *O Dia do Sim* ficou em cartaz até 20 de junho.

Espaço expositivo na Estação José Montilha

Uma parceria entre a Fundação Pró-Memória e a Diretoria de Transportes e Vias Públicas resultou na criação de um espaço expositivo na Estação José Montilha (Praça da Figueira), inaugurada no dia 16 de fevereiro. São 20 painéis fotográficos que receberão exposições históricas periodicamente. A história do Movimento Autonomista e de como a cidade se tornou independente ilustra a mostra de inauguração, que ficará no local até o final do ano.

Além de fotos dos principais episódios da autonomia, dos integrantes do movimento, seus encontros e manifestações, a exposição apresenta imagens da cidade no período (décadas de 1940 e 1950).



foram o principal tema da revista *Raízes* nº 36, lançada no dia 18 de dezembro, no Centro Educacional e de Convivência João Nicolau Braido.

Mais de 300 pessoas acompanharam o evento, que contou com a apresentação especial da dupla de dançarinos Cíntia e Bino, contratados da Diretoria de Cultura. O lançamento também contou com um momento histórico: a reunião de todos os ex-presidentes da Fundação Pró-Memória. Oscar Garbelotto, Aleksandar Jovanovic, Sonia Maria Franco Xavier e Aduato Campanella receberam das mãos do atual presidente Domingo Glenir Santarnecchi exemplares da revista *Raízes*.

Dia da Mulher

No dia 7 de março, a Diretoria de



Saúde promoveu o já tradicional evento Mulher Saúde, que conta com a participação de diversos setores da Prefeitura para prestação de serviços de saúde, lazer e entretenimento.

A Fundação Pró-Memória participou do evento com a mostra *São Caetano em Desfile*, que retrata a evolução da moda na cidade nas diferentes décadas.

Projetos

Era uma vez...

Em 2006, a Fundação Pró-Memória, em parceria com a Diretoria de Educação, lançou o projeto *Era uma vez...* com o objetivo de resgatar a trajetória da educação infantil municipal.

Por meio de folhetos e de exposições fotográficas, montadas no quiosque principal do Espaço Verde Chico Mendes, todas as 40 instituições responsáveis pelo ensino infantil da cidade estão sendo retratadas: as escolas municipais de educação infantil (Emeis), as escolas municipais integradas (Emis), a



pré-escola municipal integrada (Premi), e os estabelecimentos que recebem orientação pedagógica da Prefeitura (creches). No primeiro semestre de 2008, foram contempladas pelo projeto as emeis José Corona, Antonio de Oliveira e Otávio Tegão.

(*) *Paula Fiorotti é jornalista, especializada em Comunicação Empresarial e Relações Públicas*

Conselho Diretor

O Conselho Diretor da Fundação Pró-Memória participa diretamente das decisões relativas aos projetos, eventos e publicações da instituição. Por meio de reuniões, seus membros têm acesso a toda a programação.



Glenir Santarneckchi



Antonio Neves



Antonio Carlos N. Pinto



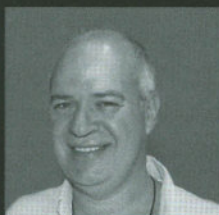
Carlos Serrão



Eduardo Martins Salgado



Eva Bueno Marques



Humberto D. Pastore



José Ramos Vitorino



Maria José do A. Pante



Maria Zaida A. A. Cruz



Péricles A. Gastaldo



Schimizu Sizuma



Silmara R. C. Coimbra



Simone R. Gallina

Conselho Consultivo

Representantes de empresas e entidades da cidade formam o Conselho Consultivo da Fundação Pró-Memória, que opina, quando necessário, sobre questões relevantes.



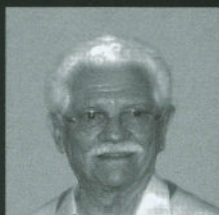
Irineu Cavassani



Ivo Pelegrino



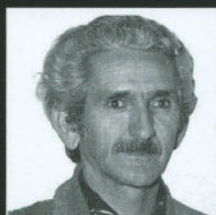
Kyomi Nakano



Mário Dal'Mas



Milton Feijão Filho



Nilo R. Figueiredo



Oswaldo Nadal

日本

ありがとうございます!!!